



INSTITUTO FEDERAL

Paraíba

Campus João Pessoa

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS – GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT

ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DA
PARAÍBA – *CAMPUS* CAMPINA GRANDE

JOÃO PESSOA- PB

2025

ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DA
PARAÍBA – *CAMPUS* CAMPINA GRANDE**



Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), para fins de obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes.

JOÃO PESSOA-PB

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *Campus* João Pessoa

A554h

Andrade, Ana Luiza Alves de.

História, memória e identidade do Instituto Federal da Paraíba
- *Campus* Campina Grande / Ana Luiza Alves de Andrade. – 2025.
120 f. : il.

Possui o Produto educacional em *e-book*, integrado a essa dissertação cujo título é: “História, memória e identidade do Instituto Federal da Paraíba”.

Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica)
- Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2025

Orientação : Profº Dr. Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes.

1. História e memória. 2. Educação profissional e tecnológica. 3. Instituto Federal da Paraíba. 4. *Campus* Campina Grande. I. Título.

CDU 377(091)(043)

ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA -
CAMPUS CAMPINA GRANDE**

DISSERTAÇÃO submetida ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), linha de pesquisa: "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica", em cumprimento aos requisitos institucionais para a obtenção do Título de **MESTRA**.

Aprovado em 10 de outubro de 2025.

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes

Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Orientador

Prof. Dr. Josias Silvano de Barros

Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Examinador interno

Profa. Dra. Anna Carla Silva de Queiroz

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Examinadora externa

Prof. Dr. Manoel Pereira de Macedo Neto

Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Examinador externo

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/11/2025 15:47:17.
- **Manoel Pereira de Macedo Neto**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/11/2025 15:58:45.
- **Josias Silvano de Barros**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/11/2025 16:01:30.
- **Anna Carla Silva de Queiroz**, ARQUIVISTA, em 04/11/2025 16:34:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/10/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 775200
Verificador: a1c2b62250
Código de Autenticação:



A Kácio Ricardo da Rocha e Ryan Gabriel
Andrade Rocha, com todo o meu amor e
carinho. **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela dádiva da vida e pela oportunidade de concluir cada etapa desta jornada, desde a aprovação no processo seletivo para ingresso no Mestrado até a finalização desta dissertação. Em cada desafio, encontrei n'Ele o abrigo seguro que me fortaleceu para seguir adiante. A Ele, toda honra, toda glória e todo louvor!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes, todos os ensinamentos, a suavidade, ao fazer as observações e sugestões, e a sensibilidade e compreensão no decorrer do processo de escrita.

Aos professores que participaram da Banca de Avaliação, Prof. Dr. Josias Silvano de Barros, Prof.^a Dra. Anna Karla Silva de Queiroz e Prof^o. Dr. Manoel Pereira de Macedo Neto as contribuições que enriqueceram este trabalho.

Ao IFPB, *Campus* João Pessoa, e aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), os ensinamentos compartilhados.

À minha família, a torcida e o incentivo. De modo especial, à minha mãe, Verônica, fonte de amor e inspiração.

Ao meu esposo, Kácio, e ao meu filho, Gabriel, todo o amor, paciência, compreensão e companheirismo.

À minha amiga Deise, todo o apoio e crédito no meu potencial.

Às minhas amigas Joseilma, Jucivânia e Fátima, pela torcida.

Ao corpo de servidores do *Campus* Campina Grande do IFPB, por acolher esta pesquisa e possibilitar sua realização em seu espaço institucional.

Aos participantes desta pesquisa, a confiança em compartilhar suas memórias e percepções, enriquecendo este trabalho e tornando possível a concretização de seu objetivo.

Aos colegas de turma, o apoio nos momentos de dúvida e nos desafios enfrentados ao longo dessa jornada.

A todos vocês, meu mais profundo agradecimento.

*Tudo o que não se converte em história
se afunda no tempo
(Mia Couto, 2021).*

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), *Campus* João Pessoa. O estudo está inserido na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e vincula-se ao Macroprojeto 4, que contempla temas relacionados à história e memória da EPT. O objetivo principal desta proposta foi investigar a história e a memória do processo de concepção e estabelecimento do IFPB – *Campus* Campina Grande, no período 2005-2009. Os fundamentos teóricos que orientam a pesquisa apoiam-se, notadamente, nas contribuições de Halbwachs (2006), Pollak (1989), Le Goff (2003), Saviani (2006), Candau (2011), Magalhães (2004), Gatti Júnior (2002), Ramos (1995), Cunha (2014), Ciavatta e Frigotto (2003) e Moura (2007). Quanto à metodologia, caracteriza-se como pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e descritiva. A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada; no exame dos dados, utilizou-se a técnica de “análise de conteúdo”, de Bardin (2020). Como Produto Educacional (PE), foi desenvolvido um *e-book* intitulado *História, Memória e Identidade do Instituto Federal da Paraíba – Campus Campina Grande*, com o objetivo de preservar e divulgar a memória institucional, registrando a trajetória da Instituição. A proposta buscou contribuir para o fortalecimento da identidade institucional e para o sentimento de pertencimento de sua comunidade. Os resultados mostraram que a história do *Campus* Campina Grande (IFPB) foi marcada por diversos desafios e inúmeras conquistas. Ao longo de quase duas décadas de história, a instituição consolidou-se como importante espaço de formação e transformação social, e sua trajetória se entrelaça com a história de vida de milhares de paraibanos que encontraram na Instituição uma referência em educação pública de qualidade.

Palavras-chave: História e memória; educação profissional e tecnológica; Instituto Federal da Paraíba; *Campus* Campina Grande.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), offered by the Federal Institute of Paraíba (IFPB), João Pessoa *Campus*. The study is part of the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT), and is linked to Macroproject 4, which contemplates themes related to the history and memory of EPT. The main objective of this proposal was to investigate the history and memory of the process of conception and establishment of IFPB - *Campus* Campina Grande, in the period between 2005-2009. The theoretical foundations that guide the research are notably based on the contributions of Halbwachs (2006), Pollak (1989), Le Goff (2003), Saviani (2006), Candau (2011), Magalhães (2004), Gatti Júnior (2002), Ramos (1995), Cunha (2014), Ciavatta and Frigotto (2003) and Moura (2007). Regarding the methodology, it is characterized as qualitative research with an exploratory and descriptive approach. The technique used for data collection was the semi-structured interview and, in the examination of the data, the “content analysis” technique by Bardin (2020) was used. As an educational product (EP), an e-book entitled *History, Memory and Identity of the Federal Institute of Paraíba – Campina Grande Campus* was developed, with the aim of preserving and disseminating institutional memory, recording the Institution's trajectory. The proposal sought to contribute to strengthening the institutional identity and the feeling of belonging within its community. The results showed that the history of the Campina Grande *Campus* (IFPB) has been marked by numerous challenges and countless achievements. Over its nearly two decades of existence, the institution has established itself as an important space for education and social transformation, and its trajectory is intertwined with the life stories of thousands of Paraíba residents who found the institution a benchmark for quality public education.

Keywords: history and memory; professional and technological education; Federal Institute of Paraíba; Campina Grande *Campus*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e dissertações sobre História e Memória dos IFs (2016-2023).....	21
Quadro 2 – <i>Corpus</i> documental da pesquisa.....	43
Quadro 3 – Perfil dos entrevistados.....	44
Quadro 4 – Categorias por fala com correspondência aos conceitos analíticos.....	48
Quadro 5 – Síntese das categorias agrupadas.....	49
Quadro 6 – Distribuição das UNEDS da região Nordeste.....,	54
Quadro 7 – Método Científico-Tecnológico.....	87
Quadro 8 – Descrição dos capítulos do <i>e-book</i>	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Prédio do Batalhão da Polícia Militar do Estado, localizado na Praça Pedro Américo, em 1920.....	26
Figura 2 - Primeiros mestres e alunos da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba em 1910.....	27
Figura 3 - Mapa do Estado da Paraíba com destaque para a localização de Campina Grande.....	59
Figura 4 - Imagens do Produto Educacional.....	89
Gráfico 1 – Frequência das categorias temáticas identificadas nas falas analisadas.....	48

LISTA DE SIGLAS

BDE – Banco de Dados Econômicos do Estado de Pernambuco

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

EAFs – Escolas Agrotécnicas Federais

EPEM – Equipe de Planejamento do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF – Instituto Federal

IFAC – Instituto Federal do Acre

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

IF Baiano – Instituto Federal Baiano

IFCE – Instituto Federal do Ceará

IFC – Instituto Federal Catarinense

IFFAR – Instituto Federal Farroupilha

IFGO – Instituto Federal de Goiás

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

IFPA – Instituto Federal do Pará

IFPB – Instituto Federal da Paraíba

IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

IF Sudeste MG – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

IFSUL – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

MEC – Ministério da Educação

PCC – Projeto Pedagógico de Curso

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE – Produto Educacional

PIB – Produto Interno Bruto

PMCG – Prefeitura Municipal de Campina Grande

ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PUC – Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFs – Universidades Federais

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFTO – Universidade Federal do Tocantins

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

UnB – Universidade de Brasília

USAID – *United States Agency for International Development*

USP – Universidade de São Paulo

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Estado da Arte do Problema de Pesquisa.....	20
2.2 Breve Histórico sobre a Educação Profissional no Brasil.....	24
2.2.1 As Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs).....	24
2.2.2 As Escolas de ensino profissional de nível básico nas décadas de 1930–1960.....	27
2.2.3 A Educação Profissional no contexto da Ditadura Civil - Militar (1964-1985).....	29
2.2.4 A Educação Profissional na Nova República (anos 1990 e 2000).....	31
2.3 História das Instituições Educativas.....	33
2.4 Memória.....	36
2.5 Identidade.....	38
3 METODOLOGIA.....	41
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	41
3.1.1 Quanto à abordagem.....	41
3.1.2 Quanto à tipologia.....	41
3.2 Universo, Amostragem e Amostra.....	43
3.2.1 Quanto ao universo de investigação.....	43
3.3 Instrumentos de Coleta e Análise dos Dados.....	44
3.3.1 História Oral como metodologia de produção de fontes.....	46
3.3.2 Análise de Conteúdo como procedimento de interpretação.....	47
3.3.3 Análise Categorical dos discursos a respeito do <i>Campus</i> Campina Grande, do IFPB.....	48
3.3.4 Análise dialógica dos discursos e política educacional.....	50
3.4 Aspectos Éticos da Pesquisa.....	51
4 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL EM CAMPINA GRANDE: DE UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA A CAMPUS DO IFPB.....	52
4.1 A Educação Técnica em Campina Grande no contexto nacional: o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.....	52
4.2 Campina Grande no contexto do Estado da Paraíba.....	53
4.3 Campina Grande: trajetória como justificativa para a instalação de uma UNED.....	58

4.4 A chegada do IFPB em Campina Grande e a instalação do <i>Campus</i> na Borborema: primeiras impressões marcadas na memória da comunidade acadêmica.....	65
PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO À AVALIAÇÃO.....	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A: ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM SERVIDORES.....	107
APÊNDICE B: ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM EX- DISCENTES.....	108
APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	109
APÊNDICE D: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E ÁUDIO.....	110
APÊNDICE E: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTAS.....	111
APÊNDICE F: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	115
ANEXO A: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	117

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, da Paraíba (IFPB) faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC), presente em todo o território brasileiro. Atualmente, a RFEPC é composta por 38 Institutos Federais (IFs), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 22 escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais (UFs), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II, com cerca de 682 unidades descentralizadas (*campi*).

Apesar de compartilharem uma estrutura organizacional e pedagógica semelhante, cada *Campus* dos IFs carrega em si uma história única, moldada por sua localização, pelo momento em que foi criado e, principalmente, pelas experiências vividas por quem fez/faz parte do seu cotidiano. É justamente essa singularidade que demonstra quanto é importante olhar com atenção para a memória e a identidade de cada instituição, reconhecendo suas trajetórias, seus desafios e conquistas.

No caso do IFPB, sua trajetória centenária é marcada por sucessivas transformações institucionais. Fundado em 1909 como Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, ao longo de sua história recebeu diferentes denominações: Liceu Industrial de João Pessoa, Escola Industrial Coriolano de Medeiros, Escola Industrial Federal da Paraíba e, posteriormente, Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB)¹. Em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, foi convertido à condição de IFPB, consolidando-se como parte integrante da RFEPC.

Criado, inicialmente, com o objetivo de alfabetizar e inserir no mundo do trabalho jovens das camadas populares, provenientes das periferias, a então Escola de Aprendizes Artífices (EAA) iniciou suas atividades em João Pessoa, oferecendo cursos de ofícios, como: alfaiataria, marcenaria, serralheria, encadernação e sapataria². Nas décadas seguintes, a Instituição ampliou sua estrutura e, apenas em 1994, deu início ao processo de interiorização, com a implantação de uma unidade na cidade de Cajazeiras, alto sertão paraibano.

Transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), em 1999, diversificou sua atuação, passando a oferecer cursos de nível médio, técnico e superior, além de fortalecer a pesquisa e a extensão. Nesse período, foram criados cursos de graduação tecnológica, licenciaturas, bacharelados e programas de pós-graduação.

¹ PDI-IFPB 2020\2024. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf/view. Acesso em: 29 jun. 2025.

² *Idem*.

Nos anos 2000, a Instituição vivenciou uma nova etapa de sua trajetória. Em 2005, com a revogação da Lei nº 8.948/1994³ – que restringia a criação de novas instituições federais de ensino – e a promulgação da Lei nº 11.195/2005⁴, foi lançado o Plano de Expansão da Rede Federal⁵, uma iniciativa voltada à interiorização e à ampliação da oferta de educação profissional no país.

Na Fase I do Plano de Expansão, cujo desenho estava organizado em três etapas, foi estabelecida a meta de instituir 42 novas unidades de educação profissional no país, incluindo 5 Escolas Técnicas Federais, 4 Escolas Agrotécnicas e 33 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). É nesse contexto de expansão que se insere a criação do *Campus Campina Grande*, inicialmente implantado sob a denominação de “Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande”.

Em 2005, quando o Plano de Expansão foi lançado, a Paraíba contava com três unidades federais de educação: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), em João Pessoa; a Escola Agrícola de Sousa; e a Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (ambas localizadas no sertão). Nesse cenário, Campina Grande passou a sediar a quarta unidade federal de ensino profissional do estado.

A escolha de Campina Grande para sediar a nova unidade de educação profissional federal não foi aleatória. Segunda maior cidade da Paraíba e detentora do segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) estadual, Campina Grande é reconhecida como um importante polo educacional e tecnológico. Registremos que a cidade já abrigava duas importantes instituições públicas de ensino superior, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), fator que favoreceu a implantação de uma unidade federal de educação profissional, em consonância com o seu perfil socioeconômico e sua vocação educacional. Assim sendo, a criação dessa unidade de educação configurou-se como resposta a uma demanda histórica da região, uma vez que, apesar da presença de duas

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

⁴ Essa nova legislação alterou o texto da norma anterior ao estabelecer que a criação de novas escolas federais poderia ocorrer **preferencialmente** em parceria com estados, municípios e o setor produtivo. Diferentemente da Lei nº 8.948/1994, que condicionava a implantação dessas instituições exclusivamente à existência dessas parcerias, a nova redação conferiu maior flexibilidade ao processo de expansão da Rede Federal. (grifo nosso).

⁵ Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jun. 2025.

universidades públicas, não existia, até então, uma instituição pública⁶ voltada especificamente à oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A referida unidade iniciou suas atividades em 2006, em um prédio alugado no Centro da cidade. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Campina (PMCG), a instituição ofertou um “Curso de Nivelamento”, destinado a preparar alunos da rede pública municipal para o processo seletivo dos cursos técnicos que seriam ofertados no ano seguinte. Em 2007, a Instituição passou a oferecer seus primeiros cursos técnicos, marcando o início efetivo de sua atuação na formação profissional da região.

Atualmente, a Instituição se consolidou como referência em EPT na região, oferecendo uma ampla diversidade de cursos técnicos, tecnológicos e de formação continuada, além de atuar de forma significativa em pesquisa, extensão e inovação. Sua presença contribui para a qualificação da mão de obra local, o fortalecimento do desenvolvimento econômico e social e o fomento à cultura científica e tecnológica.

Apesar de sua importância educacional e social, ainda são escassos os registros sistematizados sobre o *Campus* Campina Grande (IFPB), abrangendo sua trajetória, seus desafios, conquistas e a atuação dos sujeitos que contribuíram para sua consolidação. Essa lacuna evidencia a necessidade de pesquisas que valorizem a memória institucional como instrumento de fortalecimento da identidade, especialmente no âmbito da EPT. Diante disso, a presente pesquisa surgiu do meu desejo, enquanto historiadora e cidadã campinense, de reunir, organizar e registrar essas memórias, contribuindo para reforçar a identidade da Instituição e dar visibilidade ao seu papel no cenário educacional e social.

No âmbito do ProfEPT, que articula teoria e prática em prol da transformação dos espaços educativos, uma pesquisa com essa natureza contribui para a construção de uma cultura institucional reflexiva, fortalecendo os vínculos entre passado e presente. Além disso, o estudo oferece um Produto Educacional (PE) que dialoga diretamente com a comunidade acadêmica e local, estimulando o sentimento de pertencimento e o reconhecimento da escola como espaço de memória viva. Assim, a pesquisa atende ao compromisso social do mestrado profissional, ao produzir conhecimento relevante, acessível e com potencial de impacto real no cotidiano da Instituição.

O estudo integra a linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica”, com inserção no Macroprojeto 4,

⁶ Nessa época, a cidade contava apenas com a Escola Técnica Redentorista, uma instituição filantrópica e comunitária que ofertava educação profissional e tecnológica. Fundada em 1975 pelo Padre Edelzino de Araújo Pitiá, a escola manteve suas atividades até 2018, quando precisou encerrar o funcionamento por falta de verbas.

denominado “História e Memórias no contexto da EPT”, voltado à investigação de processos históricos e de construção de memórias institucionais no âmbito da EPT. Nesse contexto, o estudo apresenta o seguinte questionamento: Qual o contexto em que ocorreu o processo de concepção e estabelecimento do Instituto Federal da Paraíba, *Campus Campina Grande*, e quais elementos contribuíram para a formação de sua memória e identidade institucionais? Aliado ao intuito de responder a esta pergunta, tivemos como objetivo geral investigar a história e a memória do processo de concepção e de estabelecimento do IFPB, *Campus Campina Grande*, no período entre 2005 e 2009. A partir desse objetivo geral, definimos os objetivos específicos: 1. Realizar uma revisão historiográfica sobre a História da EPT no Brasil bem como sobre os campos historiográficos da “História das Instituições Educativas” e da “Memória e Identidade Institucional”; 2. Apresentar a história, memória e identidade institucionais do *Campus Campina Grande* (IFPB), a partir do estudo do processo de constituição dessa instituição escolar pública; 3. Compor um PE, na forma de um *e-book* sobre o tema da “História e Memória e Identidade da Instituição”, com base nas fontes disponíveis e das narrativas da primeira geração de servidores e estudantes do *Campus*.

Adiantemos que a dissertação está organizada em seis seções, estruturadas de acordo com os objetivos propostos. A primeira seção, intitulada “Introdução”, apresenta a contextualização do tema, delineando as justificativas da pesquisa e destacando sua relevância acadêmica e social. Além disso, são expostos os objetivos do estudo. Na Seção 2, dedicada ao referencial teórico, apresenta-se, inicialmente, o estado da arte da pesquisa; em seguida, discorre-se, de forma breve, sobre a história da Educação Profissional (EP) no Brasil e, por fim, são discutidos os conceitos que constituem o arcabouço adotado para sustentar as análises e interpretações desenvolvidas ao longo do estudo.

A Seção 3 apresenta a metodologia da pesquisa, contemplando o delineamento metodológico, os procedimentos adotados, a caracterização dos participantes, além das técnicas de coleta e dos métodos de análise dos dados. Na Seção 4, intitulada “Trajetória da Educação Profissional Federal em Campina Grande: de Unidade de Ensino Descentralizada a Campus do IFPB”, são expostos os resultados da pesquisa, seguidos das análises e discussões que buscam aprofundar sua compreensão. A Seção 5 é dedicada ao PE, contemplando seu planejamento, elaboração e execução bem como os critérios e procedimentos estabelecidos para sua avaliação. E, por fim, na Seção 6, apresentam-se as Considerações Finais, nas quais são retomados os principais resultados e destacadas as contribuições da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A definição do aporte teórico que orienta este trabalho é resultado de um duplo movimento: de um lado, a consideração da natureza das fontes utilizadas, (entrevistas realizadas com indivíduos envolvidos no processo de criação do *Campus* Campina Grande); e, de outro, o diálogo com tendências teóricas contemporâneas que apontam caminhos sobre o modo como podem ser articuladas a História da Educação, a História Institucional e a História Oral.

A escolha dos referenciais corresponde a uma busca mais ampla: compreender a expansão da RFEPCT no início do século XXI, como um fenômeno que pode ser visto tanto em políticas nacionais quanto por meio de memórias locais, utilizando o caso do *Campus* supracitado como marco central para a análise. Esta seção está organizada em três momentos: inicialmente, abordamos o estado da arte da pesquisa; em seguida, trazemos um breve histórico da EPT no Brasil; e, por fim, discutimos de forma sucinta os conceitos de história das instituições educativas, memória e identidade institucionais.

2.1 Estado da Arte do Problema de Pesquisa

Com o objetivo de conhecer pesquisas semelhantes e verificar o que já foi produzido sobre a história e memória das instituições de EPT, especificamente sobre os Institutos Federais (IFs), fizemos buscas em duas plataformas acadêmicas, adotando critérios de delimitação de período e fontes. Foram analisados trabalhos publicados nos últimos seis anos, no período entre 2016 e 2023. Optou-se pela utilização da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Observatório do ProfEPT. A BDTD foi escolhida devido à sua abrangência nacional e à diversidade de pesquisas consolidadas que disponibiliza; o Observatório do ProfEPT foi selecionado por concentrar estudos voltados especificamente à EPT, em estreita relação com o objeto desta investigação. Assim sendo, a pesquisa utilizou os seguintes descritores: “história das instituições de educação profissional”; “memória institucional”; “identidade institucional”; e “história dos institutos federais”. Essa busca identificou um total de 23 trabalhos, sendo 2 teses e 21 dissertações, os quais estão resumidos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Teses e Dissertações sobre História e Memória dos IFs (2016-2023)

TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	TIPO	ANO
O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: a trajetória histórica do Câmpus Goiânia	MANSO, Edison de Almeida	PUC- Goiás	Tese	2016
Processo histórico de criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Patos de Minas	SILVEIRA, Jane Paula	UnB	Dissertação	2016
A história institucional do Campus Amajari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima: memória e arquivo	HENRIQUES, Osório Gaspar	UFRRJ	Dissertação	2018
Entre a história e a memória: acervo online sobre o processo histórico do Instituto Federal do Ceará	CÂNDIDO, Francineuma	IFCE	Dissertação	2019
História e memórias dos pioneiros da educação profissional em Goiás: narrativas da constituição do Instituto Federal de Goiás	MENDES, Gustavo Oliveira	IFGO	Dissertação	2019
De onde vêm as histórias? Um compêndio para identificação, registro e organização dos dados memoriais do IFRS	CATANEO, Caroline	IFRS	Dissertação	2020
Memória e produção da identidade institucional: contribuições do Memorial do IFC Rio do Sul	ERN, Talita Deane	IFC	Dissertação	2020
Campus Eirunepé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: investigação narrativa de sujeitos que contam uma trajetória histórica	SOUSA, Renan Rocha de Holanda	IFAM	Dissertação	2020
A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano e sua circunstância social e política	FARIA, Cláudia Sousa Oriente	UFRRJ	Tese	2020
Essa tal de EPT? estudo sobre a história e memória da Educação Profissional e Tecnológica do IFRS Campus Farroupilha	DAGNESE, Deise Inára	IFRS	Dissertação	2021
Tecendo a história do Instituto Federal	BENKENDORF, Shyrlei Karyna	IFC	Dissertação	2021

Catarinense, Campus Concórdia (1965-1975): histórias de (In) disciplina	Jagielski			
História, memórias e narrativas do Instituto Federal de Palmas/Tocantins	MILHOMEM, Pabla Cassiângela Silva	UFTO	Dissertação	2021
Campus Rio Branco: Histórias de vida e trabalho (2010-2020)	SILVA, Elane Cristine	IFAC	Dissertação	2021
História e Memória: um processo de construção identitária do IFRJ/campus Pinheiral	SILVA, Lidianie Dias	IFRJ	Dissertação	2021
História do Instituto Federal Baiano – Campus Catu e de seus sujeitos: contribuições para a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	CARVALHO, Diene Israela	IF Baiano	Dissertação	2022
Memórias de um instituto federal em implementação: o ensino médio integrado no IFPA campus Abaetetuba (2008-2013)	QUARESMA, Andréa	IFPA	Dissertação	2022
A história da educação profissional do Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG: um lugar de memória	GOMES, Itamar de Souza	IF Sudeste MG	Dissertação	2023
Dados, linhas e nós: uma história da implantação do IFC Campus Ibirama	BACK, Flávia Regina	IFC	Dissertação	2023
A construção da memória no IFSUL: ações, concepções e contribuições da gestão documental	SCHWALBE, Angélica Corvello	IFSul	Dissertação	2023
Memórias do Campus Tabatinga/IFAM: uma década de presença na região do Alto Solimões	VILLAR, Denise Targino	IFAM	Dissertação	2023
De Escola Técnica a Instituto Federal: representações sociais de docentes sobre o processo de institucionalização do IFMG – Campus Ouro Preto	SOUZA, Maria Aparecida	IFMG	Dissertação	2023
Diagnóstico dos campi centenários do IFAL como lugares de memória e de identidades	SANTOS, Gerônimo Vicente	IFAL	Dissertação	2023
Contribuições, historicidade e memórias do Campus São Vicente do Sul	NETO, Sebastião Saraiva	IFFAR	Dissertação	2023

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Ao observarmos o Quadro 1, vemos que, no período de nosso recorte, houve um crescimento significativo das pesquisas sobre a história e a memória das instituições de EPT, evidenciando a relevância do tema no cenário acadêmico. Constata-se que a maior parte da produção acadêmica está voltada para dissertações (21 de 23 trabalhos), em especial no âmbito do ProfEPT, com este tema específico totalizando dezoito dissertações. É possível observar também um reduzido número de teses – apenas duas. Destaque-se, ainda, que grande parte das pesquisas é desenvolvida nos próprios IFs, configurando um processo de auto-investigação, o que contribui para a preservação e difusão da memória e identidade institucionais.

Do ponto de vista geográfico, as pesquisas contemplam diferentes regiões do país, estando distribuídas da seguinte forma: sete na região Sul; cinco na região Norte; quatro na região Sudeste; quatro na região Nordeste; e duas na região Centro-Oeste. Essa distribuição revela o alcance nacional da RFEPCT, mas também evidencia desigualdades na produção acadêmica, já que ainda existem instituições e unidades pouco investigadas.

É importante ressaltar que, apesar do crescente número de pesquisas sobre a memória institucional nos últimos anos, esses estudos ainda são relativamente poucos, diante da dimensão e da diversidade da Rede Federal, composta por 682 *campi* espalhados por todo o país. Tal lacuna reforça a necessidade de se ampliarem as investigações, de modo a registrar a pluralidade de experiências, fortalecer a memória institucional e consolidar a identidade histórica dessa rede de educação.

Entre os 23 trabalhos encontrados, destaco aqui duas pesquisas que dialogam de forma mais efetiva com a nossa. Primeiro, a de Cândido (2019), intitulada “Entre a história e a memória: acervo online sobre o processo histórico do Instituto Federal do Ceará”. O estudo aborda o processo histórico do IFCE, a partir das memórias de sujeitos que vivenciaram sua construção institucional no período correspondente às décadas de 1970 a 1990. Busca compreender como a construção narrativa de memórias de ex-alunos e servidores recompõe a experiência educativa da Instituição. O segundo trabalho é de Back (2023), intitulado “Dados, linhas e nós: uma história da implantação do IFC Campus Ibirama”. Este estudo apresenta a história da implantação da unidade Ibirama do Instituto Federal Catarinense (IFC), a partir da perspectiva dos profissionais da educação que atuaram no período entre 2010 e 2015.

2.2 Breve Histórico sobre a Educação Profissional no Brasil

2.2.1 As Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs)

A EP no Brasil remonta aos primeiros momentos de colonização do país, quando já se encontram registros de práticas voltadas ao ensino de ofícios. Desde esse período, estabeleceu-se uma clara diferenciação entre a educação de caráter acadêmico, reservada às elites, e a formação voltada ao trabalho, destinada aos povos indígenas e, posteriormente, à população negra escravizada bem como às camadas populares, pessoas livres e pobres. Neste sentido, como destaca Vieira Júnior (2017):

Não é exagerado afirmar que a educação profissional e tecnológica (EPT) acompanha o homem desde os tempos mais remotos, quando se transferiam os saberes e técnicas profissionais pela observação, pela prática e pela repetição. De geração em geração, eram repassados os conhecimentos sobre a fabricação de utensílios e ferramentas, de instrumentos de caça e outros que possibilitassem o funcionamento das sociedades, garantindo a sobrevivência de homens e mulheres. (Vieira Júnior, 2017, p. 153).

Durante o período imperial (1822-1889), a EP passou a receber maior atenção por meio de diferentes iniciativas institucionais. Dentre essas, merece destaque a criação das “Casas de Educandos Artífices”, implantadas em dez províncias, entre 1840 e 1865, as quais, segundo Garcia, Dorsa e Oliveira (2018), representaram experiências pioneiras no campo da escolarização profissional no Brasil. Mas foi no período republicano, que a EP começou a se estruturar melhor. Precisamente em 1909, durante o governo do presidente Nilo Peçanha, foram instituídas as primeiras Escolas de Aprendizes Artífices, criadas pelo Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro daquele ano. Essas escolas tinham como propósito principal oferecer formação profissional aos filhos das camadas mais pobres da população, buscando não apenas capacitá-los para o trabalho mas também “afastá-los da ociosidade”, vista na época como um caminho para o vício e o crime (Brasil, 1909, p. 1).

Conforme o Decreto, essas instituições deveriam ser instaladas nas capitais de cada estado, preferencialmente em prédios da União ou dos governos locais, e seriam mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Inauguradas em 1910, as EAAs tinham como público-alvo crianças das classes menos favorecidas, com idades entre 10 e 13 anos. Para ingressar, era exigido que os candidatos “não soffressem molestia infecto-contagiosa, nem tivessem defeitos que os impossibilitassem para o aprendizado do officio” (Brasil, 1909, p. 2). Conforme Sales e Oliveira (2011, p. 165), tais instituições destinavam-se, sobretudo, a

jovens e crianças sem outras perspectivas, como aqueles oriundos das “casas da roda”⁷ e meninos de rua e/ou considerados delinquentes.

As escolas deveriam funcionar em regime de externato, das 10h às 16h, oferecendo ainda dois cursos noturnos: um curso primário – destinado aos estudantes que não sabiam ler, escrever e contar – e um curso de desenho – voltado àqueles que necessitassem dessa habilidade para o exercício do ofício em aprendizagem. Cada aluno era capacitado em uma profissão, escolhida conforme “sua aptidão e inclinação”. Os cursos oferecidos estavam relacionados ao setor industrial, ainda incipiente no país, com duração de quatro anos. Em geral, cada escola ofertava cinco cursos, entre os quais se destacavam: correria, entalhe, tipografia, selaria, ferraria, funilaria, serralharia, alfaiataria, marcenaria e sapataria, entre outros (Soares, 1982).

É importante destacar que essas escolas foram criadas em um contexto de recente abolição da escravidão no Brasil – esse evento ocorrera havia apenas duas décadas, período em que grande parte da população negra se encontrava sem emprego, sem renda e sem acesso a serviços essenciais. Segundo Barros (2005), havia uma forte preocupação por parte das elites brasileiras, que enxergavam os negros recém-libertos como um problema social, associando-os à ociosidade e ao mundo dos vícios.

Esse pensamento surge no período imperial e se consolida na era republicana, especialmente após a abolição da escravidão. A principal preocupação desse contexto era mobilizar os ex-escravos para o trabalho, cultivando neles uma cultura de labor e combatendo a associação da liberdade recém-adquirida à ociosidade. Neste sentido, a criação das dezenove EAAs passou a ser considerada uma possível solução para essa questão social. Conforme afirma Queluz (2000), essas escolas tiveram:

Um papel estratégico no esforço de controle social das classes proletárias, de disciplinarização e definição do papel do menor. Era também uma instituição difusora dos valores republicanos, especialmente da ética do trabalho. Procurava atuar como consolidadora da nacionalidade através do trabalho produtivo, formador das riquezas da nação e da integração dos elementos potenciais de desordem social,

⁷ “A Roda dos Enjeitados, também conhecida como Roda dos Expostos, era um objeto cilíndrico instalado do lado de fora de instituições geridas por irmandades religiosas. Servia para recolher recém-nascidos rejeitados, sobretudo durante os séculos XVIII e XIX. Elas surgem como uma alternativa para solucionar o problema do abandono de bebês pelas ruas das vilas e cidades, mantendo o anonimato de quem os deixava. Nas instituições religiosas, as crianças eram acolhidas e entregues a adoção de famílias ou até ingressavam na vida religiosa, ficando a vida toda nos conventos. No Brasil, havia 5 rodas, sendo as mais antigas aquelas da Santa Casa de Misericórdia de 3 cidades: a de Salvador, fundada em 1734, a do Rio de Janeiro, fundada em 1738, e a do Recife, fundada em 1789. Segundo dados de relatórios oficiais, somente na roda do Rio de Janeiro foram recolhidas 47.255 crianças entre 1738 e 1888”. Disponível em: <http://www.memorialpediatriasbp.com.br/roda-dos-enjeitados/>. Acesso em: 19 set. 2025.

os menores desvalidos e os estrangeiros, devidamente docilizados (Queluz, 2000, p. 32).

Moura (2007) reforça a perspectiva apresentada por Queluz, ao afirmar que:

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista, com o objetivo de amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, ou seja, de atender aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam contra a ordem dos bons costumes (Moura, 2007, p. 6).

Dessa forma, pode-se afirmar que estas instituições escolares tinham claramente por objetivo promover a correção social e moral de jovens pobres. Paralelamente, surgia a necessidade de formar mão de obra qualificada para atender às demandas da nascente indústria brasileira. A seguir, apresentam-se registros do primeiro edifício que sediou a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e da turma inaugural composta por docentes e discentes.

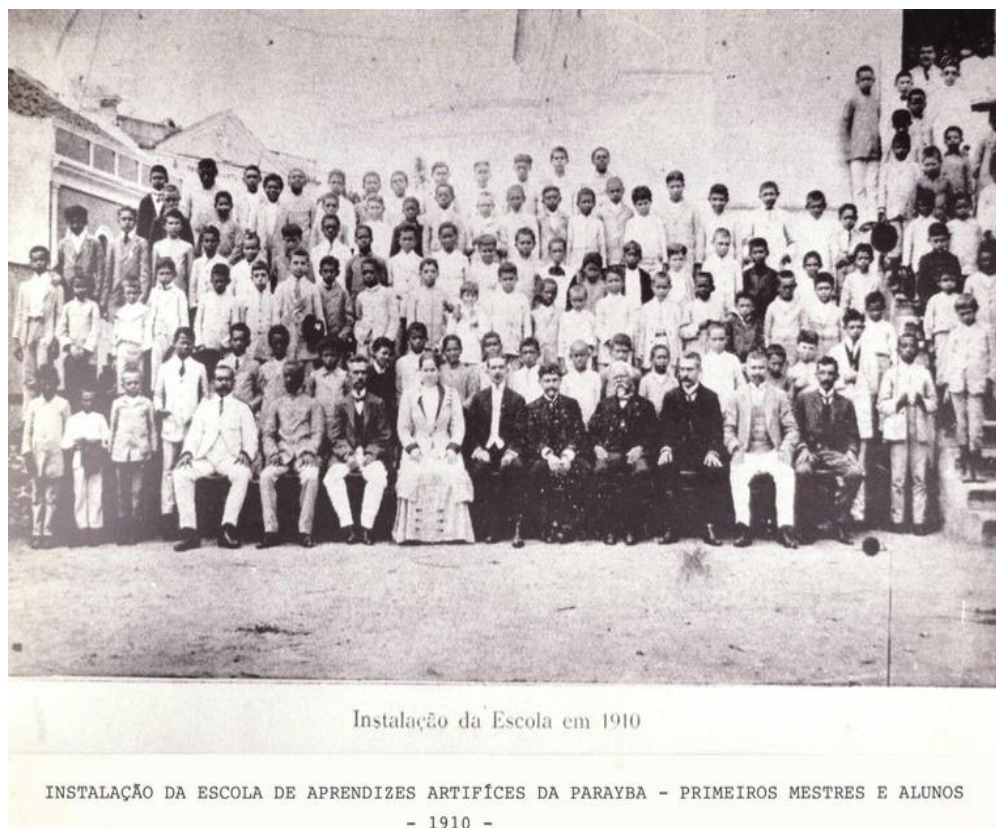
Figura 1: Prédio do Batalhão da Polícia Militar do Estado, localizado na Praça Pedro Américo, em 1920



Fonte: Portal do IFPB, (2021)⁸.

⁸ Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/exposicao-112-anos/fotos/escola-de-aprendizes-artifices-1909-1937/01.jpg/view> Acesso em: 19 set. 2025.

Figura 2: Primeiros mestres e alunos da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba em 1910



Fonte: Portal do IFPB, (2021)⁹.

2.2.2 As Escolas de ensino profissional de nível básico nas décadas de 1930 a 1960

A década de 1930 trouxe importantes transformações para as escolas profissionais, visto que “foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionado por uma política de criação de novas escolas industriais e pela introdução de novas especializações nas instituições já existentes” (2009, p. 4). Importante observar que essa década já se inicia com mudanças significativas na economia, marcadas pelo rompimento do modelo agrário-exportador, até então centrado na produção de café, açúcar e outros produtos voltados ao mercado mundial. Essa ruptura foi precipitada pela crise mundial decorrente da Grande Depressão, de 1929, que paralisou as exportações e impactou profundamente a estrutura econômica do país. Para enfrentar a crise, o Estado brasileiro adotou uma política intervencionista, que marcou o início de um período de crescimento econômico e de desenvolvimento do setor industrial, promovendo a transição do capital agrário para o capital

⁹ Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/exposicao-112-anos/fotos/escola-de-aprendizes-artifices-1909-1937/02.jpg/view> Acesso em: 19 set. 2025.

industrial, naquele momento “foi plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal” (2008, p. 13).

Diante de todas essas transformações econômicas, as EAAs também sofreram mudanças significativas, iniciando pela transferência de sua gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o recém criado Ministério de Negócios da Educação e Saúde Pública. Essa mudança representou uma reestruturação importante, com o objetivo de promover uma melhor integração dessas instituições ao sistema educacional nacional (Fonseca, 1986, p. 201).

Em 1937, pela primeira vez, a Constituição brasileira promulgada nesse ano passou a tratar do ensino profissional de forma específica, evidenciando a crescente preocupação do Estado com a qualificação da mão de obra. Nesse mesmo ano, outro marco relevante foi a transformação das EAAs em Liceus Industriais (LIs), conforme estabelecido na Lei nº 378/1937, sob a gestão do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. A mudança teve como objetivo expandir a capacitação profissional em todo o país, em um período em que a qualificação profissional de nível básico era escassa, mas fundamental para sustentar o crescimento industrial no Brasil naquele contexto (Brasil, 2011).

Assim sendo, os LIs passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, que passou a crescer contínua e rapidamente, sobretudo em meio ao desenvolvimento da indústria de base no país. Para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada para funções de nível intermediário – um capital humano escasso no Brasil naquele momento (Brasil, 2011). Posteriormente, em 1942, os LIs foram transformados em Escolas Técnicas Industriais (ETIs), por meio do Decreto nº. 4.127/42.

O Decreto nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, **passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário**. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de **vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país** como um todo, uma vez que **os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação** (Brasil, 2009, p. 4, grifos nossos).

Dessa forma, as ETIs trouxeram algumas mudanças no ensino técnico, tais como: 1. formação profissional que equivalia ao nível secundário, permitindo que os alunos formados pudessem ingressar no ensino superior, desde que na mesma área de sua formação; e 2. criação da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, que incluía diferentes tipos de escolas (técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem), estabelecendo, assim, um sistema mais organizado e abrangente (Brasil, 2009).

Posteriormente, na década de 1950, com o crescimento da economia brasileira e a crescente demanda por mão de obra qualificada, o ensino industrial passou a ganhar maior destaque. Nesse contexto, em 1959, o presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº 3.552, que transformou as ETIs em Escolas Técnicas Federais (ETFs), reforçando a expansão e a institucionalização da educação profissional no país.

Segundo Ramos (1995), poucos meses após a promulgação da lei, essas instituições obtiveram o *status* de autarquias, com autonomia didática e administrativa, por meio do Decreto nº. 47.038, de 16 de novembro de 1959, que também determinou a integração das ETFs à Rede Federal de Ensino Técnico. Reforcemos que todo esse movimento educacional foi impulsionado pelo acelerado processo de industrialização do país, que demandava profissionais cada vez mais qualificados (Brasil, 2009).

Em 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro), que introduziu mudanças significativas no ensino técnico industrial. Entre essas mudanças, a mais relevante foi a “equivalência dessa modalidade ao ensino secundário”, permitindo que as escolas oferecessem formação profissional de nível secundário. Dessa forma, os alunos formados passaram a ter a possibilidade de ingressar no ensino superior, desde que na mesma área de sua formação profissional.

2.2.3 Educação profissional no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

Durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, a educação profissional de nível básico passou por profundas transformações, guiadas por uma lógica Tecnicista e alinhadas às demandas do processo de industrialização do país. Segundo Cunha (2014), o governo militar enxergou no ensino técnico uma estratégia fundamental para acelerar o crescimento industrial, valorizando a formação de mão de obra especializada de nível técnico. Nesse contexto, um dos marcos iniciais foi o acordo firmado, em 1965, entre o Ministério da Educação brasileiro e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* – USAID), que estabeleceu a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) e possibilitou a execução de reformas nos sistemas estaduais de educação, evidenciando a influência externa na reestruturação do ensino brasileiro.

Em 1971, foi aprovada a Lei nº. 5.692, estabelecendo a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau. Assim sendo, um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse período, as Escolas Técnicas Federais aumentaram expressivamente o número de matrículas e implantaram novos cursos técnicos.

Art. 1º. O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. [...] **"Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins".** [...] (art. 4º, § 3º) Art. 5, § 2º, Alínea a - "terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau" (Brasil, 1971, grifos nossos).

Ainda nesse contexto, o currículo profissionalizante foi reorganizado segundo a ideologia do Regime, reforçando valores cívicos e produtivistas. Desta forma, disciplinas consideradas críticas, como Filosofia e Sociologia, foram excluídas do currículo, enquanto a carga horária de História e de Geografia foi diminuída, refletindo a ênfase em uma educação Tecnicista voltada às demandas do mercado de trabalho (Saviani, 2008; Vedana, 1997).

Cunha (2014) ressalta que a Lei nº 5.692 enfrentou diversos problemas, gerando críticas e resistência. A obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau foi um dos pontos mais polêmicos, encontrando oposição de estudantes e gestores públicos. Além disso, foram apontadas como principais dificuldades a falta de recursos, a escassez de professores qualificados, a redução da carga horária da educação geral e a baixa colaboração das empresas, comprometendo a interpretação e a implementação eficaz da lei.

Outro marco importante da década de 1970 foi a criação dos primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), por meio da Lei nº 6.545/78. Essa legislação transformou as Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, do Paraná e de Minas Gerais, em instituições também de ensino superior, com ênfase na formação de engenheiros, além de incentivar o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

Campello (2007, p. 3) define os CEFETs como “autarquias de regime especial [...] detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar”. Ainda segundo a autora, a criação dos CEFETs foi resultado de uma política iniciada com a reforma do ensino superior, especialmente pela Lei nº 5.540/68, que introduziu cursos de curta duração, como engenharia de operação. Dessa forma, as bases para os CEFETs foram lançadas bem antes de sua implementação, nos anos 1970, sendo posteriormente ampliadas na década de 1990.

Por fim, a década de 1980 também trouxe mudanças significativas, como a revogação da obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau pela Lei nº 7.044/82, que passou a permitir que as escolas decidissem se ofereceriam ou não cursos profissionalizantes. Além disso, foram criadas as Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), com o objetivo de

interiorizar a educação técnica, atendendo aos diversos polos econômicos regionais (Menezes, 2001).

2.2.4 A Educação Profissional na Nova República (anos 1990 e 2000)

Entre os acontecimentos que marcaram a história da educação profissional entre a década de 1990 e os anos 2000, destacam-se: a transformação de escolas técnicas e agrotécnicas federais em CEFETs; a regulamentação da educação profissional na LDB de 1996; a publicação dos Decretos nº 2.208/1997, que separou a educação profissional do ensino médio; o Decreto nº 5.154/2004, que possibilitou a integração do ensino médio com a educação profissional; e, por fim, a promulgação da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Em 1994, a Lei nº 8.948 estabeleceu a transformação de várias Escolas Técnicas e Agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Esse processo foi consolidado apenas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, embora algumas instituições já houvessem passado por essa transformação anteriormente, conforme vimos na seção anterior.

Posteriormente, em 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), na qual a educação profissional detém um capítulo, passando a ser considerada uma modalidade de educação básica. A legislação também reformulou a terminologia, adotando o termo “articulação” em lugar de “integração”, para descrever sua relação com o ensino médio. Quanto a este aspecto, Moura (2007, p. 9) enfatiza que “o texto é minimalista e ambíguo em geral e, em particular, no que se refere a essa relação – ensino médio e educação profissional. Estrutura a educação regular em dois níveis, educação básica e educação superior, sendo que a EP não está em nenhum deles”.

Contrariando a premissa da articulação entre a educação profissional e o ensino médio, prevista na nova LDB, surgiu o Decreto nº. 2.208/1997, inviabilizando o ensino profissional integrado a aquela etapa da Educação Básica. A partir dessa normativa, a Educação Profissional passou a ser oferecida apenas de forma Concomitante ou Sequencial ao Ensino Médio, destacando uma formação técnica simplificada e focada nas demandas dos setores produtivos, sem promover a elevação da escolaridade ou uma formação cidadã e tecnológica abrangente.

Ainda quanto a este aspecto, Frigotto e Ciavatta (2003) apontam que o Decreto nº. 2.208/1997, implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe mudanças

profundas na formação profissional, visto que trilhou uma linha de pensamento liberal. De acordo com os autores, esse mesmo Decreto, junto com a Portaria MEC nº. 646/1997, proibiu a integração entre ensino médio e educação profissional, acelerou a formação dos alunos, reduziu investimentos na educação pública, incentivou a privatização e introduziu a pedagogia das competências, além de organizar o ensino em módulos. Outra mudança importante foi a transferência da supervisão da Educação Profissional do âmbito do Ministério da Educação para o Ministério do Trabalho, aproximando a formação profissional aos interesses empresariais.

Anos depois, em 2004, a Educação Profissional foi regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004, que possibilitou a (re)integração entre o Ensino Médio e a Formação Técnica. O Decreto teve como objetivo proporcionar ao estudante uma qualificação profissional melhor estruturada, destinada àqueles que já haviam concluído o Ensino Fundamental, permitindo a realização de uma única matrícula (Brasil, 2004).

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2008), esse Decreto marcou um momento importante de transformação no Ensino Médio e no Ensino Técnico. Entre as principais mudanças, destacam-se a reorganização dos currículos e a criação do Ensino Médio Integrado, que passou a valorizar a articulação entre teoria e prática na formação dos estudantes. Ao revogar diretrizes anteriores, a norma sinalizou uma tentativa de romper com a dualidade estrutural entre formação acadêmica e técnica.

Dando continuidade às transformações no campo da educação profissional, foi instituído, em 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o objetivo de ampliar a presença dessas instituições em todo o território nacional (Brasil, 2005). Estruturado em três fases, em sua etapa inicial, priorizou a criação de escolas técnicas em Estados que ainda não contavam com Unidades Federais de Educação bem como em regiões periféricas e do interior, por meio da implantação de novas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Unidades Descentralizadas.

Com a expansão da Rede Federal, tivemos, em 2008, a Lei nº. 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), os quais resultaram da fusão dos CEFETs com as antigas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs). Assim sendo, foram criados 38 (trinta e oito) IFs. Não passaram por essa conversão CEFETs dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais) e o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Essas três últimas instituições, entretanto, engrossam o caldo das autarquias federais de ensino, totalizando 41 unidades dessa natureza, além da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR) e

das escolas técnicas ligadas às universidades. Pacheco (2011, p.12), define os Institutos Federais como:

[...] a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (Pacheco, 2011, p. 12).

A RFEPECT é *multicampi* e pluricurricular (Brasil, 2008). Cada instituição é um sistema organizado em unidades (*campi*), que ofertam educação profissional verticalizada, ou seja, um ensino que oferece desde a formação inicial e continuada de trabalhadores, perpassando a formação técnica, nas modalidades do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e do Ensino Técnico Subsequente ao Ensino Médio, as diversas graduações de tecnologias, licenciaturas e bacharelados, até a pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados). Nesse contexto, os IFs representam um marco na educação profissional do Brasil, ao ampliar o acesso, interiorizar a oferta de ensino e articular diferentes níveis e modalidades de formação. Com isso, consolidam-se como instituições fundamentais para a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

Com base nessa breve reflexão histórica, constatamos que a história da educação profissional no Brasil foi marcada por constantes transformações, impulsionadas por demandas sociais, econômicas e políticas. Tais mudanças evidenciam não apenas a capacidade de adaptação das instituições às exigências de cada período histórico mas também o processo de construção de identidades educacionais que dialogam com os diferentes projetos de desenvolvimento do país. Revisitando essa trajetória, somos instigados a refletir sobre os desafios atuais e a projetar uma educação profissional que vá além da formação para o trabalho, assumindo um caráter crítico, dialógico e libertador, voltado para a conscientização e a transformação da realidade social, como defendia Freire (1996).

2.3 História das Instituições Educativas

Como forma de subsidiar a devida compreensão do fenômeno estudado, a presente pesquisa fundamenta-se em três conceitos principais: a história das instituições escolares, a memória e a identidade institucionais. Em síntese, a história revela a trajetória das instituições;

a memória guarda e ressignifica saberes e valores; e a identidade nasce das relações e experiências que fortalecem o senso de pertencimento.

A História, enquanto área do saber, desempenha seu papel na análise das mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas que ocorrem ao longo do tempo. Mais do que registrar acontecimentos, ela se apresenta como uma interpretação crítica do passado, construída a partir de documentos, vestígios e relatos. Neste sentido, Le Goff (2003) ressalta que a História é um processo dinâmico de construção e reconstrução, mediado pela memória e pelas diferentes leituras sociais. Seu foco vai além da cronologia dos fatos, buscando desvendar contextos, motivos e significados das transformações históricas.

No âmbito das instituições escolares, a História ajuda a revelar os caminhos por elas trilhados. É por meio dessa ciência que a comunidade acadêmica compreende as origens dessas instituições, reconhece seus desafios e fortalece sua identidade. De acordo com Magalhães (1999), as pesquisas sobre a História das Instituições Educativas se desenvolveram na Europa, notadamente nas décadas de 1970 e 1980. Esse campo historiográfico surgiu das interfaces entre a História da Educação e a História Social, com o objetivo de compreender a importância histórica das instituições educacionais enquanto espaços sociais, políticos e culturais. Destaquemos que essa área foi profundamente influenciada pela chamada Nova História – corrente historiográfica que surgiu na França, a partir da década de 1970 – bem como pelos estudos de Michel Foucault, centrados no entendimento da escola como espaço de conflitos, resistências e produção de identidades¹⁰.

No Brasil, essa temática tem se expandido progressivamente, sobretudo a partir dos anos 1990, quando, segundo Nosella e Buffa (2006), a consolidação da pós-graduação proporcionou um ambiente mais propício à difusão e aprofundamento deste campo de estudos. Nesse contexto, Magalhães (1996) destaca que o âmbito investigativo voltado à análise das instituições escolares insere-se em um movimento de transformação no interior da Historiografia da Educação, cuja renovação se expressa tanto pela ampliação dos objetos de estudo quanto, e principalmente, pela reconfiguração das estratégias de construção das questões de pesquisa.

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio de conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma

¹⁰ Sobre o tema, ver a obra *Vigiar e Punir* (Foucault, 2014).

abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições Educativas (Magalhães, 1996, p. 1, sic).

Ainda de acordo com Magalhães (1996), trata-se de uma história que se constrói em um constante diálogo entre a memória e o arquivo, e vice-versa, sobretudo devido ao acesso às fontes primárias, tais como: documentos escolares variados, registros administrativos, currículos, livros de matrícula, fotografias, regulamentos, relatos orais. Assim sendo, esta trajetória busca constituir uma síntese que revela, de forma integrada, o percurso de uma instituição escolar, sua identidade histórica, seus processos de transformação e o projeto educacional que a orienta. O autor ressalta ainda que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (Magalhães, 1996, p. 2).

Nessa perspectiva, Araújo e Gatti Jr. (2002) destacam que a História das Instituições Educativas busca compreender os diversos sujeitos envolvidos no processo educacional, investigando o que ocorre em seu interior e produzindo, assim, um conhecimento mais aprofundado sobre esses espaços sociais.

[...] percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos (Araújo e Gatti Jr., 2002, p. 20).

Outro aspecto fundamental a ser considerado na pesquisa sobre instituições educativas diz respeito ao uso das fontes. Para Orso (2013), as fontes constituem elementos essenciais na pesquisa histórica, pois são estes os materiais que possibilitam a “reconstrução do passado”. As incluem documentos, vestígios e registros que oferecem acesso direto às informações históricas, permitindo uma análise mais aprofundada e contextualizada dos acontecimentos bem como dos aspectos sociais, culturais, políticos e educacionais de uma determinada época ou realidade. Em consonância com esse pensamento, Saviani (2006, p.29-30) afirma que as fontes históricas: “enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história” .

Nesse mesmo sentido, Miguel (2007) considera que a análise de fontes e documentos deve ser realizada levando em consideração o contexto econômico-cultural em que a instituição está inserida bem como as políticas que a influenciam. Dessa forma, é possível compreender não apenas sua trajetória interna mas também o modo como ela se relaciona com os processos históricos mais amplos de sua época. Conforme afirma Costa (2023, p. 6): “Estudar a história das instituições escolares é comprometer-se a [...] interpretar o sentido daquilo que elas formaram, educaram, instruíram, criaram e fundaram, enfim, o sentido da sua identidade e da sua singularidade”.

Assim, ao investigar a trajetória histórica de uma instituição educacional, como o IFPB, *Campus* Campina Grande, é fundamental ir além da simples cronologia de sua constituição e desenvolvimento, buscando compreender também os significados atribuídos a essa trajetória pelos sujeitos que dela participaram e ainda participam. Entender o percurso do *Campus* implica, portanto, reconhecer o entrelaçamento entre políticas educacionais, contextos históricos e os diversos atores que contribuíram para forjar sua identidade institucional. Neste sentido, a História das Instituições Educativas fornece o arcabouço teórico-metodológico necessário para analisar a escola como uma construção social, marcada por mudanças e permanências ao longo do tempo.

2.4 Memória

A memória constitui um elemento essencial de nossas vidas, reunindo experiências vividas que, ao longo do tempo, permanecem guardadas em nosso pensamento. Algumas delas, marcantes – sejam positivas ou negativas – ficam registradas até mesmo no inconsciente e podem ressurgir a qualquer instante, motivadas por emoções ou pela necessidade de realização de alguma atividade. Conforme ressalta Santos (2003):

A memória está presente em tudo e em todos. Nós somos aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor do tempo físico, pois ela é também um resultado em si mesma; ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações (Santos, 2003, p. 25-26).

Entre as múltiplas dimensões que a memória abrange, estão as que se concentram em compreender sua manifestação no âmbito individual, coletivo e institucional. No âmbito individual, a memória guarda as experiências particulares de cada pessoa. Quando essas

memórias se encontram e se inter-relacionam, originam uma memória coletiva capaz de refletir a diversidade e a pluralidade da comunidade.

Nessa perspectiva, Halbwachs (2006) afirma que a memória individual não pode ser compreendida de forma isolada, pois está sempre inserida em um contexto social que a molda e a orienta. Ele argumenta que as lembranças pessoais se articulam com a memória coletiva, sendo reinterpretadas e reforçadas pelos grupos aos quais o indivíduo pertence. Neste sentido, a memória coletiva funciona como um quadro que estrutura e dá sentido às experiências individuais.

Se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. A memória coletiva, por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas (2006, p. 53, sic).

Complementando essa visão, Pollak (1989) destaca que a relação entre a memória individual e coletiva é dinâmica: enquanto a memória pessoal guarda experiências singulares, a memória coletiva organiza essas experiências em narrativas compartilhadas, permitindo a construção de identidades sociais e a preservação de significados comuns. Assim, ambos os autores ressaltam que a compreensão da memória humana requer considerar, simultaneamente, suas dimensões individual e coletiva.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que a memória das instituições escolares se forma a partir da articulação entre memórias individuais e coletivas. Nesse cenário, a memória institucional destaca-se como um elemento de significativa importância, exigindo atenção, pois reflete não apenas a história da instituição mas também os valores, práticas e identidades compartilhadas por seus membros ao longo do tempo. Conforme afirma Magalhães (2004), todos os componentes de uma instituição contribuem para a formação de seu legado:

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais que se contrapõe a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo (s) que o historiador entretece uma visão hermenêutica e um sentido para seu trabalho e nessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas. (Magalhães, 2004, p. 155).

Assim, a memória das instituições escolares se entrelaça de modo inseparável às memórias individuais e coletivas de uma sociedade. Nesse contexto, Michel e Michel (2016), Ressaltam que a história de uma instituição, ao ser registrada, deve contemplar os fatos e falas dos indivíduos que dela fizeram parte, utilizando a memória como instrumento central e articulando os elementos da memória coletiva que permeiam a instituição.

Moreno, Lopes e Di Chiara (2011), consideram que a memória institucional está diretamente relacionada ao “resgate” da imagem das instituições perante a comunidade, permitindo não apenas o fortalecimento da identidade interna mas também o reconhecimento social da organização. O processo de socialização, ao promover o compartilhamento de experiências e memórias, contribui para reforçar os vínculos entre os membros e consolidar a reputação da instituição perante a sociedade, evidenciando a importância de preservar e difundir sua memória institucional.

Conforme destaca Izquierdo (2002, p. 9), “[...] somos aquilo que recordamos”, e tal afirmação também se aplica às instituições e organizações. Sua identidade e continuidade dependem daquilo que conseguem lembrar e conservar, sendo que a ausência de uma memória estruturada pode resultar na perda de conhecimentos valiosos e legitimados. Dessa forma, a memória institucional, ao recuperar vivências e experiências de indivíduos em determinado ambiente de trabalho, torna-se um instrumento valioso para a preservação das trajetórias individuais e coletivas e contribui para o reconhecimento de sua identidade.

2.5 Identidade

O conceito de identidade nos ajuda a entender como pessoas e grupos se veem e se conectam com o mundo ao seu redor. Não se trata apenas do que é visível ou do papel que desempenhamos, mas de um conjunto de memórias, valores, experiências e práticas que compartilhamos e que moldam nossa percepção sobre nós e os outros.

Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 187) afirmam que “a identidade é a denominação dada às representações (ideias e sentimentos) que o indivíduo desenvolve de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências”. Assim, pode-se conceber a identidade como o conjunto de características que torna um indivíduo único. Entretanto, ela não é estática, mas se forma continuamente a partir das interações culturais que permeiam o cotidiano do sujeito.

Para Berger e Luckmann (2004), a identidade é um fenômeno que resulta de uma relação dialética entre o indivíduo e a sociedade. Os autores destacam que nossa identidade é (re)moldada nas relações que construímos, nas aprendizagens que fazemos em comunidade e

nos espaços sociais. Dessa forma, a identidade não é construída de maneira isolada, mas nasce e se desenvolve a partir das relações sociais e das estruturas que organizam a vida coletiva.

Candau (2011) também compreende a identidade como uma construção coletiva, construída socialmente através das nossas interações, narrativas e práticas culturais. Em sua visão, é por meio da memória compartilhada que desenvolvemos nossos sentimentos de pertencimento a um grupo, comunidade ou nação. Por isso, para o autor, memória e identidade são dois elementos inseparáveis, uma vez que não se constrói um sentido de identidade sem se recorrer à memória; do mesmo modo, toda rememoração significativa tende a despertar um sentimento identitário.

Em conformidade com esse pensamento, Pollack (1992) sublinha que a memória, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva, constitui um elemento estruturante da identidade. É por meio das lembranças partilhadas que sujeitos e grupos constroem uma percepção de continuidade, mesmo diante das mudanças impostas pelo tempo. Assim, a identidade revela-se como um processo dinâmico, permanentemente reconstruído, no qual a memória funciona como elo entre passado e presente.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollack, 1992, p. 204).

Nesse contexto, compreende-se que uma instituição educativa é constituída por um grupo de pessoas que, ao compartilhar experiências, valores e práticas, constroem uma memória comum capaz de sustentar sua identidade. Essa memória, como enfatiza Halbwachs (2006), não se limita ao plano individual, mas é socialmente construída e constantemente reelaborada, conferindo à instituição um sentido de continuidade.

Dessa forma, a identidade de um grupo ou instituição depende diretamente da preservação da memória. A ausência desta inviabiliza a própria noção de identidade. Sem ela, as percepções sobre passado, presente e futuro, bem como as mudanças trazidas pelo tempo, acabam se perdendo no fluxo da vida cotidiana.

Conforme destaca Silva (2016, p. 38), “[...] o que não pode ser lembrado inviabiliza o pensamento, logo, inviabiliza a reflexão”. Sob essa perspectiva, compreende-se que a memória institucional não se limita à preservação das histórias individuais e coletivas, mas atua como elemento de fortalecimento da identidade e de legitimação da representação social de um grupo.

Portanto, memória e identidade apresentam uma ligação inseparável. Considerando a instituição como um grupo ou coletivo, sua identidade reflete a percepção que a própria instituição — bem como os diferentes grupos que dela fazem parte — constrói de si mesma em relação aos outros. É a partir do reconhecimento de sua memória que essa identidade se consolida e se mantém ao longo do tempo.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, detalhamos os caminhos metodológicos percorridos na realização da pesquisa, descrevendo os procedimentos adotados para atingir os objetivos estabelecidos. De acordo com Strauss e Corbin (1998), o método de pesquisa corresponde a um conjunto de procedimentos e técnicas empregados na coleta e análise dos dados. Trata-se dos instrumentos que possibilitam atingir os objetivos do estudo e responder às questões investigativas.

3.1 Caracterização da Pesquisa

3.1.1 Quanto à abordagem

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, pois busca compreender as dimensões subjetivas de um fenômeno, com o objetivo de obter uma compreensão mais profunda de uma dada realidade. A pertinência da abordagem qualitativa se justifica, portanto, pela impossibilidade de se expressarem, em números, os aspectos subjetivos. Ela privilegia a descrição e a interpretação do objeto estudado, enfatizando o contexto no qual ocorre o referido estudo. Neste tocante, Gerhardt e Silveira (2009) explicam que a pesquisa qualitativa “[...] lida com aspectos não quantificáveis da realidade, com foco na compreensão e explanação da dinâmica das relações sociais” (p. 32).

3.1.2 Quanto à tipologia da pesquisa

Esta pesquisa é caracterizada como exploratório-descritiva, uma vez que, conforme Gil (2010), além de buscar informações iniciais sobre o tema investigado, teve como objetivo principal descrever as características de determinado fenômeno ou grupo populacional.

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, entre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “as pesquisas descritivas são, juntamente com as pesquisas exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. Essa abordagem está em consonância com o objetivo

central deste estudo, que é investigar a história e a memória do processo de concepção e de estabelecimento do IFPB, *Campus* Campina Grande, no período entre 2005 e 2009. Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizadas as estratégias metodológicas de revisão bibliográfica e análise documental, permitindo uma análise detalhada do fenômeno em estudo.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica consiste na busca e coleta de informações teóricas disponíveis em livros, periódicos, artigos científicos e trabalhos publicados na internet, com o objetivo de reunir diferentes perspectivas e contribuições que fortaleçam o embasamento do estudo. Prodanov e Freitas (2013, p. 54) reforçam essa definição, apontando que essa modalidade permite ao pesquisador acessar diretamente a produção intelectual já existente. Os autores afirmam que se trata de investigação

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Como já mencionado, a pesquisa bibliográfica foi conduzida a partir da análise de pesquisas disponíveis em duas plataformas acadêmicas, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Observatório do ProfEPT, considerando o período de 2016 a 2023. Após consulta a esses dispositivos, constatou-se que os estudos sobre a História das Instituições Escolares vêm crescendo significativamente nas últimas décadas. Identificou-se, entretanto, a ausência de publicações específicas acerca da história do *Campus* Campina Grande (IFPB), o que revela uma oportunidade singular para a construção de uma narrativa histórica focada no período de implantação dessa unidade de educação profissional e tecnológica.

No que diz respeito à pesquisa documental, Bravo (1991, p. 283) a define como “uma técnica que tem como objetivo buscar informações em documentos originais, sejam eles impressos ou digitais, com a finalidade de obter dados sobre um tema ou problema de pesquisa específico”. Para o autor, os documentos são compreendidos como produções humanas que funcionam como evidências de suas ações, revelando ideias, opiniões, comportamentos e modos de vida. Ele propõe, ainda, uma classificação dos documentos em distintas categorias: escritos, numéricos ou estatísticos, de reprodução sonora e visual, além dos chamados documentos-objeto.

A pesquisa documental envolveu a coleta e análise de normativas legais sobre EPT, assim como de documentos institucionais relativos à implantação do *Campus*. Os documentos selecionados para análise estão organizados de forma cronológica, no Quadro 2.

Quadro 2 – Corpus documental da pesquisa

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	ANO
Lei nº 11.195/ 2005	Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.	2005
Plano de Expansão	Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica: fase I	2005
Convênio	Convênio entre o CEFET- PB e a Prefeitura Municipal de Campina Grande	2006
Contrato de aluguel	Contrato nº 429.1/2006 SAD /PMCG	2006
Relatório de avaliação do plano	Relatório de avaliação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica	2007
PPC de Matemática	Plano Pedagógico do Curso de Matemática	2009
PPC de Construção de Edifícios	Projeto Pedagógico do Curso de Construção de Edifícios	2009
Lei nº 11.892\ 2008	Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)	2008
PDI /IFPB	Plano de Desenvolvimento Institucional	2010-2014
PDI /IFPB	Plano de Desenvolvimento Institucional	2020-2024
Relatório de inauguração	Relatório de inauguração do <i>Campus</i> Campina Grande	2024

Fonte: Elaboração própria, 2025.

3.2 Universo, Amostragem e Amostra

3.1.1 Quanto ao universo de investigação

No ano de 2023, quando esta pesquisa foi iniciada, o *Campus* Campina Grande estava constituído de um quadro de funcionários composto por 239 servidores, dos quais 143 eram docentes e 96 técnico-administrativos. Dentro desse número de servidores, definimos o universo e a amostra da pesquisa. O universo, ou população, é o conjunto de elementos cujas

características serão objeto do estudo (Vergara, 1997). Assim, partiu-se de um universo de 239 servidores, a partir do qual foi definida a amostra da pesquisa.

De acordo com Schiffman e Kanuk (2000), um plano de amostragem deve ser capaz de responder a três questões fundamentais: Quem será pesquisado? Quantos serão pesquisados? Como serão selecionados? Definir corretamente o universo é essencial para obter uma amostra adequada; entrevistar o público certo é fundamental para a validade do estudo. Sendo assim, escolhemos a amostragem não-probabilística, a qual, segundo Gil (2008, p. 91), não apresenta “fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador”.

Dessa forma, a amostra foi selecionada por acessibilidade (ou conveniência), ou seja, a seleção dos participantes foi realizada com base em critérios previamente definidos, como o tempo de vínculo com a instituição – e/ou a condição de pertencimento à primeira geração de servidores do *Campus* – e o interesse em contribuir com a pesquisa. A amostra foi composta por nove pessoas, sendo dois ex-diretores, dois professores, dois técnicos-administrativos e três alunos egressos. O Quadro 3 apresenta o perfil dos sujeitos entrevistados, de acordo com os critérios estabelecidos na amostragem, juntamente com o mês em que ocorreram as entrevistas.

Quadro 3 – Perfil dos entrevistados

ENTREVISTADO (A)	DESCRIÇÃO	DATA
Participante A	Ex-Diretor	Fevereiro de 2025
Participante B	Ex-Diretor	Março de 2025
Participante C	Professor	Dezembro de 2024
Participante D	Professor	Dezembro de 2024
Participante E	Técnico-administrativo	Dezembro de 2024
Participante F	Técnico-administrativo	Dezembro de 2024
Participante G	Ex-discente	Dezembro de 2024
Participante H	Ex-discente	Dezembro de 2024
Participante I	Ex-discente	Janeiro de 2025

Fonte: Elaboração própria, 2025.

3.3 Instrumentos de Coleta e Análise dos Dados

No âmbito da pesquisa qualitativa, são empregadas diferentes técnicas de coleta de dados, com a finalidade de apreender os significados, valores, percepções e compreensões atribuídos pelos participantes. A entrevista, nesse contexto, revela-se um recurso metodológico relevante, por permitir uma aproximação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, promovendo um ambiente de escuta e interação mais profundas (Richardson, 2017).

Com o intuito de compreender as experiências, percepções e memórias dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de implantação do *Campus*, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, contendo perguntas fechadas e abertas, dando ao entrevistado a oportunidade de expor sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas. Conforme afirma Manzini (2004), a entrevista semiestruturada:

[...] possui um roteiro de perguntas básicas previamente estabelecidas e que fariam referência aos interesses da pesquisa. Ela difere da estruturada pela sua flexibilidade quanto às atitudes e compreensão do pesquisador, podendo ou não alterar as perguntas no decorrer das respostas dadas (p. 21).

Nesse contexto, o autor destaca a utilização de um roteiro com questões principais como estratégia para organizar a entrevista e alcançar os objetivos da pesquisa. Reconhece-se, no entanto, que questões espontâneas podem surgir durante a interação com o participante, enriquecendo o processo investigativo, fazendo “[...] emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas” (Manzini, 2004, p. 22, sic).

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de dezembro de 2024 e março de 2025. Para a execução das entrevistas, foram elaborados dois roteiros diferentes, adaptados ao perfil dos participantes da pesquisa, ou seja, fizemos um roteiro destinado aos servidores e outro destinado aos alunos egressos. Ambos os roteiros foram estruturados em cinco blocos temáticos.

As entrevistas com servidores envolvidos na criação da unidade federal de educação profissional em Campina Grande foram organizadas em cinco eixos temáticos. O primeiro eixo, “contexto histórico”, abordou o contexto político e os fatores que justificaram a escolha da cidade. O segundo eixo, “planejamento e organização”, tratou do planejamento e dos desafios da implantação, incluindo a definição do local e a reação da comunidade. O terceiro eixo, “atividades educacionais”, explorou os primeiros cursos, os critérios de escolha, as dificuldades iniciais e a relevância da unidade para a formação dos estudantes. O quarto eixo, “repercussões sociais”, investigou os impactos sociais da instituição na região. Por fim, o quinto eixo, “últimas questões”, reuniu impressões finais e expectativas sobre o futuro da unidade e seu papel social. O roteiro das entrevistas com os servidores encontra-se no Apêndice A.

As entrevistas com os discentes egressos também foram estruturadas em cinco eixos temáticos para compreender diferentes aspectos de sua vivência na unidade de educação profissional federal em Campina Grande. O primeiro eixo, intitulado “contextualização”,

tratou da percepção dos participantes sobre o contexto político da época da criação da unidade. O segundo eixo, “questões pessoais relativas à unidade educacional”, abordou suas trajetórias pessoais na instituição, incluindo local de residência, motivos da escolha, ingresso, curso e desafios enfrentados. O terceiro eixo, “atividades educacionais da unidade”, investigou a participação em atividades acadêmicas, como pesquisa, extensão e eventos, além de dificuldades estruturais. O quarto eixo, “repercussões sociais”, explorou a importância social e educacional da unidade para Campina Grande e região. Por fim, o quinto eixo, “últimas questões”, permitiu o compartilhamento de impressões gerais e memórias afetivas sobre a experiência vivida na instituição. Todas as entrevistas foram gravadas, mediante consentimento dos participantes, e transcritas para análise. O roteiro das entrevistas com os alunos egressos encontra-se no Apêndice B.

3.3.1 História Oral como metodologia de produção de fontes

Em primeiro lugar, abordaremos aqui a natureza das fontes. As entrevistas, concebidas a partir da prática da História Oral, não podem ser tratadas como simples maneiras de coleta de informações factuais, pelo contrário, devem ser consideradas enquanto exercícios de estímulo à memória, por meio de construções narrativas elaboradas pelos sujeitos em interação com a situação presente da entrevista.

Neste sentido, seguimos as formulações de Portelli (1997), para quem o valor central das entrevistas está não apenas na veracidade factual mas também na revelação de significados, percepções e sentidos atribuídos aos acontecimentos. A História Oral, portanto, nos conduz a pensar a memória como fonte histórica de caráter relacional, seletivo e dinâmico, atravessada por esquecimentos, silêncios e manipulações, tal como discutem Halbwachs (1990), Nora (1984) e Le Goff (1990).

Se a memória tem caráter relacional – e quando pensada coletivamente, organiza-se a partir de “quadros sociais”, como mostrou Halbwachs –, ela também se transforma em objeto de disputa e em símbolo coletivo, como assinalam Le Goff e Nora. Por esta razão, as entrevistas feitas ao longo desta pesquisa não são lidas como testemunhos isolados, mas como pontos de entrada para um debate mais amplo sobre as representações da expansão da rede federal e sobre os sentidos que os sujeitos atribuem ao processo histórico, com suas tensões e disputas.

Essa perspectiva não relativiza os acontecimentos, mas evidencia que tanto os documentos oficiais quanto os relatos orais são produtos de escolhas, de enquadramentos discursivos e de linguagens específicas. Incorporar esse debate ao estudo do *Campus Campina Grande* nos permite evitar uma leitura positivista e compreender como os diferentes sujeitos (gestores, servidores, professores, ex-alunos) narram e disputam o lugar dessa instituição no contexto educacional paraibano.

A escolha metodológica pela História Oral se justifica também porque o objeto de que trata este trabalho de pesquisa se apresenta como um fenômeno recente, cujos arquivos institucionais ainda estão em processo de organização e cuja memória social permanece viva e em disputa, ou seja, os significados atribuídos ao passado da instituição ainda estão sendo construídos, negociados e contestados pelos diferentes sujeitos envolvidos. Tal evento, para nós, torna nosso objeto ainda mais complexo e rico em possibilidades de análise, uma vez que, como lembra Alberti (2004), a História Oral é especialmente fecunda quando aplicada a processos históricos ainda em andamento, permitindo ao pesquisador captar tanto as marcas do vivido quanto os sentidos atribuídos no presente.

3.3.2 Análise de Conteúdo como procedimento de interpretação

Para realizar a análise dos dados desta pesquisa, optou-se pela Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin, que é conceituada como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados” (Bardin, 2020, p. 11). A análise de conteúdo, nesta investigação, se desenvolveu a partir de três fases principais, conforme propõe a autora e esboçamos a seguir.

A primeira fase, a **pré-análise**, consistiu na organização do material e na sistematização das ideias iniciais, ou seja, nessa fase, as entrevistas foram transcritas e lidas para possibilitar uma familiarização inicial com o conteúdo. Definiram-se os trechos mais importantes para a análise, organizaram-se os dados com a identificação dos participantes e esboçaram-se possíveis temas e categorias a serem explorados nas próximas fases.

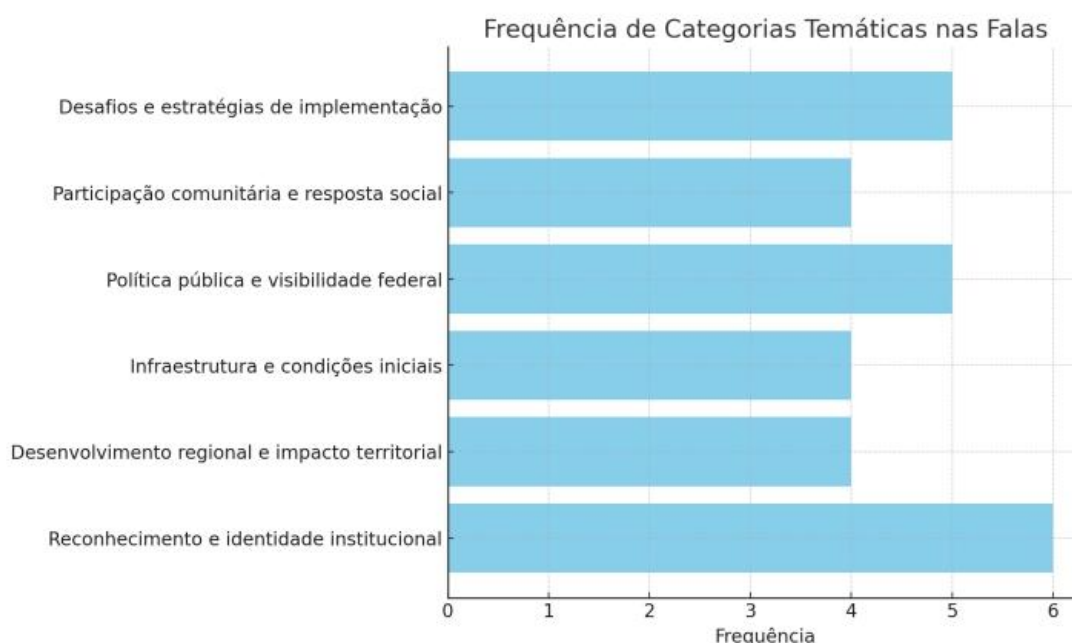
Na segunda fase, **exploração do material**, foram identificados e codificados trechos relevantes das entrevistas, os quais foram agrupados em categorias temáticas com base em repetições e sentidos comuns. Posteriormente, organizou-se um quadro com essas categorias e exemplos das falas, visando sistematizar os dados para a etapa interpretativa.

E por fim, na terceira etapa, conhecida como **tratamento e resultados**, foram interpretadas as categorias temáticas à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico. Buscou-se compreender os sentidos atribuídos pelos participantes, considerando suas percepções e experiências. Os resultados foram organizados e redigidos de forma a evidenciar os elementos mais relevantes e sua contribuição para o entendimento do fenômeno estudado.

3.3.3 Análise Categorical dos discursos a respeito do *Campus* Campina Grande, do IFPB

O Gráfico 1 a seguir mostra a frequência de categorias temáticas identificadas no discurso dos participantes.

Gráfico 1 – Frequência das categorias temáticas identificadas nos discursos analisados



Fonte: Elaboração própria, 2025.

No Quadro 4 adiante, apresentamos a síntese das categorias distribuídas por discurso dos participantes, estabelecendo correspondências analíticas que permitem visualizar com maior clareza as recorrências, as especificidades e os significados atribuídos por esses sujeitos. Essa sistematização favorece a compreensão do fenômeno estudado e fornece base para a discussão dos resultados.

Quadro 4 – Categorias por fala com correspondência aos conceitos analíticos

Nº do Discurso	Categoria(s) Temática(s) Observada(s)	Conceito(s) Analítico(s) Correspondente(s)
----------------	---------------------------------------	--

1	Expectativas locais; política educacional	Democratização do ensino, memória institucional, políticas públicas de expansão
2	Papel estratégico de Campina Grande	Centralidade urbana, vocação regional, reconhecimento territorial
3	Liderança regional e reconhecimento	Identidade institucional, capital simbólico, espaço social estratégico
4	Potencial geográfico de Campina Grande	Espacialidade (Milton Santos), política de interiorização
5	Primeiros passos e simbolismo institucional	Memória institucional, processo de enraizamento institucional
6	Reconhecimento e sentimento de pertencimento	Identidade institucional, memória coletiva, reconhecimento simbólico
7	Integração regional e expectativas	Função social da escola técnica, acesso e pertencimento, papel regional
8	Celebração e expectativa social	Efervescência simbólica, mobilização comunitária, memória afetiva
9	Desconhecimento anterior da marca CEFET	Capital institucional, educação como instrumento de inclusão
10	Melhoria de infraestrutura	Infraestrutura escolar, disparidade material, sentimento de conquista coletiva
11	Inauguração presidencial	Política de visibilidade, legitimação pública, reconhecimento estatal
12	Impacto da presença de autoridades	Política educacional nacional, marco político simbólico, consolidação histórica
13	Dificuldades iniciais	Condições objetivas de funcionamento, dependência institucional, história dos desafios institucionais
14	Estrutura física e falta de servidores	Crescimento institucional, limites operacionais, desigualdades administrativas
15	Desconhecimento social do IF	Reconhecimento social, visibilidade institucional, política de imagem
16	Improvisação e precariedade	Resiliência institucional, tática de pertencimento, memória da precariedade
17	Estratégias de divulgação institucional	Agência institucional, comunicação pública, expansão territorial da marca IF
18	Vocação educacional de Campina Grande	Capital simbólico educacional, tradição formadora, lacuna institucional suprida
19	Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento local, externalidades positivas da educação, interface educação-economia

Fonte: Elaboração própria, 2025.

O Quadro 5 apresenta o resultado da categorização dos discursos evidenciando como estes se distribuem nos eixos temáticos definidos.

Quadro 5 – Síntese das categorias agrupadas

Eixo Temático	Categorias Correspondentes
Reconhecimento e identidade institucional	Discursos 1, 3, 5, 6, 7, 15
Desenvolvimento regional e impacto territorial	Discurso 2, 4, 18, 19

Infraestrutura e condições iniciais	Discurso 10, 13, 14, 16
Política pública e visibilidade federal	Discurso 8, 9, 11, 12, 17
Participação comunitária e resposta social	Discurso 7, 8, 10, 12
Desafios e estratégias de implementação	Discurso 13, 14, 15, 16, 17

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A Análise de Conteúdo, ao permitir uma aproximação sistemática com o discurso, possibilita o tratamento de materiais simbólicos com rigor e criticidade. Como destaca Bardin (2011), esse tipo de análise é particularmente útil quando se pretende apreender o *não dito* e os sentidos implícitos nos testemunhos. Dessa forma, foi possível perceber, por exemplo, o modo como os sujeitos articulam suas experiências com políticas públicas, afetos institucionais e a construção de legitimidade do *Campus* perante a sociedade local.

3.3.4 Análise dialógica dos discursos e política educacional

A análise das entrevistas também foi atravessada por uma perspectiva dialógica, inspirada nos estudos de Mikhail Bakhtin (2006), no que tange à multiplicidade de vozes, pontos de vista e posições sociais que se entrecruzam nos depoimentos. A escuta atenta de cada discurso revela não apenas conteúdos factuais mas também tensões em torno do pertencimento institucional, das disputas simbólicas entre o antigo CEFET e o novo IF e da relação com a comunidade externa.

Além disso, os relatos foram contextualizados com base nos marcos legais e políticos que orientaram a expansão da RFEPCT, em especial a Lei nº 11.892/2008, que criou os IFs. A análise se vale das contribuições de autores como Pacheco (2011) e Frigotto (2018), que discutem a educação profissional em sua interface com a política pública, os desafios de democratização do acesso e as transformações institucionais decorrentes da reestruturação da Rede Federal.

Essa abordagem permitiu integrar à análise aspectos da macroestrutura política e econômica que impactaram o surgimento do IFPB em Campina Grande, revelando como os sujeitos locais vivenciaram e narraram os efeitos dessa política de expansão. Com isso, a pesquisa dialoga com a historiografia recente da educação profissional no Brasil, que tem buscado compreender os IFs não apenas como produtos de políticas públicas mas também como espaços de agência, memória e resistência.

Nossas escolhas teórico-metodológicas, além de responderem à natureza das fontes, também possibilitam interpretar com maior densidade crítica o processo de criação e

consolidação do IFPB, em especial do *Campus* Campina Grande, naquela região, como parte do movimento mais amplo de expansão da Rede Federal de Educação no Brasil. Ao articular entrevistas, documentação oficial e referências teóricas, este trabalho busca contribuir para a compreensão histórica desse processo, destacando a centralidade da memória, da narrativa e da multiplicidade de sentidos na construção da história recente da educação profissional na Paraíba.

3.4 Aspectos Éticos da Pesquisa

A condução da pesquisa esteve pautada nos princípios éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta os estudos com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais. Os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa e concordaram formalmente, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em colaborar de forma voluntária. A confidencialidade das informações foi garantida, e os dados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, sempre com o compromisso de preservar a identidade dos envolvidos.

O projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, obtendo aprovação por meio do parecer nº 7.095.157, em 23 de setembro de 2024. Em virtude de ajustes realizados no cronograma, foi necessária a emissão de novo parecer, registrado sob o nº 7. 814.852, de 3 setembro de 2025 (Anexo A).

4 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL EM CAMPINA GRANDE: DE UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA A *CAMPUS* DO IFPB

Nesta seção, discutiremos o contexto em que o IFPB se constituiu e se consolidou, em Campina Grande, entre os anos de 2006 e 2007, a fim de identificar os motivos de sua criação e compreender seu lugar no interior de um projeto de nação bem como os papéis dos sujeitos envolvidos no processo, localizando as memórias de estudantes e servidores aqui analisadas.

Para tanto, partimos das informações contidas nas fontes documentais oficiais que se propõem como fundamentos analíticos ou justificativas para a ampliação da educação profissional federal no Brasil, tais como: *Plano de Expansão – Fase I; Relatório de Avaliação do Plano de Expansão – Fase I*¹¹ e; Planos de Desenvolvimento Institucionais. Em seguida, observamos os dados contidos nas fontes supracitadas, no que diz respeito aos elementos elencados para caracterizar a cidade de Campina Grande, analisando-os enquanto recortes da história da cidade, considerados importantes para a composição de uma argumentação em favor da instalação de um novo *Campus* do IFPB. Por último, acrescentamos à análise recortes das entrevistas que fizemos com pessoas que vivenciaram de perto o processo de implantação dessa instituição educacional na cidade, a fim de enriquecer nosso olhar com suas falas ou discursos e impressões a respeito dessa experiência em comum, ou seja, buscando situar seus papéis e percepções frente à instalação de um aparelho educacional público e gratuito que representa, até o presente momento, parte de um projeto, em curso, de nação.

4.1 A Educação Técnica em Campina Grande no contexto nacional: o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil ganhou um novo capítulo em 2005, quando o Governo Federal revogou o § 5º¹² do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994¹³, segundo o qual a expansão da oferta de educação profissional, por meio da criação de novas unidades de ensino, estava condicionada a dois requisitos: 1. O estabelecimento de parcerias com estados, municípios, distrito federal, setor produtivo ou organizações não

¹¹ Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 10 fev. 2025.

¹² Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm#art47 Acesso em: 17 fev. 2025.

¹³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm Acesso em: 17 fev. 2025.

governamentais e; 2. A responsabilidade atribuída a esses órgãos pela gestão e manutenção dessas unidades.

Como percebemos, esta norma não apenas limitavam o poder de ação e a capacidade de iniciativa do próprio governo federal neste sentido como também indicava uma possível inviabilidade de manutenção das unidades de ensino por parte dos setores responsabilizados, em função, dentre outros elementos, do aporte financeiro necessário para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de caráter técnico e tecnológico, em instituições dessa projeção. Na prática, a Lei nº 8.948 frustrava mais uma possibilidade de garantia do acesso à educação de qualidade, enquanto direito universal.

Tal supressão, por meio da Lei nº 11.195, de 2005¹⁴, promoveu o início do processo de expansão da Rede Federal de Ensino Profissional, de modo nunca antes visto no País, uma vez que abriu espaço para a iniciativa do Governo Federal no estabelecimento das parcerias necessárias, como possibilidades – e não como condicionantes –, para a criação das instituições que compõem a Rede, promovendo a modalidade de EPT enquanto mais uma possibilidade de acesso à educação como direito cidadão.

Ainda em 2005, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), apresentou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, assumindo o compromisso de vincular a oferta pública de formação profissional às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável do País, com o objetivo de “[...] melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país” (Brasil, 2005).

No final de 2005, foi definido o conjunto de unidades a serem implantadas na 1ª fase de execução do Plano de Expansão. Em dezembro do mesmo ano, houve a descentralização de recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) desta fase e o início e execução dos Planos Operativos Individuais, como parte dos Planos de Desenvolvimento Institucionais¹⁵. No início de 2006, iniciaram-se as obras de implantação das então denominadas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) da 1ª Fase do Plano de Expansão. As inaugurações dessas obras estavam previstas para o segundo semestre de 2006.

¹⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111195.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.

¹⁵ Disponível em https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/PlanoDesenvolvimentoInstitucional_PDI.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

De acordo com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase I –, a escolha das localidades onde as UNEDs seriam implantadas, partiu de

[...] análise ponderada de um conjunto de critérios previamente determinados, entre os quais citamos: a **proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional**; a **importância do município para a microrregião da qual faz parte**; os **valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico**; e a **existência de potenciais parcerias** para a implantação da futura unidade”¹⁶ (Brasil, 2007, p. 4, grifos nossos).

Estes parâmetros estão alinhados com as características que a cidade de Campina Grande apresentava na época (2005-2006), sendo geograficamente, academicamente e economicamente central no contexto do interior do estado da Paraíba e do Nordeste, por razões que serão debatidas mais adiante neste texto. Naquele momento, a meta foi a criação de 5 Escolas Técnicas Federais (ETFs), 4 Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e 33 UNEDs, totalizando 42 novas instituições, que pretendiam criar 74.136 novas vagas em cursos técnicos de nível médio e superior de tecnologia.

Entre as localidades nas quais a atuação da educação profissional era prioritária, estavam: a) Estados que não possuíam IFETs, na época: Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal; b) Municípios interioranos, como: Campina Grande, Picos e Currais Novos, e; c) Periferias de grandes centros urbanos, como: a UNED Zona Norte de Natal; Ipojuca, em Pernambuco, e; Simões Filho, na Bahia. O Quadro 6 apresenta a distribuição das UNEDs na região Nordeste, indicando a previsão de implantação de 14 unidades, além de uma EAF, nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Quadro 6 – Distribuição das UNEDS da região Nordeste

Unidades Descentralizadas de Ensino – UNEDs	Estados
UNED Simões Filho	Bahia
UNED Santo Amaro	Bahia
UNED Camaçari	Bahia
UNED Zona Norte de Natal	Rio Grande do Norte
UNED Ipanguaçu	Rio Grande do Norte
UNED Currais Novos	Rio Grande do Norte
UNED Maracanaú	Ceará
UNED Zé Doca	Maranhão
UNED Santa Inês	Maranhão

¹⁶ Disponível em <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

UNED Buriticupu	Maranhão
UNED Campina Grande	Paraíba
UNED Ipojuca	Pernambuco
UNED Picos	Piauí
UNED Parnaíba	Piauí
Escola Agrotécnica	
EAF São Raimundo das Mangabeiras	Maranhão

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações do Plano de Expansão Fase I.

Entre as características em comum de algumas das cidades citadas no Quadro 6, está a pobreza, que, na época, atingia, principalmente, as cidades de Buriticupu (MA); Camaçari e Santo Amaro (BA); Currais Novos (RN); e Ipojuca (PE). Esta última, apesar de estar localizada na região metropolitana de Recife (capital) e possuir um dos maiores PIBs do estado de Pernambuco¹⁷, é indicada, na análise de dados do Plano de Expansão da Rede Federal Fase I, como uma das cidades mais atingidas pela escassez de insumos para a subsistência primária de sua população periférica.

Tal situação de contradição entre um PIB relativamente alto e uma população extremamente pobre se justifica por dois fatores: o **primeiro**, a presença do Porto de Suape que inclui a cidade no seu raio de alcance, o que justifica os dados do PIB; e, **segundo**, o fato de o mesmo município figurar em meio àqueles com baixo índice de qualificação profissional entre a população, o que foi analisado e constatado por Bento (2016)¹⁸, em sua dissertação de mestrado, na qual, afirma:

Em Ipojuca, **65% da população ocupada** se encontrava na categoria: **sem instrução e fundamental incompleto**; **15% da população ocupada** se encontrava na categoria: **fundamental completo e médio incompleto**; **17%** estava inserida na categoria: **médio completo e superior incompleto** e apenas **2%** possuíam **superior completo**. Esses dados demonstram o baixo nível de instrução da população local e sinalizam que os empregos que ocupam são os que exigem baixa qualificação, portanto, os que possuem baixa remuneração (p. 104, grifos nossos).

Entende-se, portanto, que, mesmo sendo geograficamente privilegiada com um porto que proporciona uma intensa movimentação de cargas e, consequentemente, de valores que elevam o PIB da região, Ipojuca (PE) carecia do aparelhamento educacional necessário para a exploração dos potenciais que guardava. Por isso, destacamos aqui esse caso de contradição

¹⁷ Dados completos disponíveis na Banco de Dados Econômicos do Estado de Pernambuco (BDE): http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1294&Cod=3. Acesso em: 20 fev. 2025.

¹⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24322> Acesso em: 21 fev. 2025.

entre o potencial econômico/produtivo e o *déficit* educacional e de formação profissional qualificada que se observava nesta cidade.

Registremos que esse exemplo é emblemático para exemplificação de algumas das razões pelas quais o Plano de Expansão da Rede Federal Fase I considerou as cidades citadas no Quadro 6, para instalação de escolas que ampliaram a Rede Federal de Educação Profissional no Brasil.

Ainda neste sentido, outros elementos também foram considerados para a escolha das cidades que constam no referido plano, sendo eles: **I.** A fragilidade da educação pública básica ofertada, que atingia principalmente os municípios de Parnaíba (PI) e de Alcântara (MA); **II.** A ausência de educação técnica e qualificação para o mercado de trabalho, que além de Ipojuca (PE), atingia Alcântara, Buriticupu e Zé Doca (MA), Camaçari e Santo Amaro (BA), Ipanguaçu (RN), Picos (PI), Maracanaú (CE) e Campina Grande (PB), e; **III.** O fato de algumas destas cidades serem (por diferentes razões) municípios-polo, no interior da dinâmica econômica regional, como é o caso de: a) Zé Doca (MA), que se destaca devido à sua localização estratégica, contingente populacional e papel central na coordenação de ações relacionadas a outros municípios da região; b) Maracanaú (CE), diretamente vinculado à capital do estado, Fortaleza; c) Picos e Parnaíba (PI), ambos com forte importância econômica para o referido estado; d) Currais Novos (RN), com um setor minerador muito fortalecido; e) Camaçari e Simões Filho (BA), pela proximidade em relação a Salvador e pela presença de um forte setor industrial na região, e; f) Campina Grande (PB), cuja localização geográfica privilegiada proporcionou o crescimento econômico e o avanço educacional na região, contando com grandes universidades públicas.

Campina Grande, foco da investigação que resulta no presente texto, é um exemplo similar ao que vimos na breve análise da situação de Ipojuca (PE) – guardadas as devidas ressalvas –, ou seja, uma cidade com grande potencial produtivo e igualmente com grande demanda por educação técnica e tecnológica de nível básico. Uma vez compreendidas algumas das razões que motivaram a inclusão desta cidade no plano supracitado, vamos nos aprofundar no seu contexto sócio-histórico, de modo a compreender os processos que corroboram a construção deste *status* de município-polo, a ela atribuída pela documentação analisada.

4.2 Campina Grande no contexto do Estado da Paraíba

Inicialmente, é possível ler a breve descrição a respeito do estado da Paraíba incluída no Plano de Expansão da Rede Federal Fase I, enquanto argumento a favor da instalação de uma unidade federal de educação profissional em Campina Grande, partindo inicialmente do potencial observado na localização geográfica desse Estado:

O Estado da Paraíba [...] tem **situação privilegiada**, pois ocupa o centro geográfico do Nordeste, no extremo oriental do continente. Essa **localização é duplamente vantajosa**, por oferecer **facilidades de acesso tanto aos mercados regionais quanto europeus** e constitui **ponto de intersecção de grandes eixos nacionais e internacionais de transporte** (Brasil, 2005, p. 33, grifos nossos).

Conforme o texto, pode-se entender que, do ponto de vista da construção de uma estratégia de crescimento econômico nos níveis regional e nacional, a geografia do estado é de suma importância para a viabilidade do trânsito de mercadorias, de pessoas e, conseqüentemente, de ideias, sendo, portanto, um espaço propício para a circulação financeira, humana e intelectual. Vale considerar, contudo, que, em outra parte de seu texto, o próprio documento também constata um declínio na economia local, em função da queda na demanda pela produção agrícola, até então uma das bases do arranjo financeiro do Estado. De acordo com o referido Plano: “O fenômeno deve-se em grande medida ao colapso ou decadência de suas lavouras tradicionais mais importantes, como o algodão, o sisal e, mais recentemente, a cana-de-açúcar e o abacaxi (esta em recuperação)”. (Brasil, 2005, p. 33)

Uma das consequências desse declínio na produção, em uma geografia favorável e em uma estrutura viária propensa ao trânsito de pessoas, foi a intensificação da migração do “[...] movimento da população rural em direção às grandes cidades paraibanas, e em especial o entorno de João Pessoa (900.000 habitantes) e Campina Grande (500.000 habitantes), que passaram juntas a exercerem forte pressão sobre os espaços urbanos do estado (Brasil, 2005, p. 33, sic)”, aumentando, com isso, a necessidade de estruturação desses centros urbanos em todos os setores, sendo a educação e a qualificação técnica alguns dos pontos-chave para que a dinâmica da economia local desses lugares não entrasse em declínio pela falta de mão de obra qualificada.

Ao, portanto, considerar esse movimento migratório na direção da cidade de Campina Grande como algo relevante para se pensar na instalação de uma unidade de ensino profissional, o documento organiza argumentos em favor dos benefícios locais e regionais dessa ação, advogando pelo fortalecimento da economia campinense e também da região circunvizinha, não descartando o seu potencial alcance em relação à macrorregião atingida no interior do Nordeste.

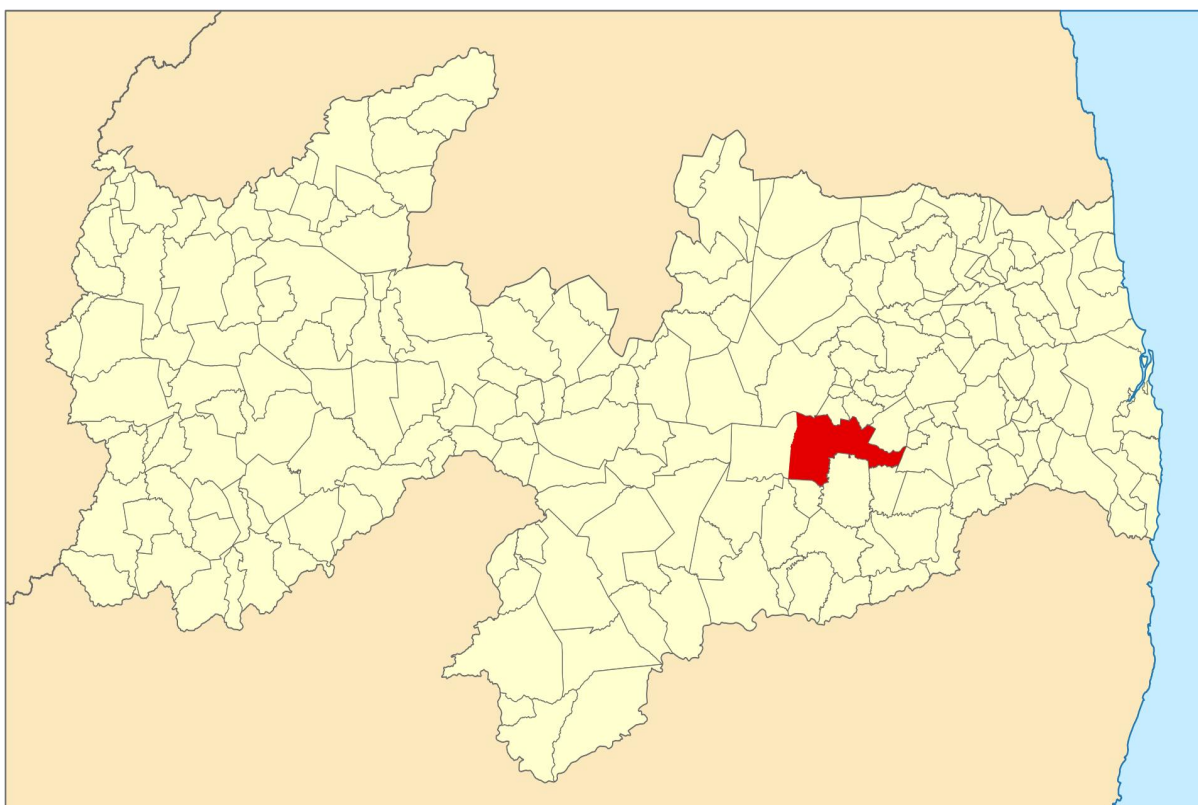
Na época, o estado da Paraíba contava com três unidades federais de educação profissional: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), na capital; a Escola Técnica de Cajazeiras; e a Escola Agrotécnica de Sousa (ambas situadas na região do sertão e distantes pouco mais de 400 quilômetros da Capital). Deste modo, a cidade de Campina Grande foi escolhida para sediar a UNED vinculada ao CEFET de João Pessoa, proporcionando também um maior equilíbrio na distribuição destas instituições pelo território do Estado.

4.3 Campina Grande: trajetória como justificativa para a instalação de uma UNED

Nesta subseção terciária, analisamos alguns aspectos da história da cidade de Campina Grande, partindo do ponto de vista da documentação que já trabalhamos desde as seções e subseções anteriores a esta, sobretudo o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Buscou-se, nestas discussões, subsidiar uma interpretação das razões pelas quais a história da cidade foi considerada como ponto importante a ser trabalhado no próprio documento. Compreendemos que o foco do Plano está no esforço por uma justificativa histórica, geográfica, econômica e educacional para a instalação de uma escola federal profissional na cidade de Campina Grande, por isso é a partir dessa perspectiva que vamos analisar seus argumentos.

Iniciando pelo aspecto geográfico, o documento leva em consideração que a cidade está “situada no cruzamento de duas importantes rodovias federais – BR-230 e BR-104” (Brasil, 2005, p. 33), indicando a sua posição geoestratégica que remonta às razões de sua fundação. No alto da Serra da Borborema, com solo fértil e bem irrigado, a cidade é entrecruzamento de destinos entre o litoral e o sertão, sendo, no passado, ponto de parada obrigatória para aqueles que transportavam gado, algodão e outros gêneros pelo interior do Nordeste. Essa parada ainda é de grande valia no transporte de outros produtos.

Figura 3: Mapa do Estado da Paraíba com destaque para a localização de Campina Grande



Fonte:Wikipedia (2019)¹⁹.

Estas estradas vieram para acomodar melhor o trânsito de pessoas e mercadorias que já existia desde os tempos em que as feiras se concentravam nas potências produtivas regionais: o gado (principalmente no século XIX) e o algodão (sobretudo no início do século XX), sendo este último dinamizado pela instalação de uma estrada de ferro nos primeiros anos do século passado, que atraía ainda mais produtores, processadores/industriais e atravessadores deste insumo, acelerando a economia local. Ao reforçar esse elemento, o documento reconhece, portanto, que a cidade já se destacava como entreposto comercial regional. A posição de entroncamento rodoviário reafirma essa vocação para o intercâmbio e a circulação de mercadorias, pessoas e conhecimento, uma característica essencial para a localização de uma escola federal profissional com alcance regional.

A citação de que Campina “desempenha a função de cidade/mercado da mesorregião do compartimento da Serra da Borborema, em relação aos 54 municípios por ela polarizada” (Brasil, 2005, p. 33) indica o papel regional da cidade, consolidado historicamente desde o

¹⁹ Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Campina_Grande#/media/Ficheiro:Brasil_Para%C3%ADba_Campina_Grande_location_map.svg Acesso em: 20 set 2025.

século XIX, atuando como polo educacional, comercial e industrial para uma ampla zona de influência, que abrange parte significativa do interior paraibano e até municípios vizinhos, pertencentes aos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Isso reforça o argumento de que uma escola federal profissional atenderia não apenas à população urbana de Campina mas também a um conjunto expressivo de cidades carentes de infraestrutura educacional técnica.

Além disso, o título atribuído à cidade, e replicado no documento, de “Capital do Trabalho do Nordeste” (Brasil, 2005, p. 33) não é meramente simbólico. Trata-se de uma designação historicamente construída, ligada tanto ao apogeu da indústria algodoeira quanto à posterior emergência do setor de serviços e tecnologia da informação, especialmente a partir dos anos 1990. O que indica a existência de uma demanda constante por mão de obra especializada e qualificada.

A cidade abrigava, no momento de criação da referida unidade de ensino, arranjos produtivos locais nas áreas de confecção, calçados, cerâmica, informática e mineração – setores que demandam formação técnica e tecnológica qualificada, o que reforça a pertinência de uma escola federal profissional com cursos voltados para estas áreas e para o desenvolvimento tecnológico, reforçando, por esse prisma, um caminho que já vinha sendo trilhado pela UFCG, referência no setor de tecnologia e inovação.

Outro trecho-chave do documento é o que menciona que “apesar de possuir duas boas universidades públicas – Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba, não possui uma instituição pública de ensino tecnológico” (Brasil, 2005, p. 33, sic). Essa ausência representa um tipo de vácuo institucional entre o ensino básico e o ensino superior universitário. Enquanto a UFCG e a UEPB cumprem papéis fundamentais na formação acadêmica e científica, era inegável a necessidade de um eixo voltado à formação técnica e tecnológica, mais diretamente conectado às demandas dos setores produtivos locais. Este seria o papel ideal de uma escola federal profissional na cidade: conectar juventude, mercado de trabalho e desenvolvimento regional.

Tal vácuo educacional, composto pela ausência de formação profissional de nível básico, identificada pela pesquisa empresarial citada no documento (Brasil, 2005, p. 33), aponta para um gargalo que comprometia o crescimento da cidade. Historicamente, Campina sempre soube reinventar-se: do algodão à informática, das feiras tradicionais às *startups* e “ecossistemas de inovação”. Para, no entanto, manter-se como polo econômico e tecnológico dinâmico, precisava de um sistema educacional profissional que acompanhasse a velocidade das transformações econômicas observadas no contexto da globalização.

Desta feita, o documento revela que, a partir de sua posição geográfica estratégica, de sua tradição como centro de comércio e inovação, de seu papel como polo regional e de seu histórico de reinvenção produtiva, Campina Grande apresenta todos os elementos necessários para justificar a instalação de uma casa de educação profissional federal.

Em síntese, havia um forte entendimento de que a ausência de uma instituição voltada à formação técnica pública de nível básico era uma lacuna gritante num território com tamanha importância histórica e econômica.

Partindo das informações que o documento apresenta e cujos apelos argumentativos indicamos acima, podemos aprofundar alguns dos aspectos que são pontuados como sendo os mais importantes, a partir de uma narrativa historiográfica. Neste sentido, ressaltamos, inicialmente, que o município de Campina Grande está situado no complexo da Serra da Borborema, ocupando uma área territorial de 594,179 km² (1,05% do Estado da Paraíba), sendo o 19º maior município – em termos de área territorial no Estado – e o segundo maior, em termos de população – 419.379 habitantes (IBGE, 2022)²⁰. Assim, o município situa-se no Agreste Paraibano, entre o litoral e o sertão, estando cerca de 120 km de distância de João Pessoa, a capital do estado.

Sendo um dos mais antigos núcleos populacionais do interior da Paraíba, a cidade originou-se a partir de um aldeamento de indígenas, estabelecido por ordem de Teodósio de Oliveira Ledo, em 1697. Conforme Câmara (1988, p. 23), “os índios aldeados por Teodósio fixaram-se definitivamente, no sítio das Barrocas, dando origem ao início do povoado de Campina Grande”. Nesse ponto, é importante definir do que se trata esta prática, o que faremos por intermédio das seguintes palavras:

O aldeamento indígena é a realização do projeto colonial de ocupação do território, de reserva de mão de obra e de aculturação dos índios. Na segunda metade do século XVI, a política de aldeamentos esteve associada à ação dos jesuítas. A ação missionária consistia no deslocamento, também chamado descimento, de índios de seu território para aldeias jesuíticas no litoral, sedentarização dos índios por meio do trabalho agrícola, adoção de “costumes cristãos”, dentre os quais o uso da chamada língua geral e o abandono do idioma nativo [...] No caso dos colonos, a intenção era reduzi-los, isto é, fixá-los em um novo local, como uma reserva de mão de obra para o trabalho escravo²¹. (Arquivo Nacional, 2022, s. p., grifos nossos).

²⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em: 1 mar. 2025.

²¹ Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/central-de-conteudo-glossario/letra-a/abome#:~:text=O%20aldeamento%20ind%C3%ADgena%20%C3%A9%20a,associada%20%C3%A0%20a%C3%A7%C3%A3o%20dos%20jesu%C3%ADtas. Acesso em: 2 mar. 2025.

Conforme lembra Guedes (2006), os aldeamentos indígenas tiveram papel fundamental na expansão da América portuguesa, não apenas por disponibilizarem mão de obra mas também por servirem como suporte militar à Coroa. É nesse contexto que se insere a origem de Campina Grande que se deu, sobretudo, por via da iniciativa colonizadora de ocupação dos sertões²², levada adiante, neste caso específico, por um indivíduo interessado e envolvido com a ideia de conquista dessas terras, por meio de concessão real e da exploração da força de trabalho indígena, com foco, naquele momento, na pecuária e na produção de farinha e outros gêneros de primeira necessidade.

Como exemplo disso, Formiga (2014) e Oliveira (2019)²³ destacam alguns fatores que contribuíram para o rápido desenvolvimento econômico do aldeamento de indígenas que, tempos depois, se transformaria em cidade: a) A localização estratégica, já referenciada como elemento crucial para o sucesso econômico daquele núcleo; b) A pecuária, atividade produtiva predominante nos sertões norte orientais da América portuguesa e em torno da qual se estabeleceram rotas pelo interior do território sertanejo, resultando na criação de feiras de gado²⁴, cujos circuitos abarcavam territórios imensos e negócios intensos (Formiga, 2014, p. 131)²⁵; c) A produção de farinha, gênero essencial para a alimentação das “tropas” que transitavam entre as feiras de gado nos sertões; d) A feira de cereais, alimentada pelo fluxo de busca por gêneros de subsistência na região; e) A produção algodoeira, potencializada entre o final do século XIX e início do século XX, pela demanda internacional e, posteriormente; f) A construção da estrada de ferro que ficou conhecida como o “ramal Campina Grande” (Oliveira, 2019, p. 11).

Oliveira (2019) destaca ainda que a produção de farinha de mandioca e a feira de cereais foram os primeiros fatores de atração do interior da Paraíba para o estabelecimento de povoados. De acordo com a autora, a farinha abastecia a feira e era a razão pela qual os tropeiros vinham dos sertões por meio deste núcleo urbano, o que se somava às boas condições de trânsito nesse trecho da Serra da Borborema. Dessa forma, a produção de

²² É preciso alertar aos leitores sobre o fato de que a palavra “sertão” não tinha, no período colonial, o mesmo significado que tem para nós atualmente. A princípio, adotaremos aqui a ideia de que tudo o que não fosse considerado como “litoral”, naquele momento, poderia ser referenciado como “sertão”.

²³ Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=457>. Acesso em: 2 mar. 2025.

²⁴ Consideramos gado aqui as espécies bovinas (bois e vacas), uma vez que a expressão *gado* também se aplica a “Conjunto de animais quadrúpedes, como vacas, touros, bois, muares, cavalos de lavoura, ovelhas ou cabras, cuja criação em conjunto se destina à alimentação ou a serviços agrícolas (ex.: gado bovino; gado caprino; gado cavalar; gado ovino). Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/gado>. Acesso em: 19 set. 2025.

²⁵ Como afirma Mayara Millena Moreira Formiga, em sua dissertação intitulada *Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e a formação das elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c. 1690 - c. 1722)*. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6003/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

farinha e de outros gêneros alimentares tanto impulsionava a feira como também abastecia as tropas que provinham do sertão.

Notadamente, a implantação de fazendas para a criação de gado nesse território foi de extrema importância para o seu desenvolvimento econômico, pois, a partir da criação de animais, o povoado tornou-se ponto obrigatório para esse comércio o que já acontecia nos sertões, atraindo comerciantes de várias regiões interioranas. Essa prática já fora identificada por outros estudiosos, como Maia (2009), para quem “[...] a origem da cidade de Campina Grande deve-se à sua posição geográfica, mais exatamente por constituir-se em entroncamentos dos caminhos que conduziam o gado e os tropeiros, portanto está associada ao comércio de gado” (2009, p. 186). Ainda quanto às origens de Campina Grande, seu atingimento a estatuto de cidade se deu em 1864, de acordo com o “Diagnóstico Participativo do Plano Diretor de Campina Grande”²⁶:

Em 11 de Outubro de 1864, foi elevada à categoria de Cidade, com cerca de 300 casas distribuídas ao longo da Rua da Matriz (Floriano Peixoto), Rua do Meio (Afonso Campos), Rua Grande (Maciel Pinheiro), Rua do Seridó (Barão do Abiaí) e a Rua da Emboca (Peregrino de Carvalho) além de possuir também duas igrejas; a Catedral de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja do Rosário (demolida na gestão Vergniaud Wanderley) (2014, p. 12).

Apesar do pequeno núcleo urbano inicial, a cidade cresceu rapidamente, embora de forma desordenada, entre o final do século XIX e o início do século XX, graças às atividades supracitadas e às implementações trazidas pelas constantes mudanças nas tendências dos mercados local e, principalmente, global. Nos primeiros decênios do século passado, Campina Grande tornou-se uma das principais cidades exportadoras de algodão do mundo, responsável pelo escoamento de grandes volumes desse produto (Oliveira, 2019).

A influência da questão econômica sobre a expansão e organização urbana em Campina Grande foi tão forte que encontramos referências a este aspecto em livros como “*A questão urbana na Paraíba*”, da autoria de Gonçalves *et al.* (1999), no qual se lê: “O algodão provocou um desenvolvimento ainda maior do comércio de Campina Grande [...], que já era polo das cidades interioranas, contando, na segunda metade do século XIX, com mais de quarenta casas de comércio, além da feira de gêneros e feira de gado” (p. 31).

O comércio de Campina Grande se intensificou ainda mais com a chegada da estrada de ferro, inaugurada em 1907, conhecida como “ramal Campina Grande” (Oliveira, 2019, p. 11), como já dito um pouco anteriormente nesta escrita. Com a construção desse equipamento

²⁶ Disponível em: <https://planodiretor.campinagrande.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/DIAGNOSTICO-PARTICIPATIVO.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

de mobilidade, foi acelerado o processo de expansão econômica, já em curso desde a segunda metade do século XIX. Nesse momento, surgiu a necessidade de se construírem ruas em direção à estação ferroviária, que ficava a cerca de um quilômetro do centro da cidade (Oliveira, 2019, p. 11). Além disso, Oliveira relata que:

[...] estabeleceu-se grande dinâmica no entorno da estação ferroviária, devido a construção de armazéns onde se depositava as mercadorias que embarcavam e desembarcavam, fábricas que se instalaram no entorno da estação ferroviária, bem como estruturas urbanas e serviços, como cafés, lojas, estruturas de suporte aos trabalhadores ferroviários e as ferrovias, a exemplo da casa de turma, oficinas, etc (2019, p. 12, sic).

Somando-se a isso, e de acordo com as pesquisas de Brandão (2013, p. 247)²⁷, na década de 1920, a iluminação elétrica chegou a Campina Grande, trazendo um impacto econômico importante, pois, com a crescente capacidade de alimentar os setores da indústria e do comércio, a energia elétrica se tornou um catalisador para o crescimento econômico local, influenciando a estrutura do mercado e permitindo a expansão de atividades. Várias indústrias emergiram e a modernização das atividades econômicas passou a ser viável, refletindo no aumento da demanda por consumo e na criação de novos empregos.

Ao longo do século XX, a cidade foi impactada por sucessivas ondas de crescimento econômico e social, em direções distintas da produção agropecuária e algodoeira que lhes deu origem e a posicionaram em meio aos diferentes contextos temporais abordados anteriormente, de modo que se consolidou o seu papel central na dinâmica geopolítica do interior do estado da Paraíba e da região Nordeste do Brasil.

No século XXI, Campina Grande é a segunda cidade mais populosa do estado, com 419.379 habitantes, no ano de 2022²⁸, considerada um dos principais polos industriais e tecnológicos da Região Nordeste do Brasil. O município é referência também no campo educacional, considerando que concentra várias instituições de nível superior, tanto públicas como particulares. Entre os anos de 2007 e 2008, chegou à cidade uma unidade de educação profissional federal de nível básico, que reforça o aspecto de constante construção de excelência na capacitação e produção tecnológicas, atraindo para o seu polo tecnológico empresas nacionais e multinacionais.

Atualmente, as principais atividades econômicas desenvolvidas na cidade são: extração mineral, culturas agrícolas, pecuária, indústrias de transformação, de beneficiamento

²⁷ Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f46d/ab742f48fed81c346764508dc31af9ae7bc6.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

²⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em: 10 mar. 2025.

e de desenvolvimento de software, comércio varejista, atacadista e de serviços²⁹. O papel do atual IFPB na cidade é também o de potencializar estes setores e desenvolvê-los de modo benéfico para a população local e da região circunvizinha. Falaremos a respeito dos impactos sentidos inicialmente pela sua instalação na próxima subseção.

4.4 A chegada do IFPB em Campina Grande e a instalação do *Campus* na Borborema: primeiras impressões marcadas na memória da comunidade acadêmica

De acordo com a própria Instituição, o dia 01 de novembro de 2006 pode ser considerado como data de nascimento da Educação Profissional Federal de Nível Básico em Campina Grande. Ele marca o início de suas atividades ainda em uma sede provisória, instalada nos andares superiores de um prédio comercial no centro da cidade³⁰. Nesse dia, houve a assinatura do contrato firmado entre a Secretaria de Educação Esporte e Cultura de Campina Grande (SEDUC-CG) e a Imobiliária responsável pelo prédio que, em pouco tempo, recebeu as primeiras turmas de estudantes³¹.

Para tanto, representantes da Direção do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), atual IFPB, firmaram um acordo com a SEDUC-CG, o qual funcionou da seguinte forma: o Município se responsabilizaria pelo aluguel da sede provisória, durante catorze meses e, em contrapartida, a Instituição Federal ofertaria um “Curso de Nivelamento” para estudantes matriculados na Rede Pública Municipal³², proporcionando-lhes melhores condições de acesso ao Ensino Técnico de Nível Básico, que seria ofertado posteriormente. Além disso, a Prefeitura da cidade doou o terreno localizado no bairro Dinamérica, com cerca de sete hectares, e arcou com os custos da concepção do projeto arquitetônico, da escrituração e das taxas cartoriais envolvidas no processo, cedendo também alguns servidores para implementação das atividades de apoio à instalação da unidade educacional na sede provisória³³.

As primeiras atividades da nova casa de educação foram de organização/elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), que se iniciaram posteriormente. A este processo é dado o nome de “Implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do

²⁹ Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/estagio/estagio-nos-campi-do-instituto-federal-da-paraiba/campis-do-ifpb-e-contatos-para-realizacao-de-estagio/estagio-no-campus-campina-grande>. Acesso em: 10 mar. 2025.

³⁰ Relatório de inauguração do *Campus* Campina Grande. Recebido da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino - Campus Campina Grande, via e-mail em 01/10/2024.

³¹ *Idem*.

³² *Idem*.

³³ *Idem*.

CEFET – PB”; como consta na Portaria nº 453, de 20 de outubro de 2006, na qual também há a nomeação dos servidores responsáveis pelo processo³⁴. No dia 27 de novembro do mesmo ano, teve início o “Curso de Nivelamento”, oferecido a cerca de 200 estudantes advindos da Rede Municipal, ministrado por quatro professores que abordaram conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de aprimorar as habilidades dos estudantes, preparando-os para o ingresso nos cursos técnicos que seriam ofertados a partir do ano seguinte³⁵.

As referidas habilidades estavam relacionadas aos estudos de viabilidade, a partir dos quais foram propostos os primeiros cursos ofertados. Por sua vez, tais estudos identificaram a necessidade de cursos na área de informática, reforçando um elemento já consolidado pela tradição acadêmica de desenvolvimento tecnológico na cidade, além da demanda crescente do setor de mineração por mão de obra qualificada, o que reflete uma necessidade da região do Cariri paraibano.

Em 18 de maio de 2007, por meio de Portaria Ministerial de funcionamento da unidade, o então CEFET-CG iniciou a oferta dos seus primeiros cursos, sendo eles: Técnico em Mineração e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (ambos subsequentes ao Ensino Médio), além do Curso de Telemática (superior), ofertados para um público de aproximadamente 320 estudantes, matriculados ao longo dos turnos matutino, vespertino e noturno. Considerando os elementos supracitados, indagamos os colaboradores entrevistados³⁶, inicialmente, a respeito da situação da Paraíba em meio ao histórico do processo de expansão da Rede Federal de Educação. Destacamos as seguintes contribuições.

Fala 1 ((Participante A):

Vamos lembrar aqui, no ano de 2006 foi um ano em que o presidente era Lula, era Luís Inácio Lula da Silva, ele estava no seu segundo mandato, salvo engano, no seu segundo mandato, ou começando o segundo, e Lula, ele tomou uma decisão política importante que foi (é), ele sempre foi um apaixonado pela educação profissional e foi implantar os institutos federais com decisão política dele. Então ele resolveu fazer uma expansão da rede. Essa expansão, ele começou através (de), ele criou no ano de 2008, ou seja, dois

³⁴ *Idem.*

³⁵ *Idem.*

³⁶ As respostas coletadas serão apresentadas com suas respectivas considerações, obedecendo a alguns critérios de organização, ou seja: a) todos os entrevistados serão marcados com o termo **Participante**, seguido de uma numeração, conforme estabelecido no Quadro 3 (p. 39), ou Entrevistado, e sempre no gênero masculino, procedimento que se justifica por dois motivos principais: 1) para seguirmos a orientação da norma culta padrão da Gramática da Língua Portuguesa, que mantém o gênero masculino em casos de multiplicidade de gêneros – e em substituição ao gênero neutro do latim –, em uma mesma situação; 2) a fim de manter nosso compromisso ético de confidencialidade quanto à identificação dos participantes entrevistados; b) todos os discursos serão transcritos *ipsis litteris*, no intuito de manter sua fidedignidade enunciativa.

anos depois, ele criou a Lei Federal 11. 892, que é a Lei que institui os Institutos Federais. Então nessa lei, a expansão da rede começou por Campina Grande. Campina Grande foi a cidade contemplada, escolhida pelo governo para dá início ao processo de expansão. Na Paraíba, em 2006, só havia três unidades de educação profissional. [...] Quando Lula assumiu só tinha 140 unidades no Brasil inteiro (e aí, esse) esse número, ele multiplicou, ultrapassou 200 unidades ao final do governo dele, sendo que bem mais adiante a presidente Dilma que sucedeu Lula, criou outras tantas unidades.

Nesta, a referência direta à “decisão política” do então presidente é um ponto fundamental que evidencia o papel da memória política institucionalizada como componente estruturador da narrativa (Pollak, 1989). O discurso nos leva a refletir sobre o uso da História Oral como fonte de “memória social testemunhal” (Portelli, 1997), pois o depoente vincula a lembrança pessoal a um processo maior de transformação educacional nacional. Além disso, ao mencionar a multiplicação das unidades, por ocasião da afirmação “ultrapassou 200 unidades ao final do governo dele”, a pessoa entrevistada destaca o papel dos IFs como projeto de Estado para promoção do desenvolvimento regional e descentralização do ensino técnico, inserindo Campina Grande nesse plano estratégico.

Essa fala também revela traços de memória projetiva (Halbwachs, 1990), na medida em que o narrador recupera o passado para legitimar o presente da instituição e reforçar sua importância histórica e política. O uso da datação – “ano de 2006” – e da legislação – “Lei Federal 11.892” – é típico de uma narrativa que pretende atribuir sentido histórico a decisões estruturantes, criando uma linearidade causal entre política pública e realidade local. Pela análise de conteúdo (Bardin, 2020), o eixo temático predominante aqui é o da decisão política como motor da transformação, e a cidade de Campina Grande aparece como símbolo da expansão federal pela via da educação pública através do ensino técnico.

Fala 2 (Participante E):

É interessante realmente contextualizar, por que a Rede Federal, ela tem mais de 100 anos, ela agora em setembro fez cento e poucos anos. Enfim, só que nós passamos um tempo, principalmente na Paraíba sem que houvesse expansão, a última expansão tinha sido em 94 com a unidade de Cajazeiras, [...] é um contexto de retomada da expansão da rede federal, a última expansão desde 94, no governo de Itamar Franco, passa todo o governo Henrique sem que seja construído escolas, principalmente na Paraíba, não foi nenhuma, não sei se no Brasil algumas foram. Quando em 2006, no governo Lula começa essa expansão e na Paraíba essa expansão se deu com apenas uma unidade, que foi a unidade de Campina Grande.

Na Fala 2, mais uma vez é mobilizado o recurso por meio do qual a contextualização histórica é construída a partir da experiência de vida, em que o narrador alinha sua memória individual com processos estruturantes da política pública nacional. Em sua narrativa, o

Entrevistado E articula o tempo histórico por via de marcos temporais significativos, como “a última expansão tinha sido em 94” e “no governo Lula começa essa expansão”, demonstrando uma forma de organização da memória, segundo o que Pollak (1989) chamaria de *memória social seletiva*, que valoriza certos eventos em detrimento de outros para dar coerência à narrativa.

Ao se referir à estagnação da expansão da Rede Federal durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o depoente evidencia uma disputa simbólica na memória coletiva sobre os distintos projetos de Estado implementados ao longo dos anos. O Governo Lula aparece como um ponto de inflexão, associado a um processo de democratização do Ensino Técnico. Essa mudança de paradigma remete ao conceito de ruptura discursiva na história (Foucault, 1972), cujos relatos constroem novas formas de legitimação de eventos e políticas a partir do discurso.

A narrativa adota uma lógica de reconhecimento retrospectivo, ou seja, relembra a ausência de expansão como forma de reforçar a importância do momento presente: a chegada do IF a Campina Grande. Por intermédio da análise de conteúdo (Bardin, 2020), podemos compreender um eixo temático de distribuição desigual de políticas públicas educacionais, sendo Campina Grande a exceção positiva no cenário estadual, o que reforça a imagem da cidade como polo de desenvolvimento regional. Isso contribui para a construção simbólica da Instituição enquanto marco histórico local, o que fortalece sua legitimação social.

Esse testemunho também opera dentro do que Portelli (1997) denomina de *estrutura de sentido narrativo*, pois o tempo, retomado para além do aspecto cronológico, também é construído com base na significação dos eventos – a ausência se transforma em expectativa e, finalmente, em realização, com a inauguração da Unidade de Campina Grande.

Voltamos ao Entrevistado A, com a terceira fala:

Fala 3 (Participante A):

A demografia foi importante, a liderança regional de Campina Grande, os arranjos, o que a gente chama de APLs, que são os arranjos produtivos culturais, sociais, econômicos locais, que foram fundamentais para a escolha de Campina Grande e a história que Campina tem na formação acadêmica dos jovens, [...] mas não tinha uma escola técnica, então o governo federal na sua expansão na Paraíba, tinha que começar por Campina Grande, pela sua liderança regional, econômica, política, cultural e social no estado da Paraíba e no âmbito regional do Nordeste.

Nas palavras desse entrevistado, são mobilizados elementos estruturantes da história e do desenvolvimento regional para justificar a implantação da Unidade em Campina Grande. A narrativa conjuga dimensões objetivas (como a demografia e os “arranjos produtivos

loais”) com elementos simbólicos de memória coletiva, como a “liderança regional” e a “história que Campina tem na formação acadêmica dos jovens”. Isso reforça o que Halbwachs (1990) denomina de *memória coletiva territorializada*, ou seja, uma memória ancorada no espaço geográfico que legitima a centralidade da cidade no contexto estadual e regional.

O discurso opera dentro da lógica do que Portelli (1997) chama de *verdade subjetiva* na História Oral. Em nossa análise, mesmo que os arranjos produtivos locais ou dados demográficos possam ser mensuráveis, o que importa na estrutura da narrativa é a forma como o depoente atribui sentido a esses elementos como justificativas “naturais” da expansão. A ausência de uma escola técnica, apesar da tradição acadêmica da cidade, aparece como um paradoxo simbólico, o qual reforça a urgência da política pública. Esse paradoxo atua como um *nó de memória* (Pollak, 1989), articulando ausências históricas e reivindicações de pertencimento ao projeto de desenvolvimento nacional.

Esse discurso também antecipa os efeitos positivos da presença da Instituição, com base na força simbólica do território. Campina Grande é narrada como, “obrigatoriamente”, o ponto de partida da expansão no interior da Paraíba, o que revela uma ideia de centralidade regional. Quando operamos a análise de conteúdo desse discurso (Bardin, 2020), identificamos alguns dos temas centrais que ratificam essa ideia, como: potencialidade local, ausência histórica de oferta técnica e legitimidade regional.

Por fim, essa narrativa corrobora a ideia de que instituições federais de ensino, ao se instalarem em cidades com liderança regional, operam como catalisadoras de desenvolvimento integrador nesta escala, numa perspectiva alinhada à noção de desenvolvimento territorial endógeno (Boisier, 2001), que valoriza os recursos culturais, sociais e econômicos locais como motores da transformação e em diálogo com a argumentação dos “Planos e Relatórios de Expansão”, já referenciados.

Neste sentido também segue a fala 4, do Participante C.

Fala 4 (Participante C):

A localização de Campina Grande é estratégica para atender várias cidades. Assim, trata-se da segunda maior cidade da Paraíba, um polo universitário e econômico que polariza dezenas de municípios ao seu redor.

Esse Participante enfatiza a centralidade geográfica e funcional de Campina Grande na rede urbana paraibana, reforçando um argumento recorrente na história das políticas públicas de educação técnica: a ideia de que o território determina, em parte, a efetividade da ação estatal. O Entrevistado afirma ainda que “a localização de Campina Grande é estratégica”, e,

ao caracterizar a cidade como “polo universitário e econômico que sedia dezenas de municípios ao seu redor”, invoca um discurso de centralidade regional que legitima a instalação do Instituto Federal como vetor de integração e democratização do Ensino Técnico.

Essa visão territorial característica da maioria das falas dos entrevistados dialoga com a noção de região como construção social e funcional, defendida por autores como Milton Santos (1996). Segundo este, as cidades não apenas concentram atividades mas também organizam fluxos de pessoas, capitais, ideias e políticas públicas.

A memória invocada nesse discurso é de natureza estrutural, ancorada na topografia e na geopolítica do estado, sugerindo que Campina Grande transcende sua condição urbana e passa a funcionar como referência regional para a interiorização do desenvolvimento. No campo da História Oral, trata-se de um exemplo de *testemunho de racionalidade funcional*, em que o depoente busca justificar a presença da instituição por meio de critérios logísticos e estratégicos, contrastando com narrativas mais emocionais ou simbólicas. Essa perspectiva também revela, no entanto, como a memória do lugar (Pollak, 1989) opera silenciosamente como fundamento de legitimidade, como colocado anteriormente.

Pela análise de conteúdo (Bardin, 2020), a categoria predominante aqui é a de “capacidade de irradiação territorial”, ou seja, o IF seria capaz de atender, por meio da cidade de Campina Grande, a um conjunto de municípios que orbitam ao seu redor, e por várias razões, dentre as quais saúde, trabalho e educação. Tal discurso reforça a ideia de que a política pública educacional deve considerar a função regional das cidades médias – como aponta Lencioni (2011) –, para potencializar o impacto das instituições federais de ensino.

Voltando a pensar na relação da cidade para com a Instituição que se instalava naquele momento, o Participante A menciona o impacto inicial da experiência de divulgação de estabelecimento do IFPB no cenário local, oferecendo um tipo de educação técnica e tecnológica, operando numa escala tal, e com a qual os campinenses não estavam familiarizados até então:

Fala 5 (Participante A):

Olha, por incrível que pareça, a cidade de Campina Grande não conhecia a marca CEFET, não conhecia é algo espantoso, nós tivemos que botar até carro de som na feira para divulgar o nome do CEFET lá em Campina Grande [...] usamos carro de som quando fomos fazer o teste de seleção aí quando eu ia dar entrevista nas emissoras de rádio os jornalistas perguntavam: - professor, e quanto é que paga para estudar lá, e eu tinha que dizer “olha, é gratuita, a instituição, ela é de graça e tal e dizer, olha os estudantes vão receber bolsa, bolsa de pesquisa, de extensão. Mas tem tudo isso, que bacana e tal”, a gente precisou fazer um trabalho de marketing, fazer um trabalho junto a mídia.

A fala acima revela, de forma aguda, o descompasso entre a política pública nacional e o conhecimento local sobre suas instituições, tema caro à História Oral e à Sociologia da Educação. O estranhamento expresso na frase “a cidade de Campina Grande não conhecia a marca CEFET” sinaliza um processo inicial de reconhecimento institucional incompleto, em que a presença física da instituição não garante automaticamente seu enraizamento no território. Esse cenário se insere no que Le Goff (1990) chama de “memória curta da modernidade”, fenômeno que também atinge a contemporaneidade em espaços onde as inovações institucionais requerem tempo e esforço para serem integradas ao repertório simbólico da comunidade.

No campo da análise de conteúdo (Bardin, 2020), a fala acima está centrada na categoria “difusão e legitimação social da instituição”, com ênfase em práticas comunicacionais estratégicas, como o uso de carro de som e entrevistas em rádio para promover reconhecimento e adesão. Tais práticas evocam o conceito de *mediações culturais* (Martín-Barbero, 1987), uma vez que a aceitação do CEFET/IFPB não se dá apenas por sua existência formal, mas pela capacidade de se fazer entender, traduzir e se integrar à lógica local de valor. Ou seja, a mera existência da Instituição não garante o sucesso de seu intento na região – ela precisa ser reconhecida e vivenciada pela comunidade.

A descrição do esforço para divulgar a gratuidade dos cursos, bolsas e benefícios também revela marcadores de desigualdade de informação, que funcionam como barreiras simbólicas ao acesso. A incredulidade dos jornalistas e da população ao saberem que o ensino era gratuito indica o grau de distanciamento histórico entre o público e as políticas da Educação Técnica Federal, especialmente em regiões onde tais instituições eram inexistentes ou invisíveis. Isso evidencia, segundo Portelli (1997), a importância de se captar, nas narrativas orais, não apenas “o que aconteceu” mas “o que se acreditava que estava acontecendo”, ou seja, os sentidos construídos pelos indivíduos em torno dos fatos.

Neste sentido, o depoimento também pode ser lido como uma forma de *memória performativa* (Pollak, 1989), que, além de recordar, busca reafirmar a importância da ação de divulgação como fundadora da presença da Instituição no imaginário social. A construção da visibilidade institucional, portanto, é compreendida aqui não apenas como ação logística mas como ato cultural e político fundamental para a territorialização do IF em Campina Grande. Registremos que não foi apenas o Participante A que abordou o tema desta maneira, também o discurso que registramos adiante, contribuição do Entrevistado D, reafirma as ideias supracitadas e complementa seu sentido:

Fala 6 (Participante D):

É o reconhecimento do público. Então, eu me lembro que alguns alunos chegavam para mim e perguntava: – professor, essa escola vale? (risos), vários alunos, inclusive naquela época, eles faziam o Instituto nosso (CEFET), nosso ensino médio e continuavam na escola do Estado, você perguntava: – e por que você continua lá, “não, depois essa escola não vale”, eles tinham medo de não valer, por causa do local, mas quando viram o local, viram que a escola era outra.

Com sua fala, o Participante D trata de um aspecto fundamental para a consolidação de instituições públicas educacionais em territórios onde sua presença é recente: a construção da legitimidade simbólica perante a população local. A pergunta recorrente dos alunos “professor, essa escola vale?” expressa o que Bourdieu (2007) chamaria de *dúvida sobre o capital simbólico* da instituição, ou seja, a percepção social de que determinado diploma, espaço ou corpo docente confere (ou não) valor legítimo no campo educacional.

Esse tipo de relato remete à noção de memória social vivida (Pollak, 1989), especialmente no que concerne à relação entre estrutura física e reconhecimento institucional. A frase “mas quando viram o local, viram que a escola era outra” aponta para uma virada de perspectiva fundamental: a valorização simbólica da escola só se concretiza quando os elementos materiais (como o prédio, os equipamentos e a estrutura) se tornam visíveis e contrastam com o imaginário anterior de dúvida e receio. Isso revela como a materialidade do espaço escolar é uma linguagem de credibilidade para o público, sobretudo em contextos marcados por escolas públicas precarizadas e sucateadas.

A análise de conteúdo (Bardin, 2020) nos leva à categoria da credibilidade institucional associada a uma questão de classe social: a dúvida sobre o valor do diploma pode estar relacionada à vulnerabilidade de estudantes que já experienciaram a não validação de outros certificados em seu histórico escolar, principalmente aqueles emitidos por escolas estaduais sem reconhecimento técnico ou inserção profissional expressiva.

Como se pode notar no último relato bem como no que o sucede, trata-se de um exemplo de *memória social em disputa*, em que o IF precisa provar sua relevância diante de uma população que não apenas desconhece sua trajetória mas que, também, carrega experiências anteriores de frustração e ceticismo quanto à eficácia de políticas públicas no campo da educação profissional. Nessa mesma perspectiva se expressa o Participante E:

Fala 7 (Participante E):

É, como toda novidade, ela causa certo estranhamento, porque a gente era CEFET e vai mudar para Instituto, então foi aquela dúvida, e como é que é? (e tal não sei o quê), mas, no geral, foi bem aceito. Eu acho que a marca do IF acabou ficando muito mais difundida

do que era o CEFET até então. E, houve sobretudo uma certa resistência por parte das Agrotécnicas, no caso as Agrotécnicas eram independentes, passaram a ver como tipo assim, era uma instituição separada, passou a ser um campus do Instituto, então houve essa certa resistência por parte das Agrotécnicas, que acabaram depois aceitando e vendo que era uma boa opção. Então, no geral, a aceitação pela comunidade, com exceção, é claro, da dúvida inicial do que é que vai ser, foi muito positivo.

Abordando o processo de transição institucional enquanto ressignificação simbólica promovida pela criação dos IFs em substituição aos antigos CEFETs, o Entrevistado relata um fenômeno recorrente na implantação de políticas públicas com mudanças estruturais: o estranhamento inicial seguido de aceitação progressiva, em que os sujeitos sociais precisam elaborar cognitivamente e afetivamente suas próprias compreensões e os significados que atribuíam à Instituição. A dúvida inicial expressa na fala: “e como é que é?” inscreve-se naquilo que Halbwachs (1990) chamaria de *zona de tensão da memória coletiva*, onde diferentes experiências institucionais convivem e, por vezes, competem. Dessa forma, a integração ao modelo dos IFs exigiu reconfigurações de pertencimento, adaptabilidade à nova governança e reinterpretação das missões institucionais.

Ainda neste tocante, sob a ótica da análise de conteúdo (Bardin, 2020), emergem três categorias centrais: resistência à mudança, difusão da nova marca institucional e consolidação da identidade dos IFs. A percepção de que “a marca do IF acabou ficando muito mais difundida do que o CEFET” indica uma vitória da comunicação institucional sobre os ruídos iniciais, reafirmando a importância da política de identidade visual, presença territorial e ações de extensão para a legitimação de novos modelos educacionais.

A narrativa também explicita o que Portelli (1997) define como *sobreposição de tempos sociais*: a coexistência de velhos e novos significados em torno de uma instituição ainda em construção. A aceitação progressiva mencionada não apaga os conflitos iniciais, mas indica que a nova instituição conseguiu, a partir de sua presença efetiva e funcionalidade, convencer e incorporar as antigas estruturas ao seu projeto político-pedagógico. Isso mostra como a História Oral é sensível aos microssistemas de adaptação institucional, revelando conflitos que dificilmente são captados apenas por documentos oficiais.

Ainda sobre esse processo de crescente aceitação da marca institucional e de legitimação de sua existência e ações pela comunidade, o Participante A afirmou que a chegada do IF foi um evento fundador, cercado de símbolos, expectativas e celebrações.

Fala 8 (Participante A):

Olha, em Campina Grande de fato, a comunidade festejou bastante porque aí começou a se disseminar a logomarca, a comunidade começou a perceber (né), os estudantes que vinham de vários municípios, quer dizer o CEFET estava se corporificando e quando

(quando) chegou essa transformação, houve uma celebração muito grande e uma expectativa muito grande, porque a comunidade acadêmica entendeu que a chegada do Instituto Federal em Campina Grande, através da Lei 11.892 iria preencher um vácuo, uma lacuna muito importante, para com a chegada da Educação Profissional naquela cidade.

A ênfase na “festa”, na “disseminação da logomarca” e na “celebração muito grande” revela um movimento de consolidação simbólica da presença institucional, em que o IF deixa de ser apenas um projeto estatal e se transforma em marco de pertencimento comunitário. Esse processo está em consonância com o que Halbwachs (1990) denomina de *memória coletiva estruturante*, capaz de reorganizar a percepção social do tempo e do espaço por meio de marcos compartilhados.

O discurso também remete ao já citado conceito de *memória performativa* (Pollak, 1989), pois o ato de “celebrar” e “esperar” é produtor de sentido. A chegada do Instituto é vivida não apenas como um fato administrativo mas também como uma espécie de “reconhecimento tardio” da importância de Campina Grande no cenário educacional e produtivo da Paraíba. Esse sentimento de reparação de uma “lacuna”, como afirma o Entrevistado, ecoa uma narrativa de dívida histórica do Estado com o território, algo que se conecta à tradição da História Regional Crítica (Fausto, 1995), segundo a qual os grandes projetos nacionais muitas vezes negligenciaram as necessidades do interior nordestino.

No campo da História Oral, o depoimento funciona como testemunho da emoção coletiva, revelando as maneiras pelas quais uma comunidade transforma políticas em acontecimentos e acontecimentos em memórias estruturantes de sua trajetória. O entusiasmo expresso pelo Entrevistado, além de documentar um sentimento, também contribui para a construção de uma narrativa oficial alternativa, produzida de baixo para cima, isto é, a partir da perspectiva dos que vivenciaram concretamente o surgimento da Instituição, algo que pode ser observado também nas palavras do Entrevistado F.

Fala 9 (Participante F):

É, a comunidade recebeu com muita positividade, até porque quando falávamos em CEFET ninguém sabia o que significava CEFET. Então, a gente tinha sempre que dizer é o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, é bancado pelo Governo Federal, é uma Unidade que vai ser gratuita, então foi com muita positividade porque (é), estávamos oferecendo um Ensino Federal que iria agregar todo o polo de cidades circunvizinhas na cidade de Campina Grande, então foi recebido com muita, com muita positividade.

Recuperando dois elementos já citados, o relato indica, inicialmente, o fato de “ninguém saber o que significava CEFET”, o que remete à ausência histórica dessa instituição

na memória local, sendo necessário um esforço de tradução institucional para que a comunidade compreendesse o que estava sendo ofertado. O relato ainda evidencia como o processo de recepção pública de uma política educacional depende da mediação comunicacional e da reconstrução de sentido junto aos sujeitos locais e também reforça a percepção de que a chegada do IF foi um acontecimento estruturante no campo educacional de Campina Grande e região.

O discurso do Participante F também assume um tom de testemunho de mediação: este Participante se coloca como ponte entre a Instituição e a sociedade, reforçando o papel ativo de educadores no processo de tradução cultural da política pública (Martín-Barbero, 1987). Isso revela que a consolidação simbólica da Instituição não é apenas um efeito da estrutura física, mas resulta de interações constantes, da repetição de discursos e do diálogo persistente com a comunidade.

A recorrência da expressão “positividade” aponta para a construção de uma memória consensual sobre a recepção da Instituição, frequentemente descrita com entusiasmo e como símbolo de avanço social. Essa dimensão afetiva do discurso remete à teoria de Halbwachs (1990), segundo a qual os grupos sociais tendem a organizar suas lembranças em torno de marcos valorativos que consolidam identidades coletivas. Outras expressões também registram positividade e otimismo no momento de recepção do IF pela comunidade após a tomada de conhecimento e sua crescente legitimação, como pode ser visto na fala do Participante E:

Fala 10 (Participante E):

É, foi uma festa, foi uma festa que assim, os meninos que estudavam em 2007 lá no Centro, eles conheciam a obra assim, vez por outra a gente trazia os meninos para vir para cá, para ver como é que estava a obra, porque a gente estava lá e a obra aqui estava acontecendo, a gente chega aqui em 2008. Então assim, eles estudavam numa estrutura totalmente precária, não eram salas de aula, a gente não tinha um ambiente administrativo, tinha poucos computadores, carteiras, as carteiras eram antigas, que tinham sido cedidas pela prefeitura. Então, quando eles vêm para cá, eles chegam à nova estrutura, tudo novo, tudo moderno, com laboratórios altamente equipados e com uma estrutura confortável. Então eu acho que para resumir foi uma festa, eles adoraram, assim como os servidores também.

Projetando um dos momentos mais emblemáticos da memória institucional – a transição da precariedade à estruturação física e simbólica da escola, vivida coletivamente como um rito de passagem –, o Participante E insiste na repetição da expressão “foi uma festa”, não apenas sinalizando a celebração concreta da inauguração do novo espaço como também representação de uma catarse coletiva que condensa frustração, esperança e

pertencimento. Aqui, a emoção da mudança materializa-se como narrativa fundacional do *Campus*.

Essa transição dos “espaços improvisados” às “salas modernas com laboratórios altamente equipados” articula-se àquilo que Marc Augé (1994) denomina de transformação do “não lugar” em “lugar antropológico”, ou seja, de um espaço de trânsito precário para um espaço socialmente apropriado, vivido, nomeado e carregado de significados. Os estudantes que acompanharam a construção da nova sede tornaram-se, de certo modo, testemunhas da história material da instituição, condição que fortalece o sentimento de pertencimento, orgulho e identidade institucional.

A fala acima evoca categorias como *superação da precariedade*, *materialização da política pública* e *experiência compartilhada* como fundadora de memória coletiva. Os contrastes entre a situação anterior – “salas sem ambiente administrativo, poucos computadores, carteiras antigas” – e a nova infraestrutura indicam uma clivagem na percepção do valor do Ensino Técnico Federal. E o edifício escolar, com seus laboratórios modernos, torna-se aqui um símbolo concreto de mudança social.

A oralidade da narrativa também é reveladora. O uso de expressões afetivas como “os meninos adoraram” e o compartilhamento da alegria com “os servidores também” sugerem uma dimensão intergeracional da experiência. Essa configuração aponta para uma memória comunitária, que ultrapassa os indivíduos e se instala como um patrimônio imaterial do próprio bairro e da cidade de Campina Grande.

A importância dessa transição estrutural foi tal que é marcante a lembrança da presença de autoridades locais e, principalmente, nacionais na memória coletiva a respeito do momento de inauguração da nova sede do *Campus*. Voltamos à fala do Participante F para reforçar isso:

Fala 11 (Participante F):

É, foi recebido com muita festividade, inclusive o presidente, na época Lula veio inaugurou aqui a unidade. Então foi muito (é) divulgado em termos nacionais porque o próprio presidente da República veio inaugurar a unidade.

Aqui o Entrevistado enfatiza o impacto simbólico e político da visita do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, para a inauguração da unidade do IF em Campina Grande. A presença da autoridade máxima do País em um evento local reverbera a ideia de reconhecimento oficial e legitimação política da Instituição, corroborando os conceitos de memória social como prática ritualística e performativa (Halbwachs, 1990; Pollak, 1989). Tal

ato institucionaliza a Unidade como espaço de ensino e como símbolo da política pública federal de expansão da Educação Técnica.

A ampla divulgação “em termos nacionais” reforça a dimensão midiática da memória institucional, o que se conecta às teorias de *memória coletiva* e *política da comunicação* (Assmann, 2008; Martín-Barbero, 1987). A cobertura nacional da inauguração promoveu uma narrativa de inclusão, modernização e investimento no Nordeste, especialmente importante para uma cidade como Campina Grande, situada no interior do Brasil e, portanto, muitas vezes marginalizada nas grandes políticas públicas.

Destacam-se aqui as categorias de *legitimação pública*, *política simbólica* e *comunicação governamental*, que dialogam para construir o evento citado como um momento inaugural fundante da Instituição. Essa materialização política da Educação Profissional naquele município contribui para a construção de uma memória oficial que, simultaneamente, gera prestígio local e nacional, funcionando como mecanismo para fortalecer a coesão social e o pertencimento. Além disso, a fala do Participante F indica a importância do cerimonial político na criação de marcos históricos institucionais, reforçando a tese de Nora (1993) sobre os “lugares de memória” que, ao serem ritualizados, consolidam-se como referências para a narrativa histórica e social da comunidade. A visita do Presidente Lula torna-se, portanto, um ponto de convergência entre memória pública e privada, estatal e comunitária, evidenciando o papel da política na construção da história oral e institucional.

Não se pode ignorar, entretanto, mesmo antes do momento de sua inauguração pelo então Presidente da República, a Instituição já estava em pleno funcionamento havia mais de um ano e meio na sede oficial, o que indica a importância desse ato simbólico como ratificador da legitimidade da Instituição na memória coletiva. Voltemos à fala do Entrevistado para entender esse processo:

Fala 12 (Participante A):

A comunidade ficou extremamente feliz com essa Unidade. Nós funcionamos em 2008, olha só, 2008, na sede nova. Todo o ano de 2008. E quando foi em julho de 2009, um ano e meio depois, aí o Presidente foi inaugurar a obra. O Presidente Lula veio a Campina Grande no dia 29 de julho de 2009. Ele veio inaugurar, aí foi uma grande festa, é como um marco, porque o Presidente veio, trouxe Fernando Haddad que na época era Ministro da Educação, que foi sob seu comando que a Rede teve a grande expansão. E aí nós tivemos as maiores autoridades políticas, foi uma grande festa em Campina Grande. É, o Ministro dos Transportes nesse dia estava presente também, que veio inaugurar a duplicação da BR-230, nesse mesmo dia, nessa mesma solenidade, lá em Campina Grande, em 29 de julho de 2009. Então funcionamos o ano de 2008 inteiro e mais a metade de 2009 e aí nós organizamos essa festa com um público que foi estimado aí em

cerca de 2.000 mil pessoas aproximadamente. Foi um momento de festa muito bonito, muito memorável.

Assim sendo, a inauguração oficial da sede pelo Presidente Lula, acompanhada por outras altas autoridades, como o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, nesse momento, é caracterizada como “uma grande festa” e “um marco” central para a construção da memória institucional e coletiva, representando a materialização pública da expansão da Educação Técnica na região, mesmo que a Instituição já estivesse em funcionamento anteriormente. A fala também remete à interseção entre infraestrutura física e simbólica, na medida em que a inauguração da sede oficial do *Campus* coincida com a inauguração da duplicação da BR-230³⁷, evidenciando a convergência de políticas públicas em torno do desenvolvimento regional.

A narrativa ressalta a *dimensão cerimonial e performativa* do evento como *prática de memória* (Halbwachs, 1990; Pollak, 1989). A presença do Presidente da República potencializa o evento, conferindo-lhe uma aura de importância nacional, simbolizando a articulação entre o projeto político federal e as demandas locais por educação técnica. Além disso, o fato de o evento ter atraído cerca de 2.000 pessoas aponta para o significado social do Instituto enquanto espaço de pertencimento e mobilização comunitária.

Ainda que o sucesso da cerimônia esteja muito bem registrado na memória institucional, é preciso ressaltar também os depoimentos a respeito dos problemas e desafios enfrentados no percurso de instalação dessa Instituição na cidade, uma vez que nenhum processo dessa natureza é absolutamente isento de conflitos e questões, principalmente dada a grandiosidade do intento e a complexidade de recursos físicos, humanos e financeiros envolvidos. Sobre isso, analisemos mais algumas falas.

Fala 13 (Participante A):

Basicamente três dificuldades: infraestrutura, composição de quadro de pessoal e orçamento. Porque a infraestrutura, nós funcionamos (é) no primeiro ano em instalações emprestadas com muita boa vontade da prefeitura, mas eram emprestadas e tinha dificuldade aí. Inclusive, de transporte para os estudantes. [...] uma grande dificuldade para que você tenha uma ideia, nós começamos sem nenhum professor, contratamos os três primeiros professores e começamos com quatorze professores substitutos. [...]

³⁷ “Lula inaugura escola, duplicação de BR-230 e garante voltar à PB”. A manchete diz: “O trecho inaugurado ontem complementa a duplicação da rodovia entre João Pessoa e Campina Grande. O valor do investimento foi de R\$ 84 milhões. Na parte da manhã o presidente e o governador entregaram ao povo campinense o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (Caderno Especial). Jornal A União, edição nº 135, de 29 de julho de 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/2011-a-2015/2009/julho/a-uniao-29-07-2009.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

Terceira grande dificuldade, a indisponibilidade de orçamento, porque tudo dependia de João Pessoa e a gente tinha que se valer sempre do apoio e do suporte de João Pessoa.

As dificuldades estruturais enfrentadas na instalação inicial do IF em Campina Grande são apresentadas pelo Entrevistado a partir de três eixos principais: infraestrutura precária, quadro de pessoal insuficiente e orçamento dependente da gestão estadual, na época centralizada na cidade de João Pessoa, onde funcionava a Reitoria, com representações (Reitor e Pró-Reitores) em caráter *Pro Tempore*. Essa tríade problematiza a implementação da política pública educacional no interior do Nordeste, ressaltando as tensões entre intenção política e realidade prática.

Essa e as outras falas que a subsequenciam, sobre as dificuldades inaugurais, são fundamentais para a constituição da memória institucional, pois expressam a dimensão humana e contingencial da história, rompendo com narrativas idealizadas de sucesso imediato (Thompson, 2000). As lembranças sobre a precariedade do início desse projeto educacional contribuem para a legitimação dos esforços posteriores, criando uma memória de superação que fortalece o sentimento de pertencimento dos atores envolvidos.

O relato apresenta categorias como escassez de recursos, dependência administrativa e desafios logísticos, as quais permitem mapear as condições materiais e burocráticas que afetaram a consolidação da Unidade. A questão do transporte dos estudantes, por exemplo, evoca a problemática da acessibilidade, crucial para garantir a inclusão social. Além disso, a dependência da gestão de João Pessoa em relação aos recursos financeiros aponta para a complexidade da descentralização educacional e para a necessidade de autonomia local para viabilizar ações eficientes (Saviani, 2007). O discurso revela não apenas desafios operacionais mas também a desconfortável dinâmica das relações entre Capital e interior no campo da Educação Federal, fundamental para a compreensão histórica quando da instalação e funcionamento do Instituto Federal da Paraíba em Campina Grande.

A fala do Participante E, a seguir transcrita, aprofunda a observação das dificuldades enfrentadas na estruturação do IF em Campina Grande, diferenciando o primeiro ano (2007), marcado por desafios estruturais, do ano seguinte, quando a Instituição já dispunha de um prédio próprio, mas enfrentava problemas relacionados a equipamentos, transporte de estudantes e quadro funcional. Essa divisão temporal ajuda a compreender a trajetória de consolidação da Instituição, ressaltando que o progresso físico não elimina por completo as dificuldades organizacionais.

Fala 14 (Participante E):

É, são duas vertentes diferentes. A primeira é o primeiro ano 2007 que todas as dificuldades são estruturais, a gente estava num ambiente alugado e que não era próprio e que não era adequado para o que nós consideramos adequado educacionalmente falando, as salas não eram confortáveis, nós não tínhamos equipamentos, então em 2007 a dificuldade era estrutural. E a partir de 2008, a principal dificuldade foi, nós tínhamos um prédio grande, bonito, nós tínhamos que equipar, então a principal dificuldade foi começar a equipar, embora a gente tenha tido recursos suficientes, a gente equipou de modo que a gente conseguisse dá conta do que estava acontecendo. A dificuldade do transporte daqui do bairro Dinamérica. E a dificuldade de conseguir sempre (sempre) a dificuldade eterna, que é dificuldade de servidor, a gente sempre (a gente sempre) estar precisando de mais servidores, sobretudo aqui em Campina Grande, técnicos administrativos, então tem essa dificuldade de fazer concurso, nomear.

Essa narrativa revela como a memória institucional se constrói a partir da recordação seletiva e temporalizada dos desafios. O detalhamento dos problemas, desde a inadequação do espaço inicial até as dificuldades de equipar o prédio, demonstra a construção de uma narrativa de resistência e adaptação frente às adversidades. Neste sentido, categorias como *infraestrutura provisória, equipamento e recursos materiais, acessibilidade (transporte) e carência de pessoal técnico-administrativo* evidenciam as múltiplas dimensões da operacionalização da Educação Técnica Federal no contexto regional. A recorrente menção à “dificuldade eterna” de nomeação de servidores aponta para um entrave burocrático estrutural. Além disso, a menção ao bairro Dinamérica como local do *Campus* e às dificuldades de transporte refletem questões de territorialidade e urbanismo, evidenciando a relação entre espaço físico, acessibilidade e inclusão social.

O Participante D, por sua vez, traz, mais uma vez, a questão da adaptação da comunidade à realidade da Instituição, neste momento como problemática:

Fala 15 (Participante D):

A dificuldade era fazer com que a sociedade comesse a conhecer o instituto, esse foi o grande desafio.

O Entrevistado pontua um desafio fundamental na construção da memória social e da identidade institucional, pois sem o conhecimento público, a Instituição não consegue exercer plenamente seu papel educacional e social. A fala destaca, ainda, a centralidade do processo comunicativo e simbólico na consolidação institucional, colocando em evidência a dimensão social da história da Educação Técnica em Campina Grande.

Frente a essa realidade, abordamos os entrevistados a respeito de suas percepções sobre as estratégias utilizadas naquele momento para superar estes e outros desafios.

Fala 16 (Participante A):

Estratégia de força, de coragem, de disposição [...] só para você ter uma ideia, a primeira placa de identificação do CEFET de Campina Grande, você sabe o que era? era uma folha de papel, folha de papel A4, que a gente botava o nome CEFET e pregava na porta e os meninos vinham da rua e arrancavam e a gente tinha que sempre estar pregando de novo, o tempo inteiro. Só para você ter uma noção das dificuldades. Então é tudo assim, funciona muita coisa na base da improvisação. Você tem que no começo das aulas, os estudantes reclamavam muito com o calor, com o mobiliário precário a gente sempre dizia: “olha, tenham paciência, o prédio novo, quando chegar, vocês vão ver, vocês vão estudar numa escola bonita e tudo”. Teve uma vez que eu tive que fazer o “Teste de São Tomé”, contratei um ônibus para levar os estudantes. “Eu vou levar vocês lá na obra, para vocês saberem que não é conversa fiada, vocês vão ver o prédio lá sendo construído”. Levei os estudantes lá, eles ficaram entusiasmados. E já foi uma estratégia nossa para que eles se motivassem, porque quando você começa a instalação de um (um) campus desse, é tudo muito difícil, (é tudo muito difícil), você tem que contar com a ajuda de muita gente [...] mas assim, força, coragem, disposição e superação.

Suas palavras revelam, por meio de uma narrativa oral rica em detalhes, a dimensão humana e emotiva da construção inicial do Instituto Federal em Campina Grande. Vê-se colocada em prática estratégia de “força, coragem e disposição” diante das inúmeras adversidades, como a placa improvisada em papel A4, o mobiliário precário e as reclamações dos estudantes, aspectos que evidenciam o processo de resistência e resiliência, centrais para a constituição da memória institucional (Thompson, 2000; Portelli, 1997).

O relato enfatiza a vivência dos atores envolvidos, destacando a importância da oralidade para registrar não apenas os fatos objetivos mas também as emoções e estratégias simbólicas que permeiam a trajetória da instituição (Ricoeur, 2004). A ação de levar os estudantes para conhecer a obra em construção (citada mais de uma vez até o momento) pode ser lida também como prática pedagógica e simbólica que busca legitimar o projeto coletivo, fomentando o pertencimento e a esperança.

A improvisação, o engajamento comunitário e as estratégias motivacionais citadas pelo Entrevistado ilustram a complexidade da implantação do *Campus*, fomentando um diálogo com estudos sobre a construção social das instituições, situações em que o enfrentamento das dificuldades cotidianas é narrado como elemento fundamental para a coesão interna e a consolidação da identidade organizacional (Assmann, 2008; Saviani, 2007). Este relato é um testemunho vivo da capacidade de superação e da importância do capital humano no desenvolvimento das políticas públicas educacionais em regiões periféricas, apontando para o papel da memória oral na preservação dessa história de luta e conquista.

O Participante D, a seu turno, ao ser abordado sobre o tema, se ateve à observação a respeito de ações mais voltadas para a divulgação da existência da instituição na cidade, como segue.

Fala 17 (Participante D):

Bem, como eu falei para você, o maior desafio foi a sociedade conhecer o instituto. A estratégia foi primeiro chegar a imprensa, então fazer com que a imprensa, por exemplo, cobrisse a inauguração do campus, a presença de Lula para inaugurar foi de fundamental importância e mexeu com a cidade como um todo, o Lula presidente do Brasil vem aqui inaugurar o nosso campus (não é?), é, era fundamental essas coisas, então é chegar a imprensa. A outra coisa é chegar no público-alvo, e quem era o público-alvo? fundamentalmente os alunos do 9º ano das escolas públicas e aí nós fizemos muitas visitas às escolas, eu fui um professor que eu visitei muitas escolas do município para divulgar o Instituto, a gente chegava lá e divulgava o Instituto, ninguém conhecia o Instituto [...], mas o fato é que uma das estratégias utilizadas é essa, foi visitar escolas do Ensino Fundamental do município, a gente visitou não só Campina Grande mas também cidades vizinhas, tanto é que o número de estudantes de cidades vizinhas à Campina Grande no nosso instituto é muito grande.

Sua fala aponta as estratégias específicas de aproximação da Instituição com a Comunidade, como o engajamento da imprensa e visitas a escolas públicas. Essa ação de comunicação é crucial para a construção da memória social e da identidade institucional, pois sem visibilidade e reconhecimento, qualquer instituição poderá encontrar barreiras para cumprir seu papel educativo e social.

Assim como o discurso anterior, do Participante A, este relato demonstra o papel ativo dos atores na construção e circulação de narrativas que tornam o Instituto conhecido e valorizado, alinhando-se com os estudos de Thompson (2000) e Portelli (1997) sobre como as memórias são socialmente construídas e compartilhadas para legitimar instituições e processos históricos. Aqui, mais uma vez, e reforçando os relatos anteriores, a lembrança da inauguração com a presença do Presidente Lula é narrada como um marco simbólico, atuando como um evento fundador e catalisador de reconhecimento público.

Para além das dificuldades, pedimos também que os entrevistados falassem um pouco sobre a importância que o IF tem na cidade. Seguem os depoimentos e comentários de análise.

Fala 18 (Participante A):

Uma importância capital, porque Campina Grande é uma cidade que tem uma forte vocação para a educação. Forte vocação, Campina Grande já deu o pão a muita gente por esse país afora. Campina Grande já formou muitos jovens, rapazes, moças, meninos e meninas, homens, mulheres ao longo de muitos anos. E faltava uma escola técnica, (faltava uma escola técnica). Então, a escola técnica Redentorista, era uma escola que fez história em Campina Grande durante um período (não é?), mas ela, inclusive acabou sendo desativada com o tempo. Então havia uma lacuna muito grande, quando chega o CEFET, e primordialmente, depois o Instituto Federal, em Campina, com a vocação para a educação, Campina que absorve, tem um trânsito de muitos jovens que vêm das cidades vizinhas a Campina, como eu disse, praticamente 60 municípios de várias regiões. Então, isso foi uma festa, porque os meninos, eles não tinham essa opção que acabou chegando com a educação pública, gratuita e socialmente referenciada. A gente gosta de qualificar

dessa forma, porque é socialmente referenciada, porque Campina é o (o) campus, o CEFET já chegou oferecendo aos meninos opções, por exemplo, olha, você vai ter a opção de fazer pesquisa ganhando bolsa, os meninos pobres, fazendo seleção para ganhar bolsa de extensão, já para ter alimentação (não é?). A gente já começou, mesmo com dificuldade, logo (logo) fazendo uma distribuição de fardamento para os meninos para participar de simpósios, de seminários e tudo. Então tudo isso motivou muito os meninos e o nome, a boa fama da instituição foi se espalhando pelo município e ano a ano houve uma crescente procura pela instituição.

Enfatizando o histórico da cidade enquanto formadora educacional na região, o Entrevistado reforçou a lembrança da lacuna existente no ensino técnico antes da chegada do CEFET, posteriormente transformado em IF. Este trecho dialoga diretamente com a dimensão da memória social e da história institucional, quando faz referência à Escola Técnica Redentorista como um marco histórico dessa natureza, porém que não foi sustentável; daí, aponta para a necessidade de uma política educacional pública e permanente, como a ofertada pelo CEFET.

Seu discurso também evidencia o papel das instituições educacionais como espaços de democratização do acesso ao conhecimento, gerando inclusão social e destacando o caráter socialmente referenciado da formação oferecida, conceito que remete à ideia de educação como direito e instrumento de transformação social, um elemento-chave na política educacional brasileira pós-2000.

A distribuição de bolsas, fardamentos e o incentivo à participação em eventos acadêmicos, por exemplo, indicam uma política afirmativa de inclusão e valorização dos estudantes de baixa renda, fortalecendo a dimensão simbólica da Instituição na Comunidade. Reforça, ainda, a legitimação social e o capital simbólico do Instituto, tornando-o um polo de referência regional e fomentando o processo de pertencimento e identidade coletiva (Assmann, 2008; Thompson, 2000).

Assim, o relato expressa a construção de uma memória positiva em torno do IF em Campina Grande, reforçando sua importância como espaço de formação, inclusão e valorização social, essencial para a compreensão da trajetória da educação profissional na região. Por outro lado, a importância da Instituição no aspecto econômico da região também apareceu ao longo das entrevistas, em falas das quais destacamos o recorte a seguir.

Fala 19 (Participante E):

Olha só, a unidade do instituto, assim como a universidade e, assim como outras escolas aonde chega, educação é desenvolvimento, e eu não estou falando que educação seja crescimento econômico, existe a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, o crescimento econômico está pensando apenas na questão econômica, enquanto o desenvolvimento ele visa também as questões sociais. Então, por

exemplo, quando nós viemos aqui para o bairro Dinamérica, o bairro começa a se desenvolver, por causa do Instituto, então começa a surgir lanchonetes, restaurantes, começa a surgir pousadas, a prefeitura começa a urbanizar o local, sanear o local. Então assim, há esse desenvolvimento indireto e é óbvio o desenvolvimento direto causado por uma instituição de ensino do porte do Instituto Federal da Paraíba, em que nós estamos trabalhando sempre com ensino, pesquisa e extensão e a comunidade externa é diretamente afetada pelos projetos de extensão, pelos projetos de pesquisa, então quando nós desenvolvemos projetos de pesquisa, nossas pesquisas vão a campo para resolver algum problema da sociedade [...] então, a chegada de um instituto, você pode fazer uma pesquisa, qualquer cidade, as cidades pequenas, principalmente, quando o instituto chega, quando a universidade chega, há um *boom* de desenvolvimento em vários ângulos, nessa questão direta pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão e na questão indireta, pela economia do município que começa a se desenvolver mais.

Destacamos aqui a distinção teórica entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, essencial para compreender que o Instituto não só impulsiona a economia local, por meio da criação de empregos e infraestrutura, mas também promove melhorias sociais e culturais, vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Neste sentido, a fala revela a construção da memória social em torno da Instituição como agente transformador da comunidade, indo além da mera oferta educacional para atuar como motor do desenvolvimento urbano e social, evidenciado pela urbanização do Bairro Dinamérica e pela geração de oportunidades econômicas indiretas, como lanchonetes, pousadas etc. Esses elementos indicam uma compreensão do papel das instituições federais, alinhada à Pedagogia Crítica de Paulo Freire (1996), que concebe a educação como instrumento de transformação social e emancipação comunitária.

Assim sendo, essas falas reafirmam a posição do IF como uma peça-chave na articulação entre educação, desenvolvimento social e econômico em Campina Grande, fortalecendo sua importância histórica e atual para a região e destacando elementos positivos e negativos no processo de construção da trajetória da Instituição na cidade.

Sua análise revela um processo complexo e multifacetado, que vai além da simples instalação de uma unidade educacional. Em primeiro plano, observa-se a importância da decisão política no âmbito federal, principalmente durante os governos de Lula e Dilma – como destacam os entrevistados –, presidentes que implementaram uma política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, numa retomada histórica, após um longo hiato na Paraíba. Tal processo institucional reflete as tensões e as rupturas na política educacional brasileira.

Do ponto de vista da História Social da Educação, as falas corroboram a documentação citada no início desta seção, indicando que Campina Grande foi escolhida estrategicamente pela sua posição geográfica, demográfica e por sua liderança nos arranjos

produtivos locais, além de sua relevância econômica, social e cultural no Estado e no Nordeste. Esta escolha revela a importância da articulação entre Educação e contexto regional.

A recepção da comunidade e os desafios enfrentados no processo inaugural são elementos cruciais para a construção da memória institucional e coletiva. Conforme apontam os discursos, houve inicialmente um desconhecimento sobre o Instituto, o que demandou esforços de divulgação, estratégias comunicativas junto à Imprensa e mobilização escolar. O estranhamento natural às mudanças institucionais, como a transição de CEFET para IF, ilustra as resistências e adaptações comuns à inovação educacional, o que pode ser compreendido à luz da Teoria da Construção Social da Realidade (Berger; Luckmann, 2004).

No plano material, a trajetória de infraestrutura precária, desde a carência de professores e profissionais técnico-administrativos, orçamento limitado até a conquista de um *Campus* moderno e bem equipado, evidencia o papel da superação e da resiliência na consolidação do projeto educacional. Essa dimensão reforça a historicidade da Instituição enquanto objeto em construção, sujeita a processos de negociação, conflito e cooperação entre os agentes locais e federais (Chartier, 1990). A memória da superação desses desafios, fortalecida por celebrações públicas, como a inauguração da sede oficial, com a presença do presidente Lula, contribui para a formação de uma identidade institucional forte e legitimada.

Por fim, o impacto do Instituto sobre o desenvolvimento local é ressaltado não só na dimensão econômica mas também no aspecto social e cultural, com a expansão do ensino, pesquisa e extensão, conforme a Pedagogia Crítica de Freire (1996). O depoimento que distingue crescimento econômico de desenvolvimento econômico-social ilustra uma compreensão avançada do papel da Educação na transformação comunitária, configurando o IF como um agente promotor do desenvolvimento sustentável e inclusivo em Campina Grande e região.

Este conjunto de discursos, analisado sob a perspectiva da História Oral (Thompson, 2000), da Memória Social (Portelli, 1997) e da Análise de Conteúdo (Bardin, 2020), permite perceber o IF como uma Instituição Escolar e Educacional que encarna a complexidade das políticas públicas, a dinâmica regional e as demandas sociais, inaugurando um campo fértil para futuros estudos sobre educação profissional, desenvolvimento regional e memória institucional na Paraíba.

5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO À AVALIAÇÃO

O ProfEPT é um Mestrado Profissional em Rede Nacional, inserido na área de Ensino (CAPES, 2019). Entre suas principais propostas está o desenvolvimento, por parte dos estudantes, de um Produto/Processo Educacional (PE) que dialogue com contextos reais. Esses produtos devem atender às demandas práticas das instituições de ensino e podem assumir diferentes formatos, visando contribuir de forma efetiva para a melhoria das práticas pedagógicas e/ou criação de ferramentas informacionais e, ainda, outros produtos de natureza diversa.

A área de Ensino entende como produto educacional o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo (Brasil, 2019, p. 16).

Neste sentido, a CAPES define os PEs como recursos pedagógicos diversos – vídeos, jogos, aplicativos, sequências didáticas, entre outros –, criados com base em fundamentos teórico-metodológicos consistentes e voltados à aplicação direta em contextos reais de ensino (Brasil, 2019). Dentre as opções disponíveis e elegíveis para a área de Ensino, escolhemos o *e-book*, devido ao seu alcance e em consonância com o objeto de pesquisa. Trata-se de um livro digital, fácil de compartilhar pela internet e acessível a partir de qualquer dispositivo eletrônico. Além da mobilidade, o livro digital permite o uso de hipertextos e hiperlinks, o que torna o material mais dinâmico. Essa flexibilidade favorece a exploração de conteúdos complementares sem sobrecarregar o leitor com excesso de informações em uma única página (Góes *et al.*, 2017).

De acordo com Striplas (2009), os *e-books* surgem como solução para um problema comum aos livros impressos: sua circulação limitada. Por serem digitais, esses materiais podem ser facilmente baixados e compartilhados por meio da internet, utilizando ferramentas como e-mail e WhatsApp. Assim, os livros digitais se destacam como instrumentos de democratização do conhecimento, acessíveis em diferentes dispositivos eletrônicos. Para Serra (2015, p. 34), “os e-books podem ser adotados tanto para apresentar os resultados de pesquisas educacionais como também servir de material didático na educação profissional e tecnológica”. Além de ser um item de fácil difusão e manuseio, o livro em formato digital se

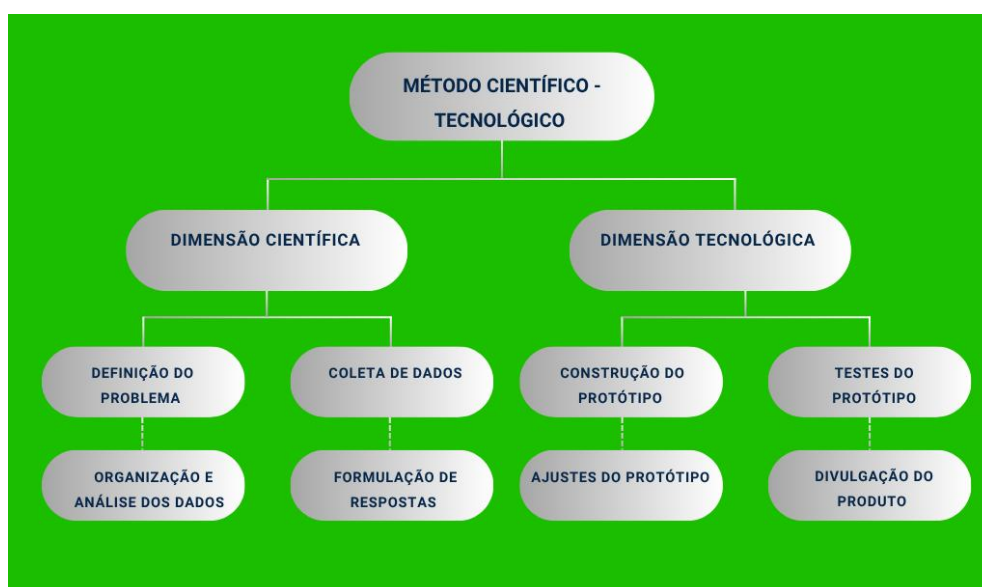
caracteriza por seu cunho sustentável, uma vez que, para a sua fabricação, se dispensa o uso de papel, recurso proveniente da natureza, esta já em demasia devastada.

De acordo com a classificação de Produtos Técnicos e Tecnológicos da Área de Ensino da CAPES, o *e-book* desenvolvido enquadra-se como “material didático/instrucional”. Isso se deve ao seu caráter textual e educativo, voltado ao registro da história e da memória de uma instituição dedicada à oferta de EPT.

O PE foi construído a partir de diversas fontes que ajudaram a compor sua narrativa: documentos analisados durante a pesquisa, relatos compartilhados nas entrevistas, imagens gentilmente cedidas pelos participantes e outras captadas pela própria pesquisadora na unidade de Campina Grande, *Campus* desta investigação. Cada material reuniu fragmentos de histórias, memórias e vivências que, juntos, deram vida ao conteúdo final. Desta feita, o *e-book* apresenta textos objetivos, linguagem clara e acessível, além de recursos visuais e interativos, como *links* e fotografias que enriquecem a abordagem do tema.

Para a construção do PE, adaptamos as etapas propostas por Silva *et al.* (2019), que recomendam o uso do método científico-tecnológico. Esse método, conforme explica Nascimento-e-Silva (2019), é um processo composto por fases bem definidas que, ao serem aplicadas com precisão, resultam na elaboração de uma solução tecnológica. Esse método, como o próprio nome sugere, é estruturado em duas dimensões complementares: a científica e a tecnológica, cada uma composta por quatro etapas, como mostra o Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Método Científico-Tecnológico



Fonte: Adaptado de Silva *et al.* (2019).

Agora, vamos à descrição dos aspectos supramencionados, iniciando pela Dimensão Científica.

1. Definição do problema: nessa etapa inicial, delimitamos o problema central da investigação, organizamos os principais tópicos que seriam abordados em cada capítulo do *e-book* e identificamos as fontes de informação que poderiam contribuir para responder às questões propostas.

2. Coleta de dados: ocorreu por meio da análise de documentos institucionais, como o Plano de Expansão da Rede Federal – Fase I, o Relatório de Avaliação do Plano de Expansão Fase I, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, o Relatório de Inauguração do *Campus* e o contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande e o então CEFET-PB, o Portal do IFPB, entre outros registros relevantes. Além disso, conduzimos entrevistas com sujeitos que vivenciaram os primeiros anos de funcionamento do *Campus*, contribuindo com suas memórias e experiências para a reconstrução histórica da instituição.

3. Organização e análise dos dados: os dados coletados por meio de documentos institucionais e entrevistas foram sistematizados, categorizados e interpretados à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico. Essa fase permitiu identificar padrões, destacar elementos significativos da trajetória do *Campus* e compreender como as experiências vividas pelos sujeitos se articulam à memória e à identidade institucional.

4. Formulação de respostas: a análise dos dados permitiu construir as respostas da pesquisa e desenvolver o conteúdo do *e-book*, que foi enriquecido com trechos significativos das falas dos participantes da pesquisa, as quais trouxeram à tona elementos fundamentais para compreendermos os processos históricos e identitários vivenciados pela Instituição. Reconhecendo a importância do sigilo, asseguramos o anonimato das pessoas que contribuíram com seus relatos, identificando-as apenas por letras.

5. Construção do protótipo: nessa fase, definimos o *layout*, a organização dos capítulos, escolhemos imagens e ferramentas digitais interativas, como *links* e *QR Codes*, com o objetivo de facilitar o engajamento dos leitores. O protótipo foi desenvolvido como uma representação fiel do produto final, mas com a flexibilidade necessária para receber ajustes com base no *feedback* dos usuários. As imagens a seguir, Figura 4, apresentam algumas partes do PE em sua versão atual.

Figura 4 – Imagens do Produto Educacional



Fonte: Elaboração própria, 2025.

6. Testes: foram realizados com os participantes da pesquisa e com outras pessoas que demonstraram interesse pelo *e-book*. Durante esse processo, os avaliadores analisaram diversos aspectos do material, tais como: conteúdo; relevância do produto; abordagem adotada; fontes utilizadas; apresentação visual. Além disso, todos puderam apresentar sugestões para o aprimoramento do *e-book*.

7. Ajustes no protótipo: os ajustes são realizados com base nos resultados dos testes. Para a etapa dos ajustes, foram observados: a qualidade do produto, levando em consideração diversos aspectos, como a usabilidade, a acessibilidade, a organização, a qualidade das imagens, a estruturação do texto, o layout etc. A avaliação ocorreu por meio de um questionário disponível no *Google Forms*, contendo perguntas sobre a qualidade do PE. Nascimento *et al.* (2019) afirmam que as correções devem ser realizadas para que o artefato consiga atender, de forma consistente, às necessidades para o qual foi criado.

8. Divulgação do PE: após a fase de avaliação, com a devida aprovação do protótipo, ele passa a ser considerado um produto finalizado. A partir desse momento, torna-se essencial apresentá-lo ao público-alvo, evidenciando suas funcionalidades e os benefícios que sua aplicação pode proporcionar. Diante disso, a etapa de divulgação final do presente *e-book* será realizada somente após sua aprovação formal pela Banca de Avaliação, que poderá, inclusive, sugerir ajustes e melhorias antes de sua apresentação ao público-alvo. O Quadro 8 apresenta a descrição dos capítulos que estruturam o material produzido.

Quadro 8 – Descrição dos capítulos do *e-book*

CAPÍTULOS /SEÇÕES	TÓPICOS ABORDADOS
Apresentação	Nesta seção, apresentamos o <i>e-book</i> ao leitor.
Introdução	Na introdução, foram apresentados os conceitos de História das instituições educativas, Memória e Identidade, os quais subsidiaram o processo de construção de pesquisa.
O plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e o nascimento da Educação Profissional em Campina Grande	Neste capítulo, abordamos o contexto do Plano de Expansão da Rede Federal e apresentamos alguns aspectos da cidade de Campina de Grande, para entendermos os motivos pelos quais essa cidade foi escolhida para dar início ao processo de interiorização da Educação Profissional na Paraíba.

Entre parcerias e desafios: o processo de implantação de uma unidade de Educação Profissional Federal em Campina Grande	Este capítulo aborda os principais desafios enfrentados no processo de implantação do <i>Campus</i> , ainda como uma “Unidade de Ensino Descentralizada” nos anos de 2006 e 2007.
Chegada à sede definitiva: um novo capítulo na história da Instituição	Neste capítulo, relatamos o início das atividades na sede definitiva do <i>Campus</i> , marcado por sentimentos de alegria e entusiasmo, além dos principais desafios enfrentados e estratégias adotadas. Também abordamos as mudanças observadas no bairro Dinamérica, com a chegada do Instituto em 2008.
Da inauguração do <i>Campus</i> Campina Grande ao Centenário da Rede Federal: um encontro memorável	Neste capítulo, revisitamos a festa de inauguração do <i>Campus</i> , ocorrida em 2009, trazendo à tona as memórias, os registros e a importância simbólica desse marco para a história da Instituição.
Quase 20 anos depois, como está o <i>Campus</i> Campina Grande hoje?	Este capítulo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, são apresentados dados atualizados sobre a unidade, como número de alunos, vagas e cursos ofertados. O segundo tópico trata sobre os servidores e a gestão. No terceiro, é abordado o processo de expansão física do <i>Campus</i> , destacando as principais transformações em sua infraestrutura ao longo do tempo. Por fim, o quarto tópico é dedicado a trajetórias de sucesso de alunos e professores, evidenciando histórias que marcaram positivamente a história da unidade.
Considerações finais	Neste tópico fazemos um resumo sobre o que foi abordado nos capítulos apresentados.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Após sua elaboração, o *e-book* foi aplicado e avaliado, permitindo reunir as percepções dos participantes e avaliar a efetividade do Produto Educacional (PE). Assim sendo, o *e-book* foi disponibilizado, em formato PDF, aos participantes da pesquisa e a outras

peessoas que manifestaram interesse, por meio de um *link* enviado via WhatsApp e e-mail. Juntamente com o *link*, encaminhou-se um texto explicativo sobre o PE, convidando os destinatários a participarem da avaliação.

A avaliação foi conduzida por meio de um questionário elaborado no *Google Forms*, composto por sete questões, sendo cinco fechadas e duas abertas, as quais permitiam aos participantes compartilharem suas impressões e sugestões com mais liberdade. O *link* de acesso ao formulário foi encaminhado juntamente com o do *e-book*. O instrumento foi enviado a quinze pessoas e, ao final do processo, obtiveram-se nove respostas. O questionário de avaliação encontra-se no apêndice C.

A primeira pergunta do questionário teve como objetivo verificar se o *e-book* cumpria sua finalidade principal. O enunciado foi: “O *e-book* ora em avaliação possibilita conhecer a história e memória institucionais?” para essa questão, 100% dos participantes responderam afirmativamente, reconhecendo que o material atinge plenamente o objetivo geral proposto.

O segundo questionamento buscou avaliar se, do ponto de vista histórico, o *e-book* apresenta uma abordagem adequada para explorar os conceitos de continuidade e mudança ao longo do tempo. Nesse caso, 100% dos participantes também responderam positivamente. Já a terceira pergunta indagou se o material é relevante para promover uma reflexão crítica por parte da comunidade escolar sobre a história e memória da instituição. Novamente, todos os avaliadores concordaram que o referido Produto Educacional contempla plenamente esse aspecto.

Ao serem indagados sobre a adequação das fontes utilizadas no *e-book* para fomentar a reflexão acerca da história e memória da instituição, todos os participantes manifestaram concordância integral, o que evidencia a pertinência da seleção e utilização dos referenciais empregados. De modo semelhante, quanto à apresentação visual do material – englobando *layout*, formatação, imagens e *design* –, também se observou unanimidade nas respostas. Os avaliadores reconheceram que tais elementos, incluindo a escolha tipográfica e o dimensionamento das letras, contribuem significativamente para uma experiência de leitura clara, agradável e acessível.

Na questão 6, procuramos saber de que maneira o *e-book* poderia contribuir, de forma mais efetiva, para que a comunidade escolar compreendesse melhor a história da instituição. Os participantes destacaram a necessidade de se ampliar o acesso ao *e-book* por meio de QR Codes espalhados pelo *Campus*, versões impressas em setores da instituição e envio eletrônico via e-mail. Também sugeriram incluir conteúdos sobre programação cultural, programas sociais e ações de inclusão, além de propor o desenvolvimento de versões digitais

mais interativas, com foco na inclusão social e até mesmo com recursos de inteligência artificial. A seguir, apresentam-se algumas falas que ilustram essas sugestões.

Participante Avaliador 2

Talvez fosse interessante ter versões impressas em alguns setores (ou todos).

Participante Avaliador 4

Sugiro colocar QR Codes no *Campus* para que a comunidade acesse virtualmente.

Participante Avaliador 5

Disponibilizando esta obra literária para toda comunidade escolar via e-mails cadastrados nesta instituição.

Participante Avaliador 6

Senti falta de ser abordado sobre a programação cultural, de programas sociais e inclusão na instituição.

Participante Avaliador 8

Poderia fazer um *e-book* pensando na inclusão social.

Participante Avaliador 9

Poderia fazer um livro digital, com inclusão social e adicional a inteligência artificial.

A Participante 3 foi além, oferecendo diversas sugestões para ampliar o uso do *e-book*, como ilustra a transcrição a seguir.

Participante Avaliador 3:

Primeiro parabenizar pelo belíssimo e excelente trabalho, fiquei emocionada pois faz parte da minha história. Tenho algumas sugestões: Professores podem utilizar trechos do *e-book* em aulas de História, Geografia, Sociologia e até Língua Portuguesa, trabalhando temas como identidade, pertencimento, memória e cidadania. Ainda poderia valorizar a memória viva criando espaços de leitura coletiva com estudantes, familiares e funcionários, estimulando conversas sobre como cada geração viveu a escola. Incorporar depoimentos de ex-alunos e ex-professores, fazendo do *e-book* um ponto de partida para rodas de conversa. Para fortalecer a identidade institucional pode usar o material em eventos comemorativos como aniversário da escola, datas cívicas e formaturas, reforçando o sentimento de pertencimento, criando murais ou exposições digitais e físicas baseadas em trechos, fotos e curiosidades do *e-book*. Também cabe divulgar o *e-book* em redes sociais da escola, destacando capítulos que mostrem a relevância dela para o bairro ou cidade (a conquista de calçamento e linha de ônibus foi graças às lutas pós construção do IF). Acho interessante oferecer versões acessíveis (*audiobook*, vídeos narrados por alunos, resumos ilustrados) para envolver diferentes públicos. Ademais propor reflexões com base no *e-book*: quais valores permanecem? O que precisa mudar? Como os alunos de hoje querem contribuir para o próximo capítulo da história da escola? e criar uma versão interativa e colaborativa do *e-book*, onde membros da comunidade possam inserir novas histórias, fotos e lembranças.

Por fim, na questão 7, pedimos aos avaliadores que compartilhassem sugestões de como o conteúdo poderia ser adaptado para atender, de forma mais adequada, às necessidades e interesses da comunidade escolar. Entre as principais sugestões recebidas, destacam-se: a

inclusão da dimensão cultural, das ações de inclusão social e dos projetos sociais desenvolvidos pela instituição em 2009; a adaptação do *e-book* para o formato de *audiobook*; algumas correções de nomenclatura no texto; e disponibilizar o *e-book* no site do IFPB. A seguir, apresentamos algumas dessas contribuições em detalhes.

Participante Avaliador 3

Sou da turma pioneira e senti falta da parte cultural (ganhamos vários prêmios no festival colegial em dança, teatro e música). Tinha também o FESTIN que era um festival entre os IFs do Estado que também tivemos premiações (nós éramos bastante incentivados também na parte cultural). Na época, quem ficava a frente dessas ações era Júlio Cesar Rolim. Senti falta também, da parte de inclusão. Em 2009 já tinha alunos surdos e intérprete de libras. Outro tocante que cabe ressaltar, são os projetos sociais, por exemplo, os bolsistas da demanda social. Além de ajudar financeiramente, trazia para os alunos uma oportunidade para ter contato com o "mercado de trabalho".

Participante Avaliador 4

Na página 35, é dito que "Manutenção e Suporte em Informática" foi um dos dois primeiros cursos ofertados. Porém, essa nomenclatura só foi utilizada após a mudança de CEFET para IFPB. Quando o campus foi inaugurado, a nomenclatura era "Instalação e Manutenção de Equipamentos de Informática/Redes". Para facilitar a comunicação, chamávamos apenas de "Técnico em Informática", como é possível ver nas fotos da turma quando aparecem alunos de costas. Não sei se essa informação é relevante para o trabalho, mas considere importante avisar, porque para nossa turma houve essa adaptação também do nome do curso, não só do instituto em si. Caso faça alterações, todas as menções ao curso em 2007 e 2008, bem como todas as fotos em que nossa farda é azul, seriam alteradas para o nome anterior do curso.

Participante Avaliador 8

Sugiro que o *e-book* seja adaptado para o formato de *audiobook*, de modo que eu possa acompanhar o texto escrito enquanto escuto a narração, ampliando a acessibilidade e o potencial de uso.

Participante Avaliador 9

Poderia estar incluso no site do IFPB, possibilitando o acesso às memórias do antigo CEFET, que teve início acima da Casa do Colegial e, superando diversas dificuldades, deu origem ao que hoje conhecemos como IFPB.

De modo geral, a avaliação do *e-book* evidenciou não apenas sua eficácia em atingir os objetivos propostos mas também a relevância das percepções e contribuições da comunidade escolar para seu aprimoramento. Os resultados indicam que o material cumpre seu papel de preservar e divulgar a história e a memória institucionais, enquanto as sugestões recebidas apontam seu potencial para se tornar um recurso ainda mais dinâmico e amplamente acessível a essa comunidade, quiçá, ao público externo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a história e a memória de uma instituição educativa significa reconhecer seu papel social, principalmente quando os protagonistas de sua trajetória compartilham experiências que, além de fatos, também revelam valores, significados e percepções que contribuem para a compreensão de sua identidade institucional. Este estudo apresentou a trajetória do *Campus* Campina Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, evidenciando os contextos políticos, econômicos e socioculturais que motivaram sua criação, os desafios enfrentados durante sua implantação e os impactos produzidos na comunidade acadêmica e na sociedade local.

A pesquisa teve como objetivo geral construir uma narrativa sobre o processo de implantação de um *Campus* do IFPB na cidade de Campina Grande. Para responder às questões-problema – “Qual foi o contexto em que ocorreu o processo de concepção e estabelecimento do Instituto Federal da Paraíba – *Campus* Campina Grande? Quais elementos contribuíram para a formação de sua memória e identidade institucionais?” –, foram definidos três objetivos específicos, apresentados a seguir.

O primeiro objetivo consistiu na construção de um relato histórico sobre a Educação Profissional no Brasil, considerando a Rede Federal em suas dimensões nacional, regional e local. O referencial teórico descreve um panorama que tem início no começo do século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, idealizadas e implementadas pelo presidente Nilo Peçanha, e culmina em 2008, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse contexto, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) foi transformado em Instituto Federal da Paraíba, fato que marcou o início da expansão da Instituição com a implantação de unidades de ensino descentralizadas no interior do Estado. Além desse histórico, o referencial também contempla conceitos de história, memória e identidade.

O segundo objetivo teve como finalidade apresentar a história, memória e identidade institucionais do *Campus* Campina Grande. Dessa forma, na seção 4, analisamos o contexto histórico, político e socioeconômico que levou à criação do referido *Campus* do Instituto Federal da Paraíba em Campina Grande, entre 2006 e 2007, articulando documentos oficiais e memórias de seus protagonistas, para compreender as razões da escolha da cidade, o processo de implantação e os impactos iniciais dessa Instituição no desenvolvimento educacional e regional.

O terceiro objetivo consistiu em elaborar uma narrativa sobre a história do IFPB, em especial do *Campus* Campina Grande, por meio da produção de um Produto Educacional no formato de *e-book*. A obra foi desenvolvida a partir da análise de documentos institucionais, como o Relatório de Inauguração do *Campus* em destaque, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e os Planos de Desenvolvimento Institucional bem como de relatos de sujeitos que participaram ativamente do processo de implantação dessa unidade de ensino, pesquisa e extensão. Após sua finalização, o *e-book* foi submetido à avaliação dos participantes da pesquisa.

Ao longo da pesquisa, constatou-se que Campina Grande foi escolhida, em 2005, para iniciar o processo de expansão da Rede Federal na Paraíba por reunir um conjunto de características estratégicas que a colocavam em posição central no contexto estadual e regional. Entre essas características, destacam-se sua localização geográfica privilegiada, sua trajetória histórica como polo de comércio, indústria e inovação tecnológica, além de seu papel consolidado como centro educacional, abrigando duas importantes universidades. Ao mesmo tempo, a cidade carecia de uma instituição federal dedicada à formação técnica e tecnológica. Nesse cenário, Campina Grande reunia, de forma singular, tanto o potencial produtivo quanto a necessidade de qualificação profissional, o que justificou sua escolha como ponto de partida para a expansão da Rede Federal no Estado.

Vimos também que o processo de implantação da UNED/CEFET-PB (ou *Campus*/IFPB) foi marcado pelo imprevisto, por desafios estruturais e pela superação coletiva, configurando-se como uma experiência ousada, dinâmica. Ao longo dos anos, a Instituição se consolidou como um relevante espaço de formação e de transformação social, tornando-se parte integrante da história e da vida de milhares de paraibanos que nela encontraram uma referência em educação profissional pública, gratuita e de qualidade.

O estudo apresentou um olhar inédito sobre a trajetória desta unidade de educação profissional, contribuindo para o campo da História da Educação Profissional e abrindo perspectivas para novas investigações relacionadas a essa modalidade de educação, ao desenvolvimento regional e à memória institucional na Paraíba. As reflexões aqui desenvolvidas podem, ainda, ser estendidas a outros *campi* ou, ainda, a outros Institutos Federais.

A pesquisa nos revelou que a história das instituições escolares vai muito além de datas e documentos, visto que ela é feita, sobretudo, das vivências de quem passa por seus espaços, das memórias que se constroem no dia a dia e dos registros que ajudam a dar forma a tudo isso. Quando esses elementos são reunidos e compreendidos com cuidado pelo olhar do

pesquisador, eles ganham novo sentido e contribuem para preservar a memória da instituição, fortalecendo sua identidade e valorizando a sua história.

Ao término deste trabalho, espera-se que a pesquisa e o Produto Educacional proposto sirvam como uma ferramenta de valorização da História, Memória e Identidade do *Campus* Campina Grande, do IFPB, podendo ser utilizados tanto pela comunidade interna quanto externa. Além disso, pretende-se que esse material contribua para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes e servidores – professores, técnicos - administrativos e prestadores de serviços de empresas terceirizadas, agentes também responsáveis pela ascensão do IFPB –, incentivando a reflexão sobre a trajetória institucional e suas práticas educativas. Espera-se também que o material funcione como recurso pedagógico complementar, apoiando ações de ensino, extensão e pesquisa e promovendo o reconhecimento da importância histórica desse Instituto no contexto local e regional.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.
- ARQUIVO NACIONAL. **Glossário**: Aldeamento Indígena. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/central-de-conteudo-glossario/letra-a/abome. Acesso em: 2 mar. 2025.
- ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In: ERLL, A.; NÜNNING, A. (Ed.). **Cultural memory studies**: an international and interdisciplinary handbook. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.
- AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas - SP: Papirus, 1994.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2020.
- BARROS, S. A. P. de. **Negrinhos que por ali andão**: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). 2005. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001439878>. Acesso em: 11 mai. 2025.
- BDE – BANCO DE DADOS ECONÔMICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Indicadores econômicos por município**. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1294&Cod=3. Acesso em: 20 fev. 2025.
- BENTO, D. F. C. **Políticas de qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho em regiões periféricas**: o caso do município de Ipojuca (PE). 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24322>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- BERGER, L. P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOISIER, S. **Desenvolvimento territorial e descentralização**: o caminho da mudança. Santiago do Chile: CEPAL, 2001.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, C. A. **A cidade como lugar de educação: trajetórias de estudantes da educação básica em Campina Grande** – PB. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f46d/ab742f48fed81c346764508dc31af9ae7bc6.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Surgimento das escolas técnicas. **Educação & Ciência**, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/educacao-e-ciencia/2011/10/surgimento-das-escolastecnicas>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

BRASIL. MEC/Setec. **Concepção e diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/Setec, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a criação de unidades de educação tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11534.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Altera a legislação sobre expansão da educação profissional e tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11195.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. MEC/SETEC, Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e de 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/97542/decreto-5154-04>. Acesso em: 5 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm#art47. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Crea nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 23 set. 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 11 mai. 2025.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social:** Teoria e exercícios. 7. ed. Rev. Madrid: Paraninfo, 1991.

CÂMARA, E. **Datas Campinenses.** Campina Grande: Gráfica Universitária, 1988.

CAMPELLO, A. M. "Cefetização" das Escolas Técnicas Federais: projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92/0>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

COSTA, E. M. Instituições escolares no Marajó: trajetória, estrutura e ensino do Internato Evangélico Amazônico em Breves, Pará (1949–1970). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/64560/751375156095>. Acesso em: 23 mai. 2025.

CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 912-933, out./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053142913>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3N1DHWN>. Acesso em: 6 jun. 2025.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 9. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FORMIGA, M. M. M. **Nas veredas do sertão colonial:** o processo de conquista e a formação das elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c.1690–c.1722). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6003/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Deenvolvimento.pdf?utm. Acesso em: 20 mai. 2025.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024. Acesso em: 20 mai. 2025.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p4578>. Acesso em: 20 mai. 2025.

GARCIA, A. C.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M. Educação Profissional no Brasil: Origem e Trajetória. **Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018**.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C.; GATTI JÚNIOR, D. (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, F. S. N. *et al.* **E-Book**. Planejamento do Ensino: Apoio para a Formação de Estudantes do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem. **Revista de Graduação USP**. v. 2, p. 47-53, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-376X.v2i2p47-53>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GONÇALVES, R.; LAVIERI, J. R.; LAVIERI, M. B. F.; RABAY, G. **A Questão Urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba, v. 3).

GUEDES, P. H. M. de Q. **A colonização do sertão da Paraíba**: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Campina Grande**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em: 23 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática**. Versão 1.2. Campina Grande, PB: IFPB, campus Campina Grande, 24 nov. 2009. 110 p. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/9/documentos/PPC-MAT-ATUAL_2015.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios**, versão 1.9. Campina Grande, PB: IFPB Campus Campina Grande, 21 dez. 2009. 98 p. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/16/documentos/PPC_-_Construcao_de_Edificios_A2XJTCK.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010- 2014**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi> Acesso em: 21 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020- 2024**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi> Acesso em: 21 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Site oficial – Campus Campina Grande**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/campinagrande>. Acesso em: 10 mar. 2025.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LENCIONI, S. Cidades médias e desenvolvimento regional: desafios da interiorização das políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 15, 2011.

MAGALHÃES, J. P. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SAVIANI, D., LOMBARDI, J. C. E.; SANFELICE, J. L. (org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

MAGALHÃES, J. P. de. **Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo**. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 1996.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAIA, D. S. **Campina Grande: formação e desenvolvimento**. Campina Grande: Ed. Universitária, 2009.

MANZINI, E. J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, Bauru, v. 2, p. 10, 2004.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbete reforma Capanema. **Dicionário interativo da educação brasileira - Educabrazil**. São Paulo, SP: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://educabrazil.com.br/download/> Acesso em: 01 jun. 2025.

MIGUEL, M. E. B. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 31-38.

MICHEL, M. de O; MICHEL, J. de O. A Memória Institucional – Santa Casa POA/RS. **Conexões Culturais** – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura. Foz do Iguaçu, v. 02, nº 01, p. 122- 130. 09 mar. 2016. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/72/86>. Acesso em: 10 maio. 2024.

MORENO, N. A.; LOPES, M. A.; DI CHIARA, I. G. A contribuição da preservação de documentos e a (re)construção da memória. **Biblionline**, João Pessoa, v. 7, n.2, p.3-11, 2011.

MOURA, D. H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, Natal, v. 2, p. 17, 2007.

NASCIMENTO-E-SILVA, D. **Manual do método científico tecnológico**. Florianópolis: DNS Editor, 2019.

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 17 jan. 2025.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. 2006. In: **Navegando na história da educação brasileira**. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 23 abr. 2025.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Instituições escolares: por que e como pesquisar. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 5, p. 13-27, 2008. Disponível em: https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq5/2_instituicoes_cp5.pdf . Acesso em: 25 ago. 2025.

OLIVEIRA, E. J. A rede urbana de Campina Grande: dos caminhos do gado à implantação da ferrovia nos primórdios do século XX. **Anais do XVIII ENANPUR**, 2019. Disponível em:

<https://xviiiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=457>. Acesso em: 2 mar. 2025.

ORSO, P. J. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. In: SILVA, J. C.; ORSO, J. P.; CASTANHA, A. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013. p. 34-48.

PACHECO, E. M. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na Educação profissional e Tecnológica**. Brasília/DF; São Paulo/SP: Moderna, 2011. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

PLANO DIRETOR.CG. **Diagnóstico Participativo – Plano Diretor de Campina Grande**. 2014. Disponível em: <https://planodiretor.campinagrande.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/DIAGNOSTICO-PARTICIPATIVO.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

POLLAK, M. Memória e Identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-215. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 28 jan. 2025.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997.

PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE. **Panorama IBGE – Campina Grande**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em: 1 mar. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editorafeevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 1 jul. 2025.

QUELUZ, G. L. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: CEFET-PR, 2000.

RAMOS, M. N. **Do ensino Técnico à Educação Tecnológica: (a) - historicidade das políticas públicas dos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói, 1995.Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – Qualis/CAPES – LATINDEX – ISSN: 2238-6424 – Disponível em: www.ufvjm.edu.br/vozes. Acesso em: 20 jul. 2025.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SALES, P. E. N.; OLIVEIRA, M. A. M. Políticas de Educação Profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In: CARVALHO, M. L. M. (org.). **Cultura, saberes e**

práticas: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 165-184.

SANTOS, J. D. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-240, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20976>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4913/art5_22e.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.
SAVIANI, D. O legado educacional do Regime Militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHIFFMAN, L.; KANUK, L. **Comportamento do consumidor**. LTC Editora. 6. ed. 2000.

SERRA, L. G. **Os livros eletrônicos e as bibliotecas**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-01122015-101516/publico/LILIANAGIUSTISERRA.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA, A. C. P. de O. da. Relações entre fenomenologia e memória: possíveis reflexões sobre a exclusão social em bibliotecas públicas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 1, p. 29-42, mar./ago. Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/108454>. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVA, R. O.; NASCIMENTO-E-SILVA, D.; FERREIRA, J. A. O. A.; SOUZA, S. S. Aspectos relevantes na construção de produtos educacionais no contexto da educação profissional e tecnológica. **REPPE**, v. 3, n. 2, p. 105-119, 2019.

SOARES, M. de J. A. As escolas de aprendizes artífices – estrutura e evolução. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro: FGV/IESAE, Ano 6, n. 2, out./dez. 1982. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/fe/article/view/87534>. Acesso em: 30 jul. 2025.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

STRIPHAS, T. G. **The late age of print: everyday book culture from consumerism to control**. New York: Columbia University Press, 2009.
THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

VEDANA, L. M. A educação em SC nos anos 60. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 39-47, dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/524/9762>. Acesso em: 30 jul. 2025.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VIEIRA, A. M. D. P.; JUNIOR, A. de S. A educação profissional no Brasil. **Revista Interacções**, v. 12, n. 40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25755/int.10691>. Acesso em: 30 jul. 2025.

APÊNDICE A:

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM SERVIDORES

1. Introdução:
1.1 Apresentações: do entrevistador, do entrevistado e do objetivo da entrevista; 1.2 Contextualização: o propósito do estudo em questão e a importância da realização da entrevista para seu aprofundamento. 1.3. Consentimento: solicitação de consentimento para gravar a entrevista, garantir a confidencialidade e a devolutiva aos entrevistados, após transcrição, para que se procedam reformulações, se for o caso.
2.1 Eixo 01 – Contexto histórico:
2.1.1 Poderia descrever, resumidamente, o contexto político que levou à decisão pela criação da unidade de educação profissional federal em Campina Grande? 2.1.2 Quais foram os principais motivadores e necessidades institucionais e sociais que levaram a escolha do município de Campina Grande para sediar uma nova unidade de educação profissional federal naquele contexto?
2.2 Eixo 02 – Planejamento e Organização:
2.2.1 Uma vez tomada a decisão de estabelecer a unidade educacional em questão, você saberia informar, em linhas gerais, como foi o processo de planejamento inicial para a criação da unidade? 2.2.2 Em seu entendimento, quais foram os principais desafios enfrentados durante o processo de planejamento para estabelecimento inicial da unidade? 2.2.3 Como foi definida a escolha do local que abrigou a primeira sede da nova unidade educacional? 2.2.4 Como foi recebida, pela comunidade acadêmica, a notícia da criação de uma Rede Federal de Educação Profissional brasileira em 2008? 2.2.5 Como foi recebida pela comunidade escolar a entrega da sede definitiva da unidade?
2.3 Eixo 03 – Atividades educacionais:
2.3.1 Você se lembra sobre quais foram os primeiros cursos oferecidos? 2.3.2 Você saberia dizer acerca de quais foram os critérios utilizados para escolha dos primeiros cursos ofertados na unidade? 2.3.3 Toda nova unidade educacional traz alguns desafios no seu processo de implantação. Assim sendo, quais os principais, dentre eles, encontrados durante os primeiros anos de funcionamento? 2.3.4 Você saberia informar sobre quais as estratégias para enfrentar e/ou superar estes desafios? 2.3.5 No seu entendimento, como se poderia descrever a importância educacional e social da unidade para a cidade de Campina Grande e região?
2.4 Eixo 04 – Repercussões sociais:
2.4.1 Você se lembra acerca de quais foram as principais repercussões sociais, na comunidade e na região, quando da notícia da criação da instituição?
2.5 Eixo 05 – Últimas questões:
2.5.1 Quais outras impressões ou informações você gostaria de compartilhar sobre o processo de criação da unidade? 2.5.2 No seu entendimento, quais são suas expectativas para o futuro da instituição, de sua importância educacional e social para a cidade de Campina Grande e região?

APÊNDICE B:

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM EX – DISCENTES

1. Introdução:
1.1 Apresentações: do entrevistador, do entrevistado e do objetivo da entrevista; 1.2 Contextualização: o propósito do estudo em questão e a importância da realização da entrevista para seu aprofundamento. 1.3. Consentimento: solicitação de consentimento para gravar a entrevista, garantir a confidencialidade e a devolutiva aos entrevistados, após transcrição, para que se procedam reformulações, se for o caso.
2.1 Eixo 01 – Contextualização:
2.1.1 Poderia descrever, resumidamente, o contexto político que o país na época da criação da unidade de educação profissional federal em Campina Grande?
2.2 Eixo 02 – Questões pessoais relativas à unidade educacional:
2.2.1 Em qual município você residia à época em que foi estudante na unidade? 2.2.2 Que motivos te levaram (ou a sua família) a optar por estudar na unidade? 2.2.3 Como se deu seu processo de ingresso na instituição? 2.2.4 Que curso você fez na instituição? 2.2.5 Você se recorda sobre quais foram as suas expectativas estudantis ao ingressar em uma escola de educação profissional e tecnológica federal? 2.2.6 Em seu entendimento, quais foram os principais desafios enfrentados pelos estudantes na época de sua permanência na unidade?
2.3 Eixo 03 – Atividades educacionais da unidade:
2.3.1 Você participou de atividades ou projetos de pesquisa e/ou extensão na escola? 2.3.2 Qual importância você atribui a pesquisa e a extensão para formação dos estudantes em uma instituição de educação profissional? 2.3.3 Você participou de Olimpíadas de Conhecimentos e de outras atividades extraclasse na escola? Em caso afirmativo, cite as que você se recordar. 2.3.3 Quais os problemas de estrutura enfrentados pelos estudantes na época de sua permanência na instituição?
2.4 Eixo 04 – Repercussões sociais:
2.4.1 No seu entendimento, como se poderia descrever a importância educacional e social da unidade para a cidade de Campina Grande e região?
2.5 Eixo 05 – Últimas questões:
2.5.1 Quais outras impressões ou informações você gostaria de compartilhar sobre a época de sua permanência na instituição? 2.5.2 Que memórias afetivas você guarda da época de sua permanência na instituição? Poderia compartilhar alguma(s)?

APÊNDICE C:
QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

1. Você considera que o <i>e-book</i> ora em avaliação possibilita conhecer a história e memória institucionais? a) Sim b) Não c) Não tenho certeza
2. Do ponto de vista histórico, o <i>e-book</i> apresenta uma abordagem adequada para explorar os conceitos de continuidade e mudança ao longo do tempo? a) Sim b) Não c) Em parte
3. O material do <i>e-book</i> é relevante para promover a reflexão crítica por parte da comunidade escolar sobre a história e memória da Instituição? a) Sim b) Não c) Não sei
4. Você considera que as fontes utilizadas no <i>e-book</i> são apropriadas para promover uma reflexão sobre a história e memória da Instituição? a) Sim b) Não c) Não tenho certeza
5. A apresentação visual do <i>e-book</i> , incluindo layout, imagens e formatação, contribui para uma experiência de leitura agradável e enriquecedora? a) Sim b) Não c) Em parte
6. Como você imagina que o <i>e-book</i> poderia ser melhor utilizado junto à comunidade escolar no sentido de promover uma compreensão mais ampla da história institucional?
7. Você tem alguma sugestão específica para adaptar o conteúdo do <i>e-book</i> às necessidades e interesses da comunidade escolar?

APÊNDICE D:**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO IMAGEM E ÁUDIOS**

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios desta pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade da gravação de imagem e áudio produzido por mim, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE, do projeto de pesquisa intitulado “HISTÓRIA, MEMÓRIAS E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS CAMPINA GRANDE”, a realizar captação imagens e áudios que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas imagens e áudios (e suas respectivas cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, monografias, TCC's, dissertações ou teses, além de slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Lei N.º10.741/2003), das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004) e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei N° 13.709/2018).

Campina Grande, ____ de _____ de 2024.

CPF do Participante: _____

Assinatura do participante da pesquisa

CPF do Pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE E:
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS
ENTREVISTAS

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre a história da implantação do Instituto Federal da Paraíba Campus Campina Grande, a pesquisa é intitulada “História, Memórias e Identidade do Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande” desenvolvida por Ana Luiza Alves de Andrade, mestrande do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, sob a orientação do Professor Dr. Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes.

A proposta de estudo objetiva a criação de um produto educacional, um e-book, voltado para valorização da história, memória e identidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como objeto de investigação a história do Campus Campina Grande, do IFPB. A presente investigação possui natureza teórica com abordagem qualitativa, cujo lócus é o Campus Campina Grande. O universo do estudo é formado por professores, servidores técnicos e alunos egressos do referido Campus. A amostra será composta de seis pessoas, sendo dois docentes, dois servidores técnicos e dois alunos egressos. O instrumento de coleta de dados a ser utilizado será entrevista semiestruturada composta por uma série ordenada com perguntas fechadas e abertas direcionada aos entrevistados (as).

Sua **participação** se deve ao fato de você fazer parte do público-alvo desta pesquisa, constituído por docentes, servidores técnicos e alunos egressos do IFPB– Campus Campina Grande. Sua participação é **voluntária** e você tem plena liberdade para decidir se quer ou não participar da pesquisa, bem como retirar sua participação a qualquer momento, caso venha a se sentir constrangido ou desconfortável.

Esclarecemos ainda que o procedimento de coleta de dados durante a participação nessa pesquisa oferecerá riscos mínimos e estarão relacionados a algum desconforto/incômodo ou constrangimento que você possa sentir durante o momento em que estiver respondendo às questões da entrevista, como também ao tempo gasto para a realização do procedimento. Para

minimizar os riscos, a realização da entrevista será em lugar que garanta a privacidade, em horário acordado com o participante.

Esta pesquisa oferece múltiplos benefícios como por exemplo:

Um estudo sobre a história de uma instituição pode oferecer uma compreensão valiosa sobre sua origem, evolução e desenvolvimento ao longo do tempo. Compreender como a instituição foi fundada, quais foram seus objetivos iniciais e como ela se adaptou às mudanças ao longo dos anos pode ajudar a contextualizar seu papel na sociedade e a entender melhor sua missão e valores.

O registro da história de uma instituição de educação contribui para fortalecer a sua identidade e a sua imagem perante a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Ao conhecer a sua história, os alunos, professores, funcionários e demais colaboradores se sentem parte de algo maior, o que fortalece o senso de pertencimento e o engajamento com a instituição.

Além disso, a história registrada da instituição pode servir como fonte de inspiração e aprendizado para as gerações futuras, mostrando os desafios superados, as lições aprendidas e os valores que devem ser preservados. Isso contribui para a formação de uma cultura institucional sólida e para a construção de uma comunidade educativa mais unida e comprometida com a excelência acadêmica.

A sua atuação nesta pesquisa se dará em responder as perguntas da entrevista que será gravada e apresentará questões ligadas à sua percepção sobre o processo de implantação do IFPB - Campus Campina Grande. A devolutiva dos resultados da pesquisa ao participante será disponibilizada em forma de relatório e enviada por e-mail.

A pesquisadora estará permanentemente à sua disposição para prestar informações inerentes aos instrumentos de pesquisa e assegurar o atendimento a todos os direitos dos participantes, bem como reconhece os seus deveres, de acordo com o que se estabelece na resolução 510/2016.

Os resultados alcançados nesta pesquisa serão de conhecimento público e utilizados como dados de uma produção científica, com possível publicação em eventos ou revistas de cunho

acadêmico ou científico, porém, seu nome, não será identificado em nenhum momento da pesquisa. Ao concluir este estudo, todo o material será mantido em arquivo em um HD externo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem” de armazenamento. Todo participante da pesquisa possui o direito de ter acesso aos resultados do estudo. Para garantir esse acesso, será enviado para o seu e-mail, os resultados provenientes da pesquisa, os quais serão enviados no formato de um relatório.

Para qualquer outra informação sobre essa pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Ana Luiza Alves de Andrade pelo telefone: (83) 98608-9396, e-mail: ana-andrade.aa@academico.ifpb.edu.br. Você terá acesso ao recebimento de uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em seu e-mail ao finalizá-lo.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê.

Portanto, se o(a) Senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB - Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br. Atendimentos: segundas, terças e quartas-feiras, das 9h às 15h e quintas e sextas-feiras das 12h às 18h.

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa intitulada “História, Memórias e Identidade do Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande” e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em eventos acadêmicos e científicos desde que nenhum dado possa me identificar.

Resposta:

- ☐ Eu concordo em participar
- ☐ Eu concordo não em participar

Campina Grande (PB)____de____de ____.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE F:
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
AValiação DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do questionário avaliativo sobre o produto educacional intitulado **História, Memórias e Identidade do Instituto Federal da Paraíba – Campus Campina Grande**.

A pesquisa é de responsabilidade da pesquisadora Ana Luiza Alves de Andrade, em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você pode entrar em contato pelo e-mail ana-andrade.aa@academico.ifpb.edu.br

Sua participação é extremamente importante, mas você tem plena liberdade para decidir se quer ou não participar da pesquisa, bem como retirar sua participação a qualquer momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Também não sofrerá nenhum prejuízo caso decida não participar ou desistir da mesma, no entanto gostaria muito de poder contar com a sua participação.

Esclarecemos ainda que o procedimento de coleta de dados durante a participação nessa pesquisa oferecerá riscos mínimos e estarão relacionados a algum desconforto momentâneo ou constrangimento que você possa sentir durante o momento em que estiver respondendo as perguntas do questionário, como incômodo ao tempo gasto para a realização do procedimento.

A confidencialidade de sua identidade será rigorosamente mantida. Os dados coletados serão utilizados unicamente para avaliação do produto educacional, sem qualquer divulgação de informações que possam identificá-lo como participante da pesquisa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas subordinadas à rede (Conselho Plenário n.º 466). Senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB - Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB - Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe –

João Pessoa – PB.

Telefone: (83) 3612-9573 – E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

Desde já agradecemos sua participação!

Resposta:

- ☐ Eu concordo em participar
- ☐ Eu concordo não em participar

Campina Grande (PB) _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS CAMPINA GRANDE

Pesquisador: ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 82203624.9.0000.5185

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.814.852

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa na área de Ensino, com o foco na temática da História, a qual objetiva a criação de um e-book voltado para valorização da história, memória e identidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como objeto de investigação a história do Campus Campina Grande, do IFPB (2005-2009).

A investigação possui natureza teórica com abordagem qualitativa, cujo lócus é o Campus Campina Grande. O universo do estudo é formado por professores, servidores e alunos egressos do referido Campus.

Considerando o universo descrito, a amostragem é composta por 239 servidores e a amostra será composta de seis pessoas, sendo dois docentes, dois servidores técnicos e dois alunos egressos. O instrumento de coleta de dados a ser utilizado será entrevista semiestruturada composta por uma série ordenada com perguntas fechadas e abertas direcionada aos entrevistados (as). O resultado da pesquisa será disponibilizado para os participantes por e-mail.

A presente submissão refere-se a uma emenda proposta pelo pesquisador na metodologia e

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB



Continuação do Parecer: 7.814.852

cronograma do projeto

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

- investigar a história e a memória do processo de concepção e de estabelecimento do Campus Campina Grande, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB, no período entre 2005-2009.

Objetivos secundários:

- Proceder uma revisão historiográfica acerca dos campos da "História e Memória Institucional" e da "História da Educação Profissional e Tecnológica"
- Apresentar a história, memória e identidade institucionais do Campus Campina Grande - IFPB, a partir do estudo do processo de constituição dessa instituição escolar pública;
- Compôr um Produto Educacional (PE), na forma de um e-book sobre o tema da "História e memória da instituição", a partir das fontes disponíveis e das narrativas da primeira geração de servidores do Campus.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

- desconforto/ incômodo ou constrangimento por parte dos participantes no momento de sua participação na entrevista; e também se relaciona ao fato de tomar o tempo do sujeito.

Minimização de riscos:

- A realização da entrevista será em local que garanta a privacidade e confidencialidade das informações e o horário para a realização será definido juntamente com o participante, garantindo que essa participação não interfira nas atividades que ele desempenha na instituição.

Benefícios:

Um estudo sobre a história de uma instituição pode oferecer uma compreensão valiosa sobre sua origem, evolução e desenvolvimento ao longo do tempo. Compreender como a instituição foi fundada, quais foram seus objetivos iniciais e como ela se adaptou às mudanças ao longo dos anos pode ajudar a contextualizar seu papel na sociedade e a entender melhor sua missão e valores.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

Fax: (83)99940-0685

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB



Continuação do Parecer: 7.814.852

O registro da história de uma instituição de educação contribui para fortalecer a sua identidade e a sua imagem perante a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Ao conhecer a sua história, os alunos, professores, funcionários e demais colaboradores se sentem parte de algo maior, o que fortalece o senso de pertencimento e o engajamento com a instituição.

Além disso, a história registrada da instituição pode servir como fonte de inspiração e aprendizado para as gerações futuras, mostrando os desafios superados, as lições aprendidas e os valores que devem ser preservados. Isso contribui para a formação de uma cultura institucional sólida e para a construção de uma comunidade educativa mais unida e comprometida com a excelência acadêmica

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A atual submissão refere-se a proposta de emenda feita pelo pesquisador acerca das seguintes sessões do projeto

Emenda 1: Mudança no número de participantes:

Motivo relatado pelo pesquisador: a ampliação do número de participantes busca garantir uma representatividade mais ampla e significativa do grupo investigado. Dessa forma, alteramos de 6 para 9 participantes, sendo 2 ex-diretores, 2 docentes, 2 servidores técnicos e administrativos e 3 alunos egressos. Os quais também participarão da avaliação do Produto Educacional (PE).

Emenda 2: Reformulação do cronograma:

Motivo relatado pelo pesquisador: durante a execução da pesquisa, identificou-se a necessidade de um prazo maior para a coleta e análise dos dados, visando garantir a qualidade, profundidade e fidelidade das informações obtidas. Essa ampliação do tempo contribui para a consistência dos resultados e para o cumprimento rigoroso dos objetivos do estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão presentes todos os termos de apresentação obrigatória já analisados no parecer consubstanciado do CEP n 7.095.157, a carta justificando a emenda e os documentos que sofreram alteração devido a emenda.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo			
Bairro: Jaguaribe	CEP: 58.015-020		
UF: PB	Município: JOAO PESSOA		
Telefone: (83)3612-9725	Fax: (83)99940-0685	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB



Continuação do Parecer: 7.814.852

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB deliberou pelo parecer de APROVADO para a emenda apresentada ao projeto de pesquisa, com base na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_2608396_E1.pdf	30/07/2025 16:08:00		Aceito
Outros	JUSTIFICATIVADASEMENDAS.pdf	30/07/2025 16:01:36	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	30/07/2025 15:42:08	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOAJUSTADOCEP30072025.pdf	30/07/2025 15:39:07	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Outros	TERMODEAUTORIZACAOPARAUSOIMAGEM.pdf	14/09/2024 12:25:36	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	14/09/2024 12:23:53	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Outros	TCLEPARAAVALIACAODOPRODUTO.pdf	14/09/2024 11:56:24	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECOMALTERACOES.pdf	14/09/2024 11:54:05	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Orçamento	ORCAMENTOAJUSTADO.pdf	09/08/2024 14:27:42	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Outros	ROTEIROAVALIACAOPE.pdf	07/08/2024 18:17:24	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Outros	ROTEIROENTREVISTAS.pdf	07/08/2024 18:17:01	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Outros	CARTA.pdf	07/08/2024 18:16:40	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	07/08/2024 18:15:06	ANA LUIZA ALVES DE ANDRADE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

Fax: (83)99940-0685

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



Continuação do Parecer: 7.814.852

Não

JOAO PESSOA, 03 de Setembro de 2025

Assinado por:
LEANDRO JOSE MEDEIROS AMORIM SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br